



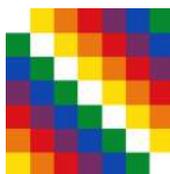
revista
movimento
crítica, teoria e ação

ano 5, nº18, jul./set. 2020.

*Enfrentando a extrema-direita:
lutas eleitorais na Bolívia, nos Estados Unidos e
a campanha municipal brasileira*

revista
movimento
crítica, teoria e ação

ano 5, n.18, jul./set. 2020.



Editora
Movimento

Editores

Etevaldo Teixeira

Roberto Robaina

Diretor

Thiago Aguiar

Responsável

Movimento Esquerda Socialista

**Projeto gráfico
Capa e diagramação**

Adria Meira

Vittorio Audi Poletto

Transcrições, traduções e revisão

Charles Rosa

Pedro Micussi

Thiago Aguiar

Periodicidade

Trimestral | 18ª edição. Ano 2020.

Autores que contribuem nesta edição: Bruno Magalhães, Dan La Botz, Danilo Serafim, Gabriela Pérez Noriega, Gilvandro Antunes, Gloria Quisbert Ticona, Israel Dutra, Luciana Genro, Manuel Garí, Mônica Seixas, Pedro Fuentes, Pedro Micussi, Sâmia Bomfim, Thiago Aguiar e William I. Robinson.

Movimento : crítica, teoria e ação / Movimento Esquerda
Socialista. ano 5, v.1, n.18 (jul.2020 - set.2020) .
Porto Alegre : Movimento, 2020.

Trimestral.

ISSN 2448-1491

1. Marxismo Brasil. 2. Marxismo Mundo.
3. Socialismo. 4. Política Brasil. 5. Política
Internacional. — — —

CDD 335.4

Ficha catalográfica elaborada por Fernanda Melchionna e Silva
CRB10/1813

Editora Movimento
Rua Bananal, 1679, Bairro Arquipélago
90090-010 - Porto Alegre-Rio Grande do Sul - Brasil

Impresso no Brasil

2020

Índice

Apresentação <i>Thiago Aguiar</i>	6
Internacional: as lutas eleitorais na Bolívia e nos Estados Unidos	
Pandemia, eleições e ciclos políticos: sete notas breves sobre a situação continental <i>Israel Dutra</i>	11
A vitória do MAS nas eleições da Bolívia <i>Bruno Magalhães</i>	27
Relato sobre o massacre de Senkata <i>Gloria Quisbert Ticona</i>	35
Para derrotar o fascismo na eleição dos Estados Unidos e além, é preciso reconhecer que se trata de uma resposta fracassada à crise capitalista <i>William I. Robinson</i>	41
Por que sou a favor de votar para Biden e o incentivo para que também o faça <i>Dan La Botz</i>	51
O túnel do tempo do racismo nos Estados Unidos da América e o Ódio que o Ódio gerou <i>Danilo Serafim</i>	55
Fulgor e ocaso do Podemos: razões de um adeus <i>Manuel Garí</i>	75
Um novo campo de disputa no continente: uma contribuição para construí-lo <i>Pedro Fuentes</i>	93

As eleições municipais brasileiras e a luta contra o bolsonarismo

Nossa principal tarefa é derrotar o bolsonarismo e a extrema-direita 117
– Entrevista com Sâmia Bomfim, deputada federal e líder da bancada do PSOL na Câmara
Pedro Micussi e Thiago Aguiar

Quem é João Doria? Da LIDE ao PL-529 127
Mônica Seixas

Racismo estrutural e sua funcionalidade na exclusão da população negra nas decisões dos rumos do país 139
Gilvandro Antunes

Teoria

103 anos da Revolução Russa: Rosa Luxemburgo, a Revolução Russa e a luta pela Revolução Alemã 153
Luciana Genro

Em apoio ao Museu Casa de León Trotsky

O objetivo do Instituto do Direito de Asilo-Museu Casa de León Trotsky é manter e preservar a verdade histórica – Entrevista com Gabriela Pérez Noriega, diretora jurídica e executiva do Museu Casa de Leon Trotsky (Cidade do México) 169
Israel Dutra e Thiago Aguiar

Documento

Nas ruas e nas urnas: derrotar a extrema-direita e fortalecer o PSOL como alternativa 181
Executiva Nacional do MES

Apresentação

Thiago Aguiar ¹

Enquanto os efeitos sanitários e econômicos da Covid-19 seguem fazendo-se sentir, escancarando a crise global do capitalismo, as lutas na América Latina começam a apresentar importantes conquistas no enfrentamento da extrema-direita continental. Na Bolívia, após meses de enfrentamentos e mobilização popular, a contundente vitória da chapa do MAS pôs fim ao governo ilegítimo e reacionário de Jeanine Áñez e às tentativas de perpetuação da extrema-direita no governo do país andino após o golpe de 2019. No Chile, após as multitudinárias manifestações de 2019 mudarem a história do país, o plebiscito por uma nova constituinte levou a uma vitória esmagadora, de quase 80%, em favor de uma nova constituição elaborada por assembleia exclusiva.

Tais vitórias na América Latina dão alento às massas populares de todo o continente, somando-se ao impulso das manifestações antirracistas que tomaram os Estados Unidos e o mundo nos últimos meses. Na campanha eleitoral estadunidense em curso, está em jogo a possibilidade de derrotar o trumpismo, que anima movimentos neofascistas e racistas naquele país e em todo o mundo.

Ao mesmo tempo, as eleições municipais brasileiras abrem a possibilidade de construir uma alternativa nas cidades que contribua para isolar e derrotar o bolsonarismo. A décima oitava edição da *Revista Movimento* debruça-se sobre esses processos de mobilização nas ruas e de enfrentamento eleitoral em curso.

Abrindo o volume, a seção internacional traz artigo de Israel Dutra debatendo sete aspectos da situação continental. Na sequência, Bruno Magalhães, enviado pelo Observatório Interna-

¹ Doutor em Sociologia (USP) e diretor da *Revista Movimento*.

cional do PSOL à Bolívia, analisa a vitória eleitoral do MAS. O massacre de Senkata, de novembro de 2019 – quando dezenas de manifestantes contra o golpe na Bolívia foram assassinados –, é denunciado por Gloria Quisbert Ticona, presidente da associação de familiares das vítimas.

Também publicamos, na seção internacional, uma instigante análise de William I. Robinson, professor no Departamento de Sociologia da Universidade da Califórnia em Santa Bárbara, sobre a eleição nos Estados Unidos e a luta contra o trumpismo e o neofascismo naquele país e no mundo. Por sua vez, Dan La Botz, militante do DSA, analisa a campanha eleitoral e o voto anti-Trump. A seguir, nosso camarada Danilo Serafim, dirigente do MES e da Executiva Nacional da CSP-Conlutas, oferece a nossos leitores uma reconstrução histórica da luta antirracista nos Estados Unidos. Fechando a seção, publicamos artigo de Pedro Fuentes, dirigente internacionalista do MES, analisando a situação continental, e reproduzimos artigo de Manuel Garí, militante de Anticapitalistas e da IV Internacional, a respeito da ascensão e decadência de Podemos como expressão antineoliberal e antirregime na Espanha.

Abrimos a seção dedicada à situação brasileira e à campanha municipal entrevistando Sâmia Bomfim, deputada federal e líder do PSOL na Câmara, em que nossa companheira analisa as possibilidades do partido em 2020, o enfrentamento ao bolsonarismo e sua atividade recente como observadora internacional do Parlasul na eleição boliviana. Na sequência, a deputada estadual Mônica Seixas (PSOL-SP) assina artigo dissecando as atividades de João Doria, seu passado como liderança empresarial e seus ataques aos trabalhadores e aos serviços públicos em São Paulo. Por fim, o sociólogo Gilvandro Antunes, militante do MES/PSOL no Rio Grande do Sul, trata da luta contra o racismo estrutural no Brasil.

Para encerrar nossa edição, publicamos artigo de nossa ca-

marada Luciana Genro, na seção teórica, sobre a militância e o pensamento de Rosa Luxemburgo a respeito da Revolução Russa e da Revolução Alemã. Também entrevistamos Gabriela Pérez Noriega, diretora jurídica e executiva do Museu Casa de León Trotsky no México sobre as atividades desta importante instituição e da necessidade de apoio internacional a seu esforço de preservação da memória de Trotsky e da luta contra o stalinismo em defesa da revolução socialista internacional. Por fim, publicamos o mais recente documento da Executiva Nacional do MES atualizando as análises e a orientação de nossa corrente.

Boa leitura!

**Internacional: as
lutas eleitorais na
Bolívia e nos Estados
Unidos**

Pandemia, eleições e ciclos políticos: sete notas breves sobre a situação continental

Israel Dutra ¹

Escrevemos essas breves notas na semana em que se conhecem os resultados da eleição boliviana, o resultado do plebiscito sobre a nova constituição chilena e quando restam poucas semanas para a eleição estadunidense. Donald Trump já emitiu seu voto antecipado. Mais que do comentar sobre um ou outro desses processos, nosso interesse é trazer uma posição mais geral sobre a conexão entre esses eventos e as tarefas que se abrem a partir da realidade dinâmica. Assim que, sendo a edição impressa de *Movimento* trimestral, parte dos leitores já terá conhecimento de novos resultados eleitorais e de processos. Vale registrar isso para uma leitura mais condizente do artigo e dos diversos artigos que são parte dessa edição.

Estamos diante de acontecimentos impensados, de uma hora para a outra, tal qual uma tempestade, o conjunto da vida social foi alterado: hábitos, metas e condições políticas foram deixadas de lado, por conta da pandemia inédita e, sobretudo, por seus desdobramentos num mundo de incertezas e com contornos díspares.

A pandemia da Covid-19 paralisou as principais cidades e economias do mundo, os hábitos estão a se reorganizar, mas evidenciou outros três “vírus” inerentes ao capitalismo em sua fase de decadência: o desemprego, a desigualdade e a fome. Até o final do ano teremos a retração de 500 milhões de postos de trabalho. Apenas na América Latina, teremos a redução de 12,1% do total da renda do trabalho. Os dados da Oxfam apontam que os 73 maiores bilionários do continente aumentaram suas fortunas em US\$ 48,2 bilhões durante a quarentena. Enquanto isso,

¹ Secretário de Relações Internacionais do PSOL e da Executiva Nacional do Movimento Esquerda Socialista.

a FAO trouxe o prognóstico de que se pode dobrar o número de famintos em todo planeta. Em nome da pandemia, estão se impondo, em todo mundo, novas legislações trabalhistas, onde primam a precarização e a flexibilização de direitos do trabalho.

Para discutir o atual estado da situação política, optamos por enfocar o continente como um todo. O processo de luta de migrantes e a presença de latinos nos Estados Unidos, bem como a rebelião negra que se iniciou em Minneapolis, conferem cada vez mais um caráter de unidade ao continente, onde Trump se entrincheira para organizar sua política e seu programa.

Os próximos acontecimentos devem condicionar todo o debate sobre as disputas que virão pela frente: o “pós-pandemia”. Para tanto, é fundamental localizar onde estamos, do ponto de vista dos ciclos políticos e do “interregno” que marca a situação, a partir dos diferentes processos políticos que compõem uma nova totalidade em desenvolvimento.

1) Uma nova escala na disputa interestatal mundial

Há uma nova escala na disputa mundial entre as potências. Antes da pandemia, as últimas reuniões do G20 já eram palcos para a disputa da guerra comercial entre China e Estados Unidos. O ambiente da geopolítica mundial está fértil para novas disputas. Há uma disputa maior e maior competição, evidentemente, entre Estados Unidos e China, na frente principal. Há disputas entre o imperialismo dos EEUU e de potências de menor alcance como Irã, Rússia e Turquia. Tais temas ganham mais peso quando envoltos nas competições comerciais e diplomáticas sobre o controle das informações e das novas formas de reprodução do capital. A era Trump chocou-se contra diversas instituições internacionais – em primeiro lugar contra a própria OMS, retirando-se desta instituição no auge da pandemia.

O trumpismo expressa uma nova doutrina e atitude diante do conjunto dos países. Ao dividir a política entre “globalistas”

e “patriotas”, apura uma guerra política e comercial em várias frentes, contra o que chama de “multilateralismo”. Trump abandonou, além da OMS, o Tratado Trans-Pacífico e faz da OMC um foco de crises e atritos.

O trumpismo joga na ofensiva contra China, seja para angariar votos na reta final eleitoral, seja para dar um marco comum para a articulação da extrema-direita que emana de Washington. Além de atacar a OMS e a China, chegando às raias do surreal ao falar do “vírus chinês”, a disputa para além da vacina tem como lugar central a disputa sobre o comércio e a tecnologia 5G. O controle sobre a quinta geração de tecnologia – um salto no encaminhamento, memória e processamento de dados – é a disputa para quem irá sair na frente na nova “corrida tecnológica”.

A China é a potência que está disputando um lugar na crise de hegemonia dos Estados Unidos. Consegue avançar em diversas zonas de comércio internacional, baseada em seus planos como a “Nova Rota da Seda” (*Belt and Road Initiative*) e “Made in China 2025”, acumulando posições para se instalar de forma mais decisiva no mercado mundial e no tabuleiro da geopolítica. A forma como a China lidou com a pandemia, ainda que tenha sido a fonte inicial de contágio, conferiu-lhe vantagens enormes sobre as outras potências competidoras. Contudo, mesmo a crise econômica e a própria pandemia não deixaram a locomotiva chinesa de fora: o número de desempregados bateu recorde, com dezenas de milhões em cifras do primeiro semestre. Em que pese a recuperação posterior de parte desses empregos, os novos postos são mais precários e com salários mais baixos.

Outros conflitos se seguem: o dos Estados Unidos com Irã, Rússia e outras potências secundárias, como a Turquia. O recente conflito militar entre Azerbaijão e Armênia projeta a multiplicação de focos de crise desse tipo. No entanto, dentro de países como Rússia, Irã e Turquia, que se habilitam como potências regionais ou secundárias, suas contradições internas cobram um

alto preço. O repúdio às práticas autoritárias, como as de Putin e seus aliados, ecoam por toda a região: o caso mais emblemático é o levante em curso em Belarus contra o ditador Lukashenko.

No eixo da extrema-direita, o Estado de Israel se joga por Trump, após lograr reconhecimento e um acordo de relações diplomáticas com o Bahrein e os Emirados Árabes Unidos, como forma de buscar estabilizar o Oriente Médio após Netanyahu sobreviver à ofensiva opositora em seu país. Uma derrota de Trump também seria um reposicionamento nas peças do Oriente Médio, com um novo revés para a direita sionista, que precisa sair do impasse para progredir em seus planos de anexação e de comércio de um novo tipo de tecnologia militar e de inteligência.

Tudo isso ocorre nos marcos de uma crise ambiental sem precedentes, quando a própria reprodução da espécie humana é discutida, mesmo entre os Estados e como resposta às mobilizações mundiais pelo clima que exigem medidas concretas dos países centrais.

2) A questão do “interregno” e dos novos ciclos

Temos defendido um repertório sólido para encarar fenômenos tão complexos e atuais. Além de conceitos como “crise orgânica” para designar o atual estado da arte de vários regimes políticos, trabalhamos com muita força com a noção de “interregno”. Essa categoria central parece-nos chave para explicar a presente situação.

Para acessar a categoria ampla de interregno, devemos localizar a definição de Gramsci, usual para o período das primeiras décadas do século XX, mas que nos ajuda a compreender o que está se passando: “O ‘velho’ morria e deixava de orientar os indivíduos, ao passo que o ‘novo’ já anunciado ainda não pudera nascer, interregno no qual se verificavam (...) desde fenômenos mórbidos², até fenômenos onde (...) as massas, até então passi-

² Aqui se encaixariam o trumpismo e bolsonarismo a nosso ver.

vas, entram em movimento, (...) um movimento caótico e desordenado, sem direção, isto é, sem uma precisa vontade política coletiva” e as forças antagônicas “mostram-se incapazes de organizar em seu benefício tal desordem de fato”³.

Houve o esgotamento do ciclo político conhecido como “pós-neoliberal” ou “progressismo”, por mais ambivalentes e vagos que sejam ambas as referências. Este ciclo foi marcado por uma ampla maioria continental que se postulava crítica aos partidos centrais da elite e levou à emergência de governos que prometiam resgatar o caráter “social” dos planos econômicos. Como não se trata de fazer aqui um balanço detido do que foi essa experiência, apenas assinalamos que conviveram, com unidades e contradições, duas grandes correntes no ciclo anterior, chamado “progressista”, na América Latina: o social-liberalismo encarnado pelo PT, os Kirchner e a Concertação chilena; e o chamado “bolivarianismo”, liderado por Chávez, o MAS boliviano e a primeira fase do governo de Correa no Equador, pautando uma maior nacionalização da economia, ampliação de direitos e novas constituições.

Há quem advogue que, após a derrota o ciclo da centro-esquerda, consolida-se um projeto continental de governos conservadores. Tal análise baseia-se em elementos corretos, como a existência de uma ofensiva real da extrema-direita, resgatando traços neofascistas e com elementos antissistema. Diferentemente do fascismo do século XX, não existe uma guerra mundial em curso e no horizonte. Pensamos que não se pode subestimar a força da ofensiva da extrema-direita, contudo não consideramos correto apontar a consolidação de um novo ciclo homogêneo e sólido como o que percorreu os últimos quinze anos no continente.

Assim, separamo-nos de duas vertentes que marcam o pensamento político, ambas marcadas pelo impressionismo: a que

3 GRAMSCI *apud* NOGUEIRA. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451998000100005

afirma existir uma “onda conservadora”, amplamente difundida entre círculos de esquerda e da centro-esquerda; e a outra, marcante em setores mais minoritários, que avalia estarmos num ciclo de rebeliões e na iminência de situações revolucionárias.

Não nos parece que, por agora, teremos um novo ciclo consolidado. O que vai primar vai ser o hibridismo entre tendências: de um lado, assonadas golpistas e giros repressivos; e, de outro, respostas populares. Também não se pode afirmar que vai existir uma estabilização da democracia liberal burguesa, numa forma “normal”, com a linha anteriormente batizada de “reação democrática”. Há que se olhar de perto, em outro artigo, o lugar que cumprem os governos que não são alinhados com a extrema-direita, provenientes de oposições com vínculos com os anteriores “progressismos”, como o caso de Argentina e México, dois países centrais para o continente.

A dinâmica é de maiores tensões, com uma relação de forças instável, na qual fenômenos em cada país ou mais localizados podem desequilibrar para o lado da reação ou do avanço das forças populares, que ainda contam com fragilidades organizativas e um atraso de consciência herdado do fracasso do stalinismo e da ideologia da fragmentação do capitalismo tardio. O signo será o de maior polarização.

3) Estados Unidos, o epicentro da polarização

Estamos diante da eleição presidencial mais importante da história dos Estados Unidos. Os olhos do mundo estarão voltados para o dia 3 de novembro, com amplos setores da opinião pública torcendo abertamente para que se confirme a derrota de Donald Trump. O trumpismo é um projeto com traços neofascistas, com controle parcial do Estado e que precisa avançar seu programa contrarrevolucionário. Como definiu Roberto Robaina em artigo na última edição da *Revista Movimento*,

Quando Trump ordenou a repressão aos manifestantes que protestavam diante das grades da Casa Branca, para que pudesse atravessar a rua e ser fotografado posando com a Bíblia em punho, em frente à Igreja Saint John's, estava apresentando simbolicamente a essência de seu programa para enfrentar a crise em geral e, em particular, a rebelião negra e juvenil que explodira dias antes nos EUA⁴.

As contradições geradas pela presente situação política fizeram com que os EEUU combinem elementos que fazem do país não apenas o epicentro do mundo capitalista, o coração do desenvolvimento das forças produtivas, a primeira potência político-militar do mundo, como também o epicentro da luta de classes, que em outros momentos esteve nos países da periferia. A resistência alcançou seu momento mais alto na rebelião antirracista de 2020. Como afirmou Luana Alves, também em artigo na última edição da *Revista Movimento*:

O linchamento público de George Floyd – nomeação interessante utilizada por parte da vanguarda, pois afirma o laço histórico entre o ocorrido em 25 de maio de 2020 e a prática de linchamentos de pessoas negras, típica dos séculos XIX e XX nos EUA – incendiou a indignação popular, em especial da juventude norte-americana, e colocou novamente o movimento de ruas como elemento importante e decisivo na conjuntura globalmente. A partir de Minneapolis, onde a radicalidade foi vitoriosa e colocou os governos em defensiva, a mobilização pela defesa das vidas negras foi se espalhando por cidades e países, com a palavra de ordem ‘Não consigo respirar’ sintetizando a atual condição da maioria da classe, em especial da juventude: esmagada entre uma crise econômica avassaladora, uma pandemia global perigosa, sofrendo com a violência policial racista, e sob governos neoliberais, reacionários e antipovo⁵.

4 ROBAINA, Roberto. Trump, o pensamento nazista e a necessidade de combatê-lo: o que isso tem a ver conosco?

5 ALVES, Luana. Luta antirracista brasileira e estadunidense: nossas tarefas no combate

Trump tem perdido espaço. A extrema-direita cada vez mais se articula ao redor de grupos de choque, nas ruas e nas redes, onde se espalham grupos anti-ciência e contra a razão, como o movimento “QAnnon” e as milícias supremacistas que recrutam adolescentes para atirar em ativistas do *Black Lives Matter*. A esquerda social e política, apesar de incipiente, segue crescendo nos processos de luta: o *Democratic Socialists of America* (DSA) ganhou projeção eleitoral e segue arrebatando novos filiados e simpatizantes.

Biden não resolverá nenhum grande problema e sua participação nos debates confirma isso. Se vencer, o imperialismo postulará uma linha de seguir o cerco aos povos, mas podemos afirmar que será uma mudança de signo e uma derrota mundial para toda a extrema-direita. O dia seguinte à eleição, caso se confirme a derrota de Trump, será visto como festa e alegria em todos os países do mundo. Vai ter um sentido similar à queda de um tirano.

Vale notar que a luta vai seguir: tanto no âmbito geral para a conversão do trumpismo num movimento político de oposição transgressora, alimentando o racismo e o ódio policial, através de milícias paramilitares, quanto no âmbito mais imediato, diante da hipótese da não aceitação do resultado eleitoral, como já ensaiou Trump em suas falas. Com a morte e a substituição da juíza Ruth Ginsburg por Amy Barret na Corte Suprema do país, essa hipótese voltou a ser discutida pelos analistas políticos. Isso torna necessário, para derrotar Trump nas urnas, que aconteça um amplo movimento para se respeite o resultado eleitoral caso os Republicanos busquem fraudar a vontade popular.

A polarização vai subir muitos degraus e organizar uma esquerda radical, no campo social e político, na esteira da grande rebelião negra e do espaço aberto por Bernie Sanders, pelo DSA

e pelo “novo socialismo” é uma tarefa inadiável, que está prestes a explodir, após a eleição.

4) A Bolívia abre um caminho

Diante do levante chileno e equatoriano, que sacudiram as estruturas políticas do continente, os setores golpistas, após o revés na tentativa de desestabilizar Maduro, jogaram suas fichas sobre a Bolívia. Marcado pelo mais alto nível de consciência e auto-organização dos países latino-americanos, a Bolívia passou a ser uma espécie de “prova dos nove” da relação de forças regional. O golpe consumado foi violento, derrubando e exilando Evo e Linera, e gerou uma repressão feroz contra movimentos sociais e populares opositores, sob uma controversa aliança que envolvia setores neofascistas do oriente boliviano, com as milícias ligadas a Luiz Camacho.

A chave da luta política foi que o movimento popular não abandonou a trincheira da resistência em nenhum momento, tendo dois picos importantes de mobilização para impedir que o governo Áñez institucionalizasse o estado de exceção, que poderia abrir caminho para um novo regime que liquidaria as conquistas da Constituição Plurinacional. O primeiro foi a ação heroica de Senkata, distrito petrolífero de El Alto, e de Sacaba, localidade em Cochabamba, que se jogaram para resistir ao golpe de Áñez. A entrada do Exército deixou 36 mortos e centenas de feridos, manchando de sangue as mãos do “governo interino” e chamando a atenção do país e do mundo para o que estava ocorrendo. O segundo gesto combativo foi a greve geral de vários dias, com bloqueios de estrada, no começo de agosto desse ano, que terminou por garantir o atendimento das reivindicações mínimas para que o pleito pudesse ocorrer.

A chapa do MAS foi formada com vistas à renovação: Luis Arce e David Choquehuanca têm perfis diferentes: Arce é economista e visto como “pragmático”; Choquehuanca é considerado

um intelectual com ligações estreitas com o movimento camponês e indígena, com os quais atuou por várias décadas.

A eleição encerrou-se com uma votação avassaladora. A chapa do MAS recebeu 55,10% dos votos no primeiro turno, seguido por Comunidad Ciudadana (CC), de Carlos Mesa, com 28,83% e a aliança Creemos, de Luis Fernando Camacho, com apenas 14%. O MAS venceu em seis das regiões do país, com destaque para grandes votações em La Paz, Cochabamba, Potosí, Oruro e com uma vitória acachapante na comunidade boliviana no exterior. Terá a maioria no Senado e na Câmara dos Deputados.

Foi a maior vitória popular dos últimos anos e, nesse sentido, foi uma vitória estratégica que significa levantar a cabeça e renovar um enclave dos movimentos sociais, diante da ofensiva da extrema-direita e do esgotamento de processos que envelheceram e se burocratizaram como Maduro na Venezuela.

Esse novo impulso traz novas contradições, como aponta uma grande responsabilidade para as novas gerações que conduzem um processo revolucionário democrático: aprofundar e radicalizar a defesa dos direitos da maioria, levando em conta a necessidade de controlar as lideranças e exercer a democracia através de espaços extraparlamentares e institucionais.

5) Chile: plebiscito e vitória popular

Como alertamos mais acima, escrevemos esse artigo quando o plebiscito está sendo levado a cabo, fruto da pressão popular que ganhou sua expressão melhor acabada no levante popular mais importante do país, que teve lugar em 18 de outubro de 2019. O plebiscito sobre a constituinte, realizado em 25 de outubro de 2020, foi precedido por grandes demonstrações de rua no aniversário do levante de 18-O. Após um ano, as ruas de Santiago e de todo Chile voltaram a ficar tomadas, com mais de 100 mil pessoas na capital, além de manifestações em inúmeras cidades importantes.

O plebiscito validou a aprovação de uma nova constituinte e sua elaboração por uma convenção com deputados eleitos de forma exclusiva para a mesma por quase 80% dos votos, numa vitória maiúscula. O plebiscito cumpriu um papel progressivo, pois é parte da luta contra o regime herdado da ditadura pinochetista. Os dados mostram um contundente triunfo das duas opções pelas quais se jogou a esquerda e uma enorme participação, ao contrário da forte abstenção que a democracia chilena verifica desde há muitos anos nos pleitos eleitorais.

A dialética da limitação do plebiscito é que se trata de uma enorme conquista, por um lado, mas também foi parte do acordo feito para encerrar o ciclo de mobilização, aceitando parte das reivindicações, mas colocando travas no processo constituinte, como a cláusula de mudanças por 2/3, bem como a aprovação à época da “lei antibarricadas”. A potente mobilização chegou ao seu estágio superior, na maior greve geral da história do país, em 12 de novembro de 2019. É importante apontar que a esquerda da Frente Ampla e o PC não participaram da mesa de negociações que buscou o “cessar-fogo” em 15 de novembro de 2019. Há também duas importantes heranças dos combates de outubro: registraram-se as maiores manifestações da história do Chile, com mais de um milhão de pessoas em Santiago e se colocou, para setores de massa, o questionamento a ação dos “carabineiros”, a polícia militar chilena, que deixaram com lesões visuais centenas de ativistas, levando a ampla maioria da população chilena a repudiar a violência policial.

O processo de mobilização, após o esfriamento da sua fase aguda, seguiu forte nas organizações de base da sociedade, nas associações comunitárias e sindicais. Surgiram novos embates e atores políticos, num processo iniciado desde o ascenso estudantil de 2011, com muito peso das mulheres em luta, como acúmulo da construção das coordenadoras do 8-M. Além disso, a bandeira dos mapuches foi o símbolo do levante de outubro e se

resgatou a esperança na auto-organização popular.

Há que seguir como os efeitos da pandemia vão atuar sobre o movimento de massas. Piñera, ainda que tenha recuperado pouco de sua popularidade, segue sendo um governo completamente nas cordas. A queda na economia vai gerar ainda mais embates, com um sentido comum para lutar por direitos, abrindo a discussão sobre a constituinte para milhões de chilenos.

Em 25 de outubro, em mais uma noite de festa e ocupação das ruas chilenas, após encerrar-se a votação do plebiscito, enterrou-se a constituição de Pinochet. A eleição constituinte marcada para abril de 2021, seguida do embate da eleição presidencial de novembro do mesmo ano, será chave para uma nova esquerda real afirmar-se como defensora dos direitos de todo o povo chileno, aproveitando o processo que segue em curso, numa dinâmica com elementos revolucionários, ainda em aberto, mas com enorme energia política.

6) Brasil e Equador: urnas e descontentamento popular

Haverá, ainda, outros processos eleitorais nos próximos meses: as disputas regionais no Brasil em 15 de novembro e a eleição presidencial no Equador, marcado pela experiência com o governo de Lenín Moreno e pelo levante popular do ano passado, que deve ocorrer em 7 de fevereiro de 2021.

No caso brasileiro, a tendência será uma eleição multipolar, sem que Bolsonaro possa avançar, com uma oposição desunida e uma maior disputa pela hegemonia no campo progressista. Como a eleição ocorre em dois turnos, com a apatia geral do movimento de massas e com os efeitos da pandemia, a marca será a imprevisibilidade de uma eleição com características inéditas, em que o período de campanha foi muito curto e com expectativas de uma abstenção recorde. O que se indica, até pelas pesquisas, é o já assinalado repúdio ao discurso bolsonarista. Ainda que seja um ator ativo, disputando para ir ao segundo turno em parte

expressiva das capitais e se beneficiando do voto atrasado dos interiores, o bolsonarismo está longe de ser a onda eleitoral que foi avassaladora e turbinada pelas *fake news* em 2018. As pesquisas mostram dificuldade dos candidatos bolsonaristas nas principais capitais do sul, sudeste, norte e nordeste.

No Equador, a incipiente discussão aponta para a hipótese de derrota dos candidatos identificados com o governo e com seu programa neoliberal. A oposição também se apresenta dividida, com projetos muito díspares, mas com chances reais de vitória: o correísmo leva na cabeça de sua fórmula – pela impossibilidade de Correa concorrer por ter tido seus direitos políticos cassados – Andrés Arauz, o favorito nas pesquisas. Já o movimento indígena, através de Pachacutic, apresenta como candidato o ex-prefeito de Azulay, Yaku Pérez. A burguesia, que vem se diferenciando do governo Lenín Moreno, aposta suas fichas em Guillermo Lasso.

A grande rebelião popular do ano passado deixou uma senda de combate. Os movimentos populares estão organizados, seja no âmbito rural e indígena, seja no âmbito urbano. A derrota do modelo de Lenín Moreno terá efeito nas urnas, abrindo uma nova e interessante situação no Equador.

O Brasil tende a ter uma eleição menos previsível e menos definidora. Os impactos da crise econômica brutal que começa a ser sentida – nos altos índices de desemprego e na queda na renda – foram retardados com o programa de renda emergencial, já cortado pela metade. O final de ano espera novos conflitos com as condições de vida piorando num período sensível para a maior parte da população.

O ano de 2021, depois da eleição equatoriana, terá vários outros processos eleitorais na região. Além das já mencionadas eleições chilenas em abril e novembro, haverá eleições gerais no Peru em abril.

7) As tensões não serão dissipadas nas urnas

Podemos assinalar que é necessário se preparar para tensões que não serão resolvidas pelas urnas, ainda que o resultado das tendências políticas e eleitorais vá contribuir para definir a dinâmica geral do próximo período. A derrota eleitoral e o enfraquecimento da extrema-direita deve representar uma janela de oportunidades para reverter a defensiva em que se encontra hoje o conjunto do movimento de massas. Devemos afirmar, sem confiar nos atores políticos do *establishment*, que nossas forças sociais são capazes de derrotar a extrema e seus projetos reacionários.

Em dinâmica, pode-se dizer que a pandemia e o agravamento das condições de miséria devem levar a maiores choques e conflitos em toda linha, o que colocará a defesa dos direitos básicos na ordem do dia, com milhões lutando contra o desemprego e a fome. O papel do sistema de saúde, da pesquisa e da ciência será central, como parte da agenda de lutas e do programa.

Além disso, as condições para a construção de uma esquerda renovada e ciente de suas potências, limites e tarefas estão sendo reatualizadas. Novos fenômenos, como a ofensiva da contrarrevolução vista nas milícias racistas do oriente boliviano ou as novas gerações da KKK nos Estados Unidos, colocam novas tarefas para os ativistas, como a auto-organização protagonizada pelo movimento indígena na Bolívia, Equador e Chile e a rebelião negra nos Estados Unidos, para mencionarmos apenas alguns dos exemplos mais relevantes.

Nos últimos meses, o mundo conheceu processos de rebelião em múltiplos países, alguns já citados, mas também no Líbano, na Tailândia e na Nigéria. Na América Latina, houve protestos importantes em países como a Costa Rica, contra o pacote do FMI, e a Colômbia, contra o governo direitista de Iván Duque e a violência policial.

Nesse momento, de tensão e recomeço, há um espaço para organizar um debate programático que extraia a fundo as lições da etapa anterior; que aposte na auto-organização e na luta pela con-

quista de governos que rompam os regimes da democracia burguesa limitada; que prepare o confronto com a classe dominante; e que enfrente de forma ativa o verdadeiro furacão político em que o planeta apenas começa a ser tragado.

A vitória do MAS nas eleições da Bolívia

Bruno Magalhães¹

Somos mayoría, icarajo!

O grito preso na garganta se espalhou pelo comitê eleitoral do Movimento ao Socialismo em La Paz pouco depois da meia noite, assim que a imprensa boliviana divulgou resultados prévios que davam a vitória à Lucho Arce e seu vice David Choquehuanca já no primeiro turno e com mais de 50% dos votos. De repente, o cansaço e a preocupação se transformaram em alívio e alegria.

A sala reservada para os então candidatos foi invadida pela militância presente, aliviada após horas na espera dos números. Os resultados foram prometidos para o início da noite e o grande atraso na divulgação levou a todo tipo de especulação sobre qual seria a postura do governo golpista de Jeanine Áñez perante a vitória masista que se desenhava. A presença policial nas esquinas da Avenida Ecuador e a barricada montada na entrada principal do comitê aprofundavam o clima de tensão. No Hotel Europa, onde estava grande parte da delegação de observadores internacionais, chegavam rumores infundados de uma ação da polícia ou da classe média do bairro de Sopocachi contra o comitê de Lucho e David.

Os dirigentes do MAS não esperavam uma vitória tão grande. Conversando nos dias anteriores com camaradas como Marissol Fuentes, da FSTMB (federação mineira), ou Edmundo Nogales, da coordenação da campanha em La Paz, ficava claro o cenário de uma vitória no primeiro turno, mas não de forma tão contundente. Diferentemente do Brasil, na Bolívia pode haver uma vitória no primeiro turno com menos de 50% dos votos desde que o primeiro candidato tenha uma diferença de 10% de votos do segundo colocado, e a maioria dos militantes que ouvimos

¹ Membro da Executiva Nacional do MES e do Observatório Internacional do PSOL, esteve na Bolívia acompanhando a eleição presidencial neste país.

apostava neste tipo de vitória.

Com a apuração chegando ao fim, vemos um resultado que surpreendeu positivamente a todos e todas. O MAS passou dos 54% dos votos enquanto o ex-presidente neoliberal Carlos Mesa obteve pouco mais de 29% e o fascista Luis Camacho não chegou nem aos 15%. Enquanto La Paz e El Alto entraram em festa, a extrema-direita se mobilizou à frente da sede do tribunal eleitoral de cidades como Santa Cruz de la Sierra exigindo de forma ridícula a anulação das eleições que o próprio governo de extrema-direita havia organizado.

Por que os golpistas aceitaram o resultado?

“Porque nossa vitória foi arrebatadora”. Esta foi a resposta taxativa do jovem senador eleito Andronico Rodríguez quando questionado com esta pergunta em uma coletiva de imprensa logo depois da vitória. Andronico é vice-presidente da Federação de Cocaleiros de Cochabamba e um dos principais representantes da nova geração de lideranças do MAS, junto com camaradas como Orlando Gutiérrez (presidente da FSMTB), Eva Copa (presidente do Senado que optou por não concorrer às eleições para organizar as bases em El Alto), entre outros.

A vitória do MAS sinalizou não só a força da classe trabalhadora boliviana contra o regime golpista como também um deslocamento de eleitores de Carlos Mesa indignados com a violência e o racismo do governo de Áñez. Este governo foi responsável pela perseguição e prisão de diversos ativistas ao longo dos últimos meses, sendo marcado já nos primeiros dias do golpe pelos massacres de Senkata (em El Alto) e Sacaba (em Cochabamba), que deixaram 36 mortos.

Seu extremismo direitista se demonstrou também no papel de figuras como Luis Camacho e o ministro da justiça Artur Murillo. Camacho era o presidente do Comitê Cívico de Santa Cruz à época do golpe e teve papel protagonista durante o vácuo de

poder que se seguiu após o colapso do governo de Morales e sua renúncia, a qual foi seguida pela renúncia do vice-presidente García Linera e da presidente do Senado Adriana Salvatierra. Sua entrada no Palácio Quemado com declarações de que “Pachamama nunca mais voltará ao Palácio de Governo”, assim como sua oração de agradecimento com uma Bíblia sobre a bandeira boliviana, chocaram o mundo.

É importante lembrar que o Comitê Cívico de Santa Cruz é uma organização de extrema-direita que já esteve à frente de um processo de luta pela separação das províncias da chamada Meia

Lua (Santa Cruz, Beni, Pando e Tarija) em 2008 e possui um braço paramilitar, a União da Juventude Cruceñista. A Meia Luna, situada no leste do país e próxima da fronteira do Brasil, é uma região controlada pelo agronegócio onde o racismo contra a população indígena é ainda mais acentuado.

A enorme vitória do MAS foi um grande golpe tanto na extrema-direita da Meia Lua como na burguesia neoliberal representada por Mesa. Mesmo que o primeiro lugar de Arce no primeiro turno já fosse evidente, a tática da direita foi apostar que a diferença entre ele e Mesa não seria tão grande e, em um possível segundo turno, toda a direita se unificaria e derrotaria o candidato do MAS. Esta aposta continha um risco iminente e provavelmente levaria a um cenário de aprofundamento da crise pelos dois lados da disputa.

Por um lado, porque a aliança entre Mesa e Camacho levaria o ex-presidente ainda mais à direita para buscar os votos do fascista, dobrando a aposta golpista e aprofundando a grande polarização social no país. Por outro lado, o MAS não aceitaria um segundo turno e denunciaria o resultado como fraude praticada pelo governo ilegítimo de Áñez, o que levaria à descida das massas populares de El Alto para enfrentar o governo e seu exército na cidade de La Paz.

O temor de um levante popular contestando uma ida ao se-

gundo turno foi decisivo para que os golpistas não tentassem qualquer manobra. A força e a organização da classe trabalhadora boliviana mais uma vez foram decisivas para garantir que a extrema-direita não avançasse ainda mais no processo de fechamento do regime que se desenvolveu ao longo do último ano. Tanto as organizações sociais de El Alto como as federações de trabalhadores de todo o país se provaram mais uma vez não só como ferramentas de reivindicação econômica, mas como instrumentos essenciais de luta política da classe.

O que levou ao golpe?

A crise política que levou ao golpe de 2019 foi muito mais complexa do que é normalmente relatado. Tanto à esquerda como à direita, os relatos sobre esta crise são lineares e parciais, deixando de lado fatos e informações que são imprescindíveis para a compreensão não só dos eventos do ano passado como também do cenário político atual.

A crise de 2019 começou a ser gestada anos antes, quando um referendo constitucional realizado em 2016 rechaçou a possibilidade de mais uma reeleição para o quarto mandato de Evo Morales e García Linera por um resultado apertado de 51% a 48%. Esta derrota aparentemente obrigaria o MAS a uma renovação que levasse outro quadro político para a disputa das eleições de 2019.

Entretanto, em 2017 o Tribunal Constitucional Plurinacional decidiu que qualquer cidadão teria direito à reeleições consecutivas, o que invalidou a decisão popular realizada em 2016 e permitiu ao presidente Morales disputar novamente as eleições. Esta decisão do tribunal gerou protestos dentro do país e desconforto entre setores dentro do próprio MAS que defendiam a legitimidade do referendo constitucional, levando a um impasse que durou até as eleições de 2019 e culminou nas controvérsias ocorridas durante a apuração destas eleições.

As eleições aconteceram em 20 de outubro e a crise que levou ao golpe explodiu durante a apuração, quando a divulgação dos resultados parciais (sem valor legal) foi interrompida pelo Tribunal Supremo Eleitoral com 83% dos votos apurados. No momento da interrupção, Morales liderava a votação, mas não tinha a diferença necessária do segundo colocado Carlos Mesa para impedir o segundo turno, levando ao início de protestos e acusações de fraude no pleito. Estes protestos foram protagonizados pelos jovens *pilitas*, em geral oriundos da classe média e que empunhavam somente a bandeira boliviana tradicional ao invés da bandeira Whipala plurinacional.

Em 25 de outubro de 2019, o tribunal eleitoral declarou a vitória do MAS, o que aprofundou a crise que se seguiu pelos próximos dias. A Organização dos Estados Americanos (OEA) imediatamente deslegitimou o resultado, mesmo sem qualquer análise técnica do processo, e o governo de Evo entrou em colapso enquanto os protestos avançavam em uma escalada que levou a centenas de feridos e mais de 30 mortos.

Os sindicatos e organizações que antes serviram de suporte ao governo do MAS foram retirando seu apoio ao governo, o que culminou com o pedido da renúncia do presidente feito pela Central Operária Boliviana (COB) em 10 de novembro. A declaração da COB – histórica apoiadora do MAS – tornou a posição de Evo insustentável, sendo obrigado a renunciar após uma tentativa fracassada de convocar novas eleições. Com a renúncia dos outros dirigentes do MAS na linha sucessória, que alegaram ameaças e grandes riscos, a segunda vice presidente do Senado Jeanine Áñez assume o novo governo.

É importante notar que a fraude nas eleições bolivianas de 2019 nunca foi provada. Posteriormente, pesquisadores de entidades como a Universidade de Michigan, o Instituto de Tecnologia de Massachusetts e diversas outras organizações internacionais independentes validaram os resultados eleitorais, cujas

conclusões foram aceitas inclusive pelo jornal norte-americano *Washington Post*.

A chegada da extrema direita ao governo após o vazio de poder deixado pela crise daquele momento deixa algumas reflexões. A primeira é sobre a inabilidade de Evo Morales em construir uma transição que permitisse sua substituição por outros quadros do MAS no processo eleitoral, o que tornaria desnecessária a manobra jurídica de 2017 e provavelmente esvaziaria grande parte dos argumentos sobre sua legitimidade no poder. A abrupta interrupção da divulgação dos resultados eleitorais em 2019, apesar de não ser ilegal e não ter alterado os resultados finais, também sinaliza uma posição encastelada que não preocupou com as consequências do ato. O posicionamento da COB, chocante para muitos quem observavam o processo de fora da Bolívia, foi a prova final dos sucessivos erros políticos da direção do MAS.

A segunda reflexão é sobre as organizações sociais. Os grandes avanços dos anos do governo do MAS, notadamente a criação do Estado Plurinacional, tiveram limites. Os mecanismos de poder popular seriam essenciais para barrar a extrema-direita no momento mais crítico, ainda mais no caso da extremamente organizada classe trabalhadora boliviana, mas a aposta exclusiva na via institucional e no “capitalismo andino”, como formulado por García Linera, demonstraram suas limitações quando os trabalhadores e trabalhadoras assistiram o governo do MAS cair sem reagir com a força que tinham.

Não se pode deixar de lado também a análise das características bonapartistas desenvolvidas por Morales durante seu longo governo. A sensação de onipotência que levou ao desrespeito do plebiscito de 2016 se refletiu também na perseguição às dissidências políticas de esquerda e em questões morais na vida particular de Evo, menos relevantes no debate político geral, mas que são indicadores de elementos que levaram à sua renúncia.

Perspectivas de futuro

O governo Arce/David se desenvolverá sobre um cenário difícil, de crise econômica e polarização política. A derrota da direita, e especialmente da extrema-direita, abre espaço para ações profundas em prol dos interesses da classe trabalhadora boliviana. Avançar na conquista de direitos, e reverter algumas políticas em prol do capital realizadas nos últimos anos, é o que almeja grande parte daqueles e daquelas que votaram no MAS.

Por outro lado, os direitistas não vão desistir de seu projeto e continuarão tensionando a situação política no sentido contrário. Os interesses dos latifundiários do campo e dos neoliberais urbanos ainda estão em jogo, e estes setores recorrerão a qualquer coisa para fazer prevalecer seus privilégios, e se utilizaram da violência da mesma forma que já fizeram outras vezes. A ilusão de que a extrema-direita está derrota politicamente é perigosa neste momento de derrota eleitoral de Camacho.

Arce e David estão numa encruzilhada na qual um caminho leva ao aprofundamento da organização e de medidas econômicas populares enquanto outro leva à conciliação com a burguesia boliviana e maior aposta na institucionalidade. O processo mundial de polarização política também se desenvolve no país e as tentativas de combinar as duas saídas provavelmente levarão a um governo fraco e inconstante. Não há futuro viável para o novo governo do MAS sem o aprofundamento dos organismos de trabalhadores e sem a radicalização da democracia popular.

O papel de Evo em tudo isso ainda é uma incógnita. Seus erros levaram a uma perda de protagonismo que coloca hoje novos quadros do MAS como representantes dos anseios populares, e sua volta do exílio na Argentina é incerta não somente por fatores políticos como por denúncias apresentadas contra ele na justiça comum. A posição oficial dos dirigentes masistas é de que ele está livre para voltar e que, como um cidadão comum, deve responder a estas acusações perante uma justiça imparcial. Ao

mesmo tempo, a todo momento reforçam que a responsabilidade do novo governo é de Lucho Arce e David Choquehuanca. Não se sabe se Evo voltará para fortalecer ou para desestabilizar o novo governo, mas com certeza ele não estará alheio ao curso dos futuros acontecimentos.

As eleições bolivianas de 2020 demonstraram a força da classe trabalhadora e seu potencial enquanto sujeito histórico para as transformações do país. Surge cada vez mais forte uma nova geração de lideranças do MAS, oriundas de sindicatos e movimentos sociais, e estes companheiros e companheiras carregam a esperança do povo no futuro. Os próximos meses e anos não serão nada fáceis para os socialistas bolivianos, mas esta vitória recente pode representar uma inflexão continental na escalada direitista e dá enorme ânimo aqueles e aquelas que lutam por toda a América Latina.

Relato sobre o massacre de Senkata¹

Gloria Quisbert Ticona²

El Alto, La Paz, 19 de outubro de 2020.

Vou contar um pouco da história do que ocorreu em Senkata em novembro de 2019. Exatos onze meses atrás, perdemos dez de nossos entes queridos num massacre. Mães ficaram sem seus filhos, esposas ficaram sem seus maridos, filhos se tornaram órfãos. Até este momento, estamos em busca de justiça, porque aqui morreu gente inocente, gente que queria ajudar irmãos e irmãs que estavam sendo reprimidos com gás e violência. Trata-se de uma dor que carregamos até agora e não podemos deixar isso cair no esquecimento. Entre os 10 falecidos, estão Calixto Huacacoma Aguilar. Milton Zenteno Girona. Edwin Jumachi Paniagua (38). Ruddy Cristian Vásquez (23); Juan José Tenorio (23), Antonio Ronald Quispe (23), Pedro Quisbert Mamani (37), Clemente Mamani Santander, Devi Posto Cusi (31), José Colque Patty (22). É muito doloroso e lamentável contar esta história, mas mesmo assim não deixamos de recordá-la até hoje. Nós, enquanto vítimas de violações de direitos humanos que nos fizeram neste dia, nós não conhecemos o lugar exato onde eles faleceram, sabemos que estavam na Igreja de Senkata (Igreja de São Francisco de Assis – 25 de julho). Neste lugar, estavam três corpos, cujas fotografias começaram a circular pelas redes sociais. Por este meio, chegamos a saber o que tinha acontecido com nossos irmãos que deram a vida pela Pátria. Seus corpos estavam tapados com bandeiras whipala, não apenas feridos, mas já falecidos. Eram jovens que estavam na luta e deram sua vida pela vitória do povo. Entre eles, estava meu irmão, Pedro Quisbert... [interrupção emocionada]. Bem, nesse 19 de novembro, não houve nenhuma ajuda

¹ Tradução: Charles Rosa.

² Presidente da Associação de Familiares das Vítimas de Senkata.

médica, nenhuma ambulância, o povo altenho teve que se defender sozinho dentro das suas possibilidades.

Já havia irmãos mortos e outras dezenas de feridos. Hoje, outubro de 2020, peço que isso tenha uma divulgação internacional e que, assim, nós possamos alcançar uma justiça que nunca tivemos. Trataram-nos como “terroristas”, “traidores”, “alcoólatras”, “bandoleiros”, “mal-intencionados”, “criminosos”, palavras que doem, pois os companheiros que faleceram não eram isso. Pelo contrário, eram esposos que deixaram viúvas e pais que deixaram órfãos. Nesse mesmo dia, houve três feridos – Clemente Eloy, Rudi Christian Vázquez, David Centeno – que foram ao hospital e não tiveram plena ajuda médica, porque os médicos discriminavam os “masistas” ou porque não tinham dinheiro para pagar o atendimento. Assim, alguns companheiros morreram, depois de esperar horas pelo atendimento que não veio. Outros companheiros se concentraram na Igreja durante a noite do dia 19, e quando o dia seguinte amanheceu, já se contabilizavam seis mortos no local. Era uma quarta-feira, e durante todo o dia era possível ouvir o grito do povo de El Alto exigindo justiça. Durante a autópsia, os legistas não queriam registrar as seis mortes “por bala”, outra violação grave a nossos direitos humanos. Os médicos forenses, sem nenhuma compaixão, queriam colocar outros motivos para a morte, mas graças à luta das mães e esposas tiveram que registrar “morte por arma de fogo” na certidão de óbito. Eu e outras pessoas acompanhamos o processo de autópsia, eu tive que ver o crânio arrebentado de meu irmão, atingido por uma bala.

Os companheiros assassinados tinham entre 23 e 30 anos de idade, ou seja, em sua maioria jovens estudantes. Hoje em dia, recordamos este momento com muita dor e emoção. Em 20 de novembro, depois da autópsia, os corpos saíram nos caixões até a Ponte de Senkata, onde se realizaram um *cabildo* (assembleia) e uma missa em memória dos caídos que deram sua vida. Depois

nos dirigimos até Praça 25 de Julho com os corpos. Mesmo na noite do dia 20, seguia havendo muitos militares nas ruas e helicópteros nos céus de Senkata, enquanto chorávamos em cima dos caixões e pedíamos justiça. Em 21 de novembro, descemos até a cidade de La Paz em manifestação, ainda com os corpos nos caixões brancos. Embora estivéssemos arrasados emocionalmente, pudemos contar com o apoio moral do povo de El Alto. A manifestação em La Paz também foi reprimida pelas forças policiais, com gás lacrimogêneo. Eles não respeitaram nem os corpos! Eu lembro que eu estive do lado do caixão do meu irmão o tempo todo, mas não pude resistir às bombas de gás jogadas em nosso rosto e tive que ser internada inconsciente no Hospital de Clínicas Geral. Lá, segundo alguns companheiros me contaram, os atendentes quiseram me fazer desaparecer e, às 8 da noite, meus companheiros me retiraram do hospital, ainda inconsciente.

Nos dias seguintes, os corpos dos falecidos foram finalmente enterrados em distintos cemitérios de La Paz. É uma dor imensa a que carregamos até hoje [interrupção emocionada]. Lembro-me das dezenas de familiares levando flores aos túmulos, das viúvas com os órfãos nos braços... Rebaixaram toda a nossa auto-estima. A partir dali, tivemos que passar o Natal, o dia dos pais e todas as outras datas festivas sem a presença de nossos entes queridos. Duas das viúvas estavam grávidas de 5 e 7 meses, ou seja, seus filhos já nasceram em 2020 sem conhecer os pais. Quando estes anjinhos crescerem no futuro, eles entenderão como boa parte de sua vida foi destroçada no massacre. Outras pessoas que vêm sofrendo bastante são os pais que criaram seus filhos, os colocando na luta pelos seus direitos, e agora choram suas perdas. São várias as dores de criar um filho sem pai, de recordar o martírio de nossos companheiros! Mesmo assim, desde o dia do massacre, buscamos seguir a vida, sem esquecê-los. Em 5 de março, fizemos uma homenagem em Senkata, uma missa em rememoração aos caídos de Senkata. Novamente

fomos reprimidos neste dia com bombas de gás pela polícia. Não podemos viver um dia com tranquilidade nem caminhar livremente. Inclusive nos proibiram pisar na Plaza Murillo em La Paz. Em 18 de setembro, exatos dez meses depois do massacre, nossa companheira, viúva e vice-presidente da entidade dos familiares dos desaparecidos, e representantes dos Direitos Humanos foram detidos pela polícia. A repressão neste dia foi muito forte em El Alto, familiares foram golpeados e levados ao chão pelos agentes policiais. Não é fácil esquecer esta dor, pois eles mesmos fazem questão de tempos em tempos nos fazer lembrar desta dor. Os militares se recusam a admitir sua responsabilidade no assassinato de nossos irmãos. Cynicamente, eles dizem que nós mesmos os matamos, e isso não é verdade. Nós, como povo humilde, só podemos nos defender com nossos poucos recursos, talvez com unhas, paus e pedras, mas não temos armas, nem nada letal, ao contrário do que eles nos acusam. Eles, sim, têm armas, mas jamais dirão a verdade, jamais admitirão que mataram nossos companheiros. Nas comissões de inquérito, eles nos incriminam, eles denunciam que a gente queria queimar a fábrica de Senkata, atentado contra centenas de vidas, e isso também não é verdade. Em 19 de novembro, nas horas que eles nos acusam de tramar contra a planta de Senkata, já havia dezenas de feridos e até mortos. Dói muito no coração ouvir que só morreu quem queria depredar a fábrica. Isso é uma grande mentira! O único companheiro morto na manhã de 19 de novembro estava voltando de seu trabalho e foi baleado um pouco antes do meio-dia. Os nove falecidos restantes morreram todos à tarde e à noite, a partir das 16h até a madrugada do dia seguinte, quando seguia o cerco militar. Este pesar em cada um de nossos corações não passa. Outro fato doloroso de recordar é os feridos por disparos durante o massacre, ao irem ao hospital, tiveram que escutar dos plantões médicos: “você receberam grana para protestar, agora aguenta a dor ou procure o *papito* Evo para se

curar”. Todos os nossos direitos básicos foram desrespeitados, os doutores tinham a obrigação de nos atender dignamente, independentemente da coloração política do paciente. Inclusive gente que estava simplesmente de passagem, saindo de seu expediente de trabalho, foi atingida pela repressão. Há o caso, por exemplo, de Clemente Santander, um senhor que estava levando sua esposa gestante ao controle pré-natal e foi assassinado na frente dela. Outro rapaz (Pedro Quisberg) estava numa esquina, comprando pãezinhos, depois de sair da fábrica Polar, às 16:54, e também foi morto pelos militares, deixando três filhos órfãos e outro em estado de gestação. Pessoas que estavam no lugar sem saber o que estava, de fato, acontecendo. Há também mulheres fortemente feridas por disparos nas pernas, nos peitos, nos braços. Há, inclusive, jovens que até hoje convive com balas alojadas no corpo desde o dia do massacre. Um caso bem conhecido é de um rapaz que não tinha dinheiro para fazer a cirurgia de remoção da bala na perna, e só depois de muita comoção e exigência dos familiares o Ministério da Saúde autorizou a retirada. Durante dez meses, ele teve que suportar a dor, durante dez meses eles se recusaram a tê-lo como prioridade, durante dez meses a bala ficou na sua perna... E há outros feridos que seguem com muita dor e cicatrizes de balas. Mesmo assim, todos nós continuamos a batalha e seguiremos adiante, porque eles dispararam contra os nossos familiares e contra a gente em Senkata e na Zona Sul, outro lugar onde houve dois falecidos e dezenas de feridos pela repressão brutal da polícia.

Como eu já disse, é muito dolorosa a situação em que vivem tanto a Associação de Familiares dos Falecidos, Feridos e Feridas em 19 de Novembro quanto os feridos pela repressão de 11 de novembro em Sierra del Alto. Os militares dispararam contra gente de seu mesmo sangue, de sua mesma raça, porém eles jamais vão admitir por conta própria que eles fizeram isso. Assim, o nosso pedido internacional é que vocês nos ajudem a pedir jus-

tiça pelos caídos. Isso não pode ficar no esquecimento! Nós e vocês somos irmãos de sangue, somos a mesma gente de luta. Hoje isso nos tocou, amanhã talvez pode acontecer com vocês. Não podemos seguir permitindo novos massacres, como em outubro de 2003 e agora em outubro/novembro de 2019. Isso não pode voltar a acontecer, esse medo que nos deixaram e essa dor que deixaram no coração dos familiares e feridos/as, com sequelas dentro do peito. A única certeza que temos é que não esqueceremos jamais esta dor que já dura onze meses. *Ni olvido, ni perdón* para o que aconteceu em novembro de 2019.

Para derrotar o fascismo na eleição estadunidense e além, é preciso reconhecer que se trata de uma resposta fracassada à crise capitalista¹

William I. Robinson²

Poucos discordariam, à luz dos eventos recentes, que o governo Trump, seus apoiadores mais obstinados supremacistas brancos da extrema-direita mais fanática e elementos do Partido Republicano estão cogitando um golpe fascista. Se esse golpe continuará avançando ou se ele será derrotado é algo que depende de como se desenrolam os acontecimentos na eleição de 3 de novembro e suas sequelas, e especialmente da capacidade da esquerda e das forças progressistas de se mobilizar em defesa da democracia e em prol de uma agenda de justiça social como um contraponto ao projeto fascista.

Esta luta pode se beneficiar de uma clareza analítica sobre o que nós enfrentamos – em particular, a análise que vincula a ameaça do fascismo ao capitalismo e sua crise. Eu tenho escrito sobre a ascensão dos projetos fascistas por todo o mundo neste século desde 2008. Embora um projeto deste tipo esteve sendo gestado nos EUA desde o começo do século XXI, ele entrou num estágio qualitativamente novo com o surgimento do trumpismo em 2016 e parece estar sendo acelerado agora conforme se aproximam as eleições.

No panorama mais amplo, fascismo – seja no século XX ou em sua variante no século XXI – é uma resposta particular da extrema-direita à crise capitalista, como aquela da década de 1930 e aquela que começou com o colapso financeiro de 2008 e que

¹ Originalmente publicado em inglês em: <https://truthout.org/articles/to-defeat-fascism-we-must-recognize-its-a-failed-response-to-capitalist-crisis/>. Tradução: Charles Rosa.

² Professor no Departamento de Sociologia da Universidade da Califórnia, Santa Bárbara.

agora foi enormemente intensificada pela pandemia. O trumpismo nos EUA, o Brexit no Reino Unido, a crescente influência dos partidos e movimentos neofascistas e autoritários por toda a Europa (incluindo Polônia, Alemanha, Hungria, Áustria, Itália, Países Baixos, Dinamarca, França, Bélgica e Grécia) e por todo o mundo (tal como em Israel, Turquia, Filipinas, Brasil e Índia) representam uma resposta da extrema-direita à crise.

Trumpismo e fascismo

Os signos reveladores da ameaça fascista nos Estados Unidos saltam à vista. Movimentos fascistas expandem-se rapidamente desde a virada do século na sociedade civil e no sistema político através da ala mais à direita do Partido Republicano. Trump provou ser uma figura carismática capaz de galvanizar e encorajar forças neofascistas díspares, dos supremacistas brancos, nacionalistas brancos, milícias, neonazis e membros da Ku Klux Klan até os Oath Keepers, o Movimento Patriótico, os fundamentalistas cristãos e os grupos justiceiros anti-imigrantes. Desde 2016, outros grupos numerosos emergiram, dos Proud Boys e QAnons ao movimento Boogaloo (cujo objetivo explícito é provocar uma guerra civil) e ao grupo terrorista de Michigan conhecido como Wolverine Watchmen. Eles estão fortemente armados e se mobilizando para o confronto em sintonia quase perfeita com a ala da extrema-direita do Partido Republicano, a qual há muito tempo capturou o partido e o tornou um instrumento absoluto do reacionarismo.

Animados pelas bravatas imperiais de Trump, sua retórica nacionalista e populista, e seu discurso abertamente racista, radicalizado em parte no sentimento anti-imigrante, antimuçulmano e antinegro, eles começaram a polinizar de forma cruzada até um grau jamais visto em décadas, ao mesmo tempo em que ganhavam terreno na Casa Branca de Trump e nos governos locais e estaduais de todo o país. O paramilitarismo espalhou-se dentro

de muitas dessas organizações e se sobrepôs às agências repressivas estatais. As milícias racistas, fascistas e de extrema-direita, identificadas pelo FBI e pelo Departamento de Segurança Nacional como a ameaça terrorista doméstica mais letal, operaram dentro das agências policiais. Já em 2006, uma avaliação de inteligência governamental alertava sobre “a infiltração dos supremacistas brancos nos aparatos policiais por grupos organizados e a infiltração autoiniciada por agentes policiais simpáticos às causas supremacistas brancas”.

A insurgência fascista alcançou um ponto máximo na esteira dos protestos massivos provocados pelo assassinado de George Floyd perpetrado pela polícia em maio. Entre os incidentes recentes bastante numerosos para serem enumerados, os membros das milícias fascistas se apresentaram de forma rotineira fortemente armados em manifestações antirracistas com o objetivo de ameaçar os manifestantes e, em vários casos, cometeram assassinatos. Trump negou-se a condenar a insurgência armada da extrema-direita. Ao contrário, ele defendeu um autodenominado justiceiro e entusiasta do movimento “Blue Lives Matter” [“As vidas dos policiais importam”] que atirou para matar em manifestantes desarmados em Kenosha (Wisconsin) em 25 de agosto. Em 3 de setembro, agentes federais executaram extrajudicialmente Michael Reinoehl, quem admitiu ter disparado alguns dias antes em um membro do grupo supremacista branco Patriot Prayer durante um confronto entre manifestantes contra e favor de Trump em Portland, Oregon. “É preciso haver represálias”, declarou Trump numa entrevista assustadora na qual ele parecia se arrojar os méritos de um fato que equivalia a uma execução por um esquadrão da morte.

Particularmente sinistro foi o complô de um grupo miliciano terrorista, dissolvido em 8 de outubro, para assaltar a capital de Michigan, sequestrar e possivelmente matar o governador e outros funcionários, uma conspiração que a Casa Branca recusou-

-se a condenar. Embora haja grandes diferenças entre o fascismo do século XX e o do século XXI e não se deva exagerar qualquer paralelismo, seria bom recordar o “Putsch da Cervejaria” na Baviera, Alemanha, que marcou um ponto de inflexão na ascensão nazista ao poder. Naquele incidente, Hitler e um grupo fortemente armado de seus seguidores tramaram um complô para sequestrar os líderes do governo bávaro. Oficiais leais ao governo sufocaram o golpe de Estado e encarceraram Hitler, mas a insurgência fascista alastrou-se como consequência.

O golpe fascista agora depende das eleições de novembro. O Estado de Direito está sendo derrubado. Trump já afirmou, sem nenhuma evidência crível, que as eleições serão fraudulentas, negou-se a comprometer-se com a transição pacífica do poder em caso de derrota, e sobretudo pediu a seus apoiadores que estejam preparados para uma insurreição. Ele próprio um capitalista transnacional, um racista e um fascista, Trump aproveitou os protestos pelo assassinato de George Floyd para levar o projeto para um novo nível, incitando, a partir da própria Casa Branca, a mobilização fascista na sociedade civil estadunidense, manipulando o medo e a reação racista com seu discurso de “lei e ordem”, e ameaçando uma escalada qualitativa do Estado policial. A supressão generalizada e sistemática de eleitores, especialmente dos situados em comunidades marginalizadas, já privou milhões de pessoas de seus direitos políticos. Donald Trump Jr. pediu em setembro que “todos os homens e mulheres são se unissem a um exército para a operação de segurança eleitoral de Trump”.

Morfologia do projeto fascista

A atual crise do capitalismo global é tanto estrutural quanto política. Politicamente, os Estados capitalistas enfrentam crises de legitimidade em espiral depois de décadas de dificuldades e de decadência social provocadas pelo neoliberalismo, agravadas

agora pela incapacidade destes Estados de gerirem a emergência sanitária e o colapso econômico. O nível de polarização e de desigualdade social global não encontra precedentes. A parcela de 1% mais rica da humanidade controla mais da metade da riqueza mundial enquanto os 80% do estrato inferior precisam conformar-se com apenas 5% desta riqueza. Desigualdades tão extremas podem somente ser sustentadas por níveis extremos de violência estatal e privada que servem aos projetos políticos fascistas.

Estruturalmente, a economia global está imersa numa crise de superacumulação, ou estagnação crônica, piorada pela pandemia. Enquanto as desigualdades aumentam, o sistema produz cada vez mais riquezas que a massa de trabalhadores não pode consumir. Como resultado, o mercado global não consegue absorver a produção da economia global. A classe capitalista transnacional não pode encontrar saídas para “descarregar” os trilhões de dólares já acumulados. Nos anos recentes, chegaram a níveis alucinantes a especulação financeira, o assalto e a pilhagem dos orçamentos públicos e a acumulação militarizada (ou acumulação por repressão). Isso refere-se a como a acumulação de capital chega a depender cada vez mais dos sistemas transnacionais de controle social, repressão e guerra, e a como o Estado global expande-se para defender a economia de guerra global das rebeliões a partir de baixo.

O fascismo busca resgatar o capitalismo dessa crise orgânica; isto é, ele busca restaurar violentamente a acumulação de capital, estabelecer novas formas de legitimidade estatal e suprimir ameaças vindas de baixo desincumbido de restrições democráticas. O projeto envolve uma fusão de um poder estatal repressivo e reacionário com uma mobilização na sociedade civil. O fascismo do século XXI, como o seu antecessor no século XX, é uma mistura violentamente tóxica de nacionalismo e racismo. Seu repertório discursivo e ideológico envolve nacionalismo extremo e

a promessa de uma regeneração nacional, xenofobia, doutrinas de raça/supremacia cultural junto a uma mobilização violenta racista, masculinidade marcial, militarização de uma vida política e cívica e a normalização – ou mesmo a glorificação – da guerra, da violência social e da dominação.

Como sucedeu no fascismo do século XX, o projeto fascista deste século depende do mecanismo psicossocial de disseminar o medo e a ansiedade das massas (num tempo de crise aguda do capitalismo) em relação às comunidades tratadas como bodes expiatórios, sejam elas judias na Alemanha nazista, imigrantes nos Estados Unidos ou muçulmanas na Índia, além de um inimigo externo, como o comunismo durante a Guerra Fria, ou a China e a Rússia atualmente. Ele busca organizar uma base social massiva com a promessa de restaurar a estabilidade e seguranças que foram desestabilizadas pelas crises capitalistas. Os organizadores fascistas apelam para a mesma base social daqueles milhões que foram devastados pela austeridade neoliberal, o empobrecimento, o emprego precário e a transferência para as fileiras de mão-de-obra excedente, tudo isso agravado pela pandemia. Conforme o descontentamento popular se espalhou, a mobilização da extrema-direita e dos neofascismos cumpriu um papel crítico no esforço dos grupos dominantes para canalizar esses descontentamentos para longe de uma crítica do capitalismo global e na direção de apoiar a agenda da classe capitalista transnacional disfarçada pela retórica populista.

O apelo fascista é direcionado em particular para setores historicamente privilegiados da classe trabalhadora, tais como os operários brancos do Norte Global e as camadas médias urbanas no Sul Global, que estão experimentando uma maior insegurança e o espectro da mobilidade descendente e da desestabilização socioeconômica. O outro lado da moeda de se direcionar para certos setores descontentes é o controle violento e a repressão de outros setores – que, nos Estados Unidos, provêm de maneira

desproporcional das fileiras de mão-de-obra excedente, das comunidades que enfrentam a opressão racial e étnica, ou religiosa, além de outras formas de perseguição.

Os mecanismos de exclusão coercitiva incluem o encarceramento massivo e a disseminação de complexos industriais de prisão; a legislação contra imigrantes e os regimes de deportação; a manipulação do espaço de novas formas para que tanto as comunidades fechadas como os guetos sejam controlados por exércitos de guardas de segurança privada e sistemas de vigilância tecnologicamente avançados; o policiamento ubíquo, frequentemente paramilitarizado; os métodos “não letais” de controle de multidões; e a mobilização das indústrias culturais e dos aparatos ideológicos estatais para desumanizar as vítimas do capitalismo global como perigosas, depravadas e degeneradas culturalmente.

Racismo e interpretações concorrentes da crise

Nós não podemos subestimar o papel do racismo para a mobilização fascista nos Estados Unidos. Mas necessitamos aprofundar nossa análise sobre isso. O sistema político estadunidense e os grupos dominantes enfrentam uma crise de hegemonia e de legitimidade. Isso envolve o colapso do bloco histórico racista branco que, numa ou noutra medida, reinou de modo supremo desde o fim da reconstrução do pós-Guerra Civil até o final do século XX, mas que se desestabilizou através da globalização capitalista. A extrema-direita e os neofascistas estão tentando reconstruir semelhante bloco, em que a identidade “nacional” se torna “identidade branca” como um substituto (isto é, um código) de uma mobilização racista contra aquilo que eles percebem como fontes de ansiedade e insegurança.

Entretanto, muitos integrantes brancos da classe trabalhadora vêm experimentando uma desestabilização econômica e social, uma mobilização descendente, uma maior insegurança, um futuro incerto e uma precarização acelerada – ou seja, condições

de trabalho e de vida cada vez mais precárias. Este setor historicamente desfrutou dos privilégios étnicos e raciais que provêm da supremacia branca frente a outros setores da classe trabalhadora, mas foi perdendo tais privilégios com a globalização capitalista. A escalada de um discurso velado e também abertamente racista a partir de cima tem como objetivo levar os membros deste setor branco da classe trabalhadora a uma compreensão racista e neofascista de sua condição.

O racismo e o apelo ao fascismo oferecem aos trabalhadores do grupo racial ou étnico dominante uma solução imaginária para contradições reais: o reconhecimento da existência de sofrimento e opressão, ainda que a solução seja falsa. Os partidos e os movimentos associados a tais projetos apresentaram um discurso racista, menos codificado e menos mediado que os políticos *mainstream*, atacando as minorias racial, étnica ou religiosamente oprimidas, imigrantes e refugiados em particular, como bodes expiatórios. Entretanto, nessa era de capitalismo globalizado, há pouca possibilidade, nos Estados Unidos ou em outros lugares, de se oferecer tais benefícios, pelo que o “salário do fascismo” agora parece ser inteiramente psicológico. A ideologia do fascismo do século XXI repousa na irracionalidade – uma promessa de entregar segurança e restaurar a estabilidade que é emotiva, não racional. É um projeto não faz (e não necessita fazer) distinção entre a verdade e a mentira.

O discurso público do governo Trump de populismo e nacionalismo, por exemplo, não guarda relação com suas políticas atuais. “*Trumponomics*” – a política econômica de Trump – envolve uma desregulação do capital, cortes no gasto social, desmantelamento do que restou do Estado de bem-estar social, privatização, isenções fiscais para corporações e para os ricos, leis antitrabalhistas e uma expansão dos subsídios estatais ao capital – em resumo, um neoliberalismo radical. O populismo de Trump não tem substância política. É quase que inteiramente simbólico – daí

o significado de seu lema fanático “construir o muro” e retórica similar, simbolicamente essencial para sustentar uma base social para a qual o Estado pode proporcionar pouco ou nenhum suborno material. Isso também ajuda a explicar o crescente desespero nas bravatas de Trump conforme se aproximam as eleições.

Mas aqui há um fator decisivo: as condições socioeconômicas deteriorantes e a insegurança crescente não levam automaticamente a uma reação racista ou fascista. Uma interpretação racista/fascista dessas condições deve ser mediada por agentes políticos e agências estatais. O trumpismo representa tal mediação.

Para enfrentar a ameaça do fascismo, as forças de resistência popular devem apresentar uma interpretação alternativa da crise, envolvendo uma agenda de justiça social fundada numa política da classe trabalhadora que pode conquistar a possível base social do fascismo. Essa possível base é composta em sua maioria de trabalhadores que experimentaram os mesmos efeitos deletérios do capitalismo global em crise assim como toda a classe trabalhadora. Nós necessitamos de uma agenda de justiça social e da classe trabalhadora que responda a sua condição crescentemente miserável, a fim de que não a deixemos suscetível à manipulação da extrema-direita populista dessa condição. Joe Biden deve ganhar a eleição. Entretanto, mesmo que ele triunfe e consiga tomar posse, continuarão existindo a crise do capitalismo global e o projeto fascista abordado neste artigo. Uma frente única contra o fascismo deve se basear numa agenda de justiça social que mire no capitalismo e em sua crise.

Por que sou a favor de votar para Biden e o incentivo para que também o faça¹

Dan La Botz²

Pela primeira vez em minha vida, em cinquenta anos de eleições nos Estados Unidos, estou votando em um candidato presidencial do Partido Democrata e apelo para que outros também o façam. Como ativista da esquerda, escritor de política em várias publicações e editor do *New Politics*, sinto que devo reconhecer publicamente que mudei minha posição sobre esta questão e explicar por que recentemente assinei uma carta defendendo o voto em Joseph Biden.

Me tornei um ativista nos anos 1960 no movimento contra a guerra dos Estados Unidos no Vietnã. Nosso inimigo era o Partido Democrata de John F. Kennedy e Lyndon B. Johnson, que estava levando a cabo a guerra. O Partido Republicano reacionário estava, naturalmente, fora de consideração. Eu dei meu primeiro voto presidencial na Califórnia em 1968 para Eldridge Cleaver, o líder Pantera Negra que era candidato pelo Partido da Paz e Liberdade, uma tentativa de dar expressão política aos dois grandes movimentos sociais daquela época: direitos civis e oposição à guerra. Como muitos outros naquela época, fiquei convencido de que os partidos Republicano e Democrata eram ambos dominados pela classe capitalista, ambos os partidos do racismo no país e do imperialismo no exterior. Ainda acredito que seja esse o caso.

Na minha vertente da esquerda, assumimos a posição que defendemos para o que chamamos de “ação política independente”, ou seja, para apoiar candidatos e partidos à esquerda dos democratas que eram independentes da classe capitalista. Portanto,

¹ Tradução: Bruno Magalhães.

² Professor na City University of New York. É membro do *Solidarity* e do *Democratic Socialists of America* (DSA).

apoei e votei durante anos no Partido Verde e apoiei o Partido Trabalhista quando este foi fundado em 1996, embora infelizmente nunca tenha encontrado coragem para concorrer com candidatos contra os democratas. Ajudei Medea Benjamin com sua campanha do Partido Verde para governadora da Califórnia em 2000 e votei em Ralph Nader nesse mesmo ano, quando ele foi acusado de ser um estraga-prazeres que levou à derrota do democrata Al Gore e à eleição de George W. Bush. Em 2010, o Partido Socialista, tendo ganhado uma ação judicial de acesso às urnas, me pediu para me candidatar em Ohio ao Senado dos EUA, o que fiz para propagandear o socialismo.

Quando Bernie Sanders se declarou um candidato “socialista democrático” à presidência em 2015, eu trabalhei para sua eleição, mantendo meu registro no Partido Verde. Quando Sanders concorreu novamente em 2019, me opus a apoiá-lo porque acreditava que sua campanha não teria o impacto que teve em 2015-16 (o que acabou sendo verdade) e porque acreditava que ele e seus apoiadores tinham se tornado mais integrados ao Partido Democrata (o que é discutível). Não lamento nenhuma dessas posições anteriores que tomei nem repudio a lógica que me levou a tomá-las.

O Partido Democrata continua sendo um partido capitalista e imperialista. Não acredito que os reformistas possam ter muito impacto em suas políticas e direções gerais, e certamente não acredito que ele possa ser assumido pela esquerda. Joseph Biden é um candidato repugnante, como Branko Marcetic detalhou em seu livro *Yesterday's Man*. Ele ajudou o Partido Democrata a realizar a virada neoliberal da classe trabalhadora para a classe executiva, e apoiou as políticas racistas e imperialistas das presidências Clinton e Obama. Não sou partidário político nem do Partido Democrata nem de seu candidato Joe Biden, mas peço que votem nele por motivos restritos e pragmáticos: para evitar que Trump tenha um segundo mandato.

Cheguei à conclusão de que esta eleição – com a possibilidade de fraude eleitoral maciça, a provável recusa de Trump, caso ele perca, de deixar a Casa Branca, e um possível golpe de Estado – é bem diferente de qualquer coisa em minha vida ou na história americana. Todas as principais instituições da mídia, TV, imprensa e mídia social, estão discutindo a possibilidade de uma tomada de poder pela direita por Trump. Não estou pedindo uma votação para o Partido Democrata porque ele necessariamente pode ou irá impedir um golpe. NÃO acredito que o Partido Democrata seja um baluarte contra um golpe autoritário ou fascista. Mas acredito que um amplo voto para Biden em todos os lugares, mesmo em estados seguros onde se pode votar no Partido Verde, torna mais difícil para Trump justificar ao Partido Republicano, à sua base e ao povo americano que ele tem o direito de permanecer no poder. Não quero facilitar a tarefa de Trump, alegando que ele ganhou as eleições se não o fez. Votar em Biden certamente não representa de forma alguma, de minha parte, um compromisso com o Partido Democrata ou seus candidatos no futuro. Mas desta vez eu votarei em Biden.

Infelizmente, por mais que eu admire Howie Hawkins, não vejo de nenhuma maneira que votar no Partido Verde poderá fazer outra coisa que não seja facilitar a vitória de Trump ou ajudá-lo reivindicar a vitória e lutar para permanecer no cargo, para se tornar um ditador. Não estou convencido de que haja uma forte conexão entre votar no Partido Verde e construir movimentos sociais e, na verdade, acho que há pouca conexão. Não acredito que o voto verde terá de alguma forma um impacto na consciência política de muitos americanos, já que as crises atuais empurram todo o resto para as margens. Entendo que alguns irão votar nos Verdes para demonstrar a si mesmos seu compromisso contínuo com a esquerda, mas acho que isso é melhor feito detendo Trump por enquanto – se pudermos – enquanto também trabalhamos para construir os movimentos que precisamos para

superar a administração e as políticas de Biden.

Gostaria de poder votar no Partido Verde, um partido trabalhista, um partido socialista, ou algum outro partido progressista da esquerda que representasse um movimento de massas. Infelizmente, não existe tal alternativa. Não tem sido fácil para eu chegar a esta posição ou defendê-la publicamente. Mas eu tenho e vou. Peço a todos os eleitores que votem em Biden para impedir a reeleição de Trump. Como eu disse, lamento ter que tomar esta decisão, mas lamentaria ainda mais um segundo mandato para Trump.

O túnel do tempo do racismo nos Estados Unidos da América e o Ódio que o Ódio gerou

Danilo Serafim¹

Você diz que acredita que “todas as vidas importam”. Eu digo que não acredito no que você faz. – Stevie Wonder

Com as eleições nos Estados Unidos marcadas para 3 de novembro e com um processo extremamente polarizado, assistimos ao desgaste do governo Trump, com suas posições autoritárias, racistas e negacionistas sendo duramente questionadas por boa parte da população norte-americana. Trump vem acumulando uma série de desgastes. Se as eleições fossem hoje, o candidato do Partido Democrata venceria o certame?

A pandemia da Covid-19 desnudou o problema da saúde pública nos EUA, onde a população negra e latina têm se tornado as maiores vítimas, e já ultrapassou o patamar de 7 milhões de casos, e mais de 200 mil mortes.

A crise do governo Trump agravou-se ainda mais com o assassinato de Georg Floyd pela polícia, um homem que em virtude da pandemia perdeu o emprego como segurança de um restaurante na cidade de Minneapolis, e que fez eclodir uma revolta generalizada dentro e fora dos EUA. Floyd agonizando enquanto dizia “eu não consigo respirar”, e logo em seguida, o flagrante crime registrado por uma moradora Darnella Fraizer, percorreu o mundo em todas as páginas de jornais, canais de TV e redes sociais na internet.

A organização autônoma do movimento *Black Lives Matter* nos Estados Unidos, centrada na questão do racismo policial, e pondo em descoberto a questão mais ampla do racismo institucional

¹ Cientista social, professor de Sociologia, coordenador nacional do MOVER/Plataforma Anticapitalista e da Executiva Nacional da CSP-Conlutas.

(de Estado), constitui, após o desaparecimento do movimento pelos direitos civis, o elemento mais significativo em prol da luta antirracista nos EUA.

Segundo JS Titus, indiano pesquisador e ativista da IV Internacional, morador de Londres, nas semanas após o assassinato de George Floyd pela polícia dos EUA, os protestos e os tumultos se espalharam rapidamente pelo mundo. “É muito apropriado que o terrível legado da pilhagem imperialista da África dê origem ao movimento que abalou o mundo em questões de dias. Como seria de se esperar de tal revolta global, diferentes partes do mundo viram diferentes questões locais se fundirem com demandas sobre assassinatos policiais nos Estados Unidos. Na Grã Bretanha, por exemplo, no coração da velha ordem colonial, protestos ocorreram em mais de 260 lugares, não apenas em solidariedade ao movimento *Black Live Matters* nos EUA, mas também em confronto com o próprio legado colonial imperialista do estado britânico e a opressão racial contínua de pessoas negras”, disse JS Titus.

A nota da IV Internacional vai ao mesmo sentido: “Os protestos ocorreram fora dos EUA, da Europa à Austrália, do Japão à África, do México ao Brasil, combinaram protestos contra a morte de Floyd, solidariedade com os protestos antirracistas nos EUA, e protestos contra a brutalidade policial local contra a maioria negra das populações no Brasil, povos indígenas como na Austrália, minorias étnicas, religiosas e migrantes. Manifestações em todo o mundo gritam e carregam cartazes proclamando “Vidas negras são importantes” ao lado de nomes de pessoas de cor mortas pela polícia local – Adama Traoré na França em 2016, e vários casos na Grã Bretanha – de maneira semelhante a George Floyd. Exigiu a remoção de símbolos de opressão racista e imperialista, como estátuas do rei belga Leopoldo II, que explorou de forma assassina o Congo, com um espaço capitalista privado”.

No Brasil as manifestações antifascistas e antirracistas ocor-

ridas em 7 de junho, motivadas pelos eventos da rebelião nos EUA, mobilizaram milhares de pessoas mesmo no ápice da pandemia, e suplantou os atos golpistas e antidemocráticos, pelo fechamento do STF e do Congresso pró Jair Bolsonaro, obrigando as hordas bolsonaristas a um recuo das manifestações de rua nos finais de semana. Uma das consignas do movimento antirracista no Brasil se traduz contra a violência e a repressão policial e o genocídio da juventude negra das favelas, periferias e comunidades pobres nas grandes e médias cidades brasileiras. Silvio Almeida destaca muito bem essa situação em seu livro *Racismo Estrutural no Brasil*: “o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural”.

Com a chamada guerra às drogas no Brasil, entra em cena como um discurso de legitimação da ação genocida do Estado. Um discurso que ao longo da história da sociedade brasileira e cunhado por pessoas na atualidade como Wilson Witzel, “tem que mirar na cabecinha”, ou por Bolsonaro “bandido bom é bandido morto”, que se materializou de diferentes formas e perspectivas em corpos negros. Ou seja, como diz a música cantada por Elza Soares, a carne mais barata do mercado é a carne preta.

A onda de protestos que varreram os EUA e o mundo trouxe à tona o que todos já sabiam. O racismo institucional nos EUA continua a persistir e agora tendo à frente um presidente reacionário e abertamente preconceituoso e racista. De fato, quando vem à tona o debate sobre questões raciais nos Estados Unidos, elas aparecem dentro de um contexto novo, reunindo negros e brancos a favor dos direitos humanos, que se opõe ao governo Trump e que querem igualdade racial e lutar por valores éticos. Mas nem sempre foi assim!

A luta pelos direitos civis nos Estados Unidos

Ao final da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos eram vistos como modelo de sociedade a ser seguido pelos países capitalistas. Considerada por muitos a terra das oportunidades e da igualdade, a nação escondia relações sociais internas marcadas pelo preconceito e pela discriminação. Essa situação opressiva ficou evidente em 1955, com a repercussão do ato praticado por uma mulher negra, Rosa Parks, que se recusou a cumprir a determinação legal do estado do Alabama que obrigava a separação entre brancos e negros a bordo dos ônibus.

Presa, seu caso serviu de estopim para o início da luta pelos direitos civis e pela igualdade racial nos Estados Unidos. O movimento culminou com a marcha em Washington D.C., em 1963, quando cerca de 250 mil pessoas foram acompanhar a aprovação das leis de direitos civis, que suprimiram as leis segregacionistas em todos os estados do país, as famigeradas leis Jim Crow, legislações estaduais e locais que impunham a segregação racial no sul dos Estados Unidos. Todas essas leis Jim Crow foram promulgadas no final do século XIX e início do século XX pelas legislaturas estaduais dominadas pelos democratas após o período da Reconstrução. Tais leis foram aplicadas entre 1877 e 1964.

Em 1896, a Suprema Corte, a partir do caso *Plessy vs Ferguson*, estabeleceu a doutrina de “separado, mas iguais” nas áreas de educação, e ampliou a doutrina para as áreas de transportes públicos como ônibus e trens interestaduais, que se tornou segregada. Na prática as leis Jim Crow institucionalizaram desvantagens econômicas, educacionais e sociais para os afro-americanos e outras pessoas de cor que viviam nos estados do sul.

O dia 15 de setembro de 1963, num domingo na cidade de Birmingham, a Ku Klux Klan cometeu um atentado terrorista contra a Igreja Batista, onde foram colocadas quinze bananas de dinamite nos degraus do prédio que explodiu ferindo 22 pessoas e matando 4 meninas afro-americanas. Esta data ficou conhecida

como o massacre da 16th Street Baptist.

Ao entrar em vigor, em 1964, a lei dos direitos civis produziu mudanças estruturais na sociedade estadunidense, e permitiu outro olhar sobre o problema do racismo naquele país e no mundo, servindo de base para a luta por igualdade de diversas minorias sócias, porém não suprimiu o racismo, nem a condição socioeconômica dos afro-americanos. Muito pelo contrário.

No dia 6 de agosto de 1965, o presidente Lyndon Johnson assinou a lei que colocou fim às táticas discriminatórias como os arbitrários testes de analfabetismo para os negros, que obrigava os estados com longa história de discriminação (a maioria no sul do país) a pedir permissão ao governo federal para modificar as normas de voto. A lei dos direitos do voto é um marco na legislação federal dos EUA, por ter estabelecido o fim das práticas eleitorais discriminatórias, decorrentes da segregação racial nos Estados Unidos. A lei foi sancionada no auge do movimento dos direitos civis.

O objetivo aqui não é escrever sobre os dois grandes líderes das lutas pelos direitos civis. Mas escrever sobre as questões raciais nos Estados Unidos, sem citar Martin Luther King Jr., Malcolm X e o movimento Black Power, ou seja, não falar do Partido Panteras Negras e de Ângela Davis, deixaria uma lacuna imperdoável.

As mobilizações pelos direitos civis na década de 1960 foram marcadas fortemente pela atuação de dois líderes que eram os mais capazes em todos os tempos, assim como do surgimento do movimento Black Power e do Partido dos Panteras Negras.

Martin Luther King Jr., pastor protestante, pacifista adepto das ideias de desobediência civil preconizadas por Gandhi, que em 1957 fundou e presidiu a Conferência da Liderança Cristã do Sul. Ele participou ativamente e liderou as grandes mobilizações pelos direitos civis como: o boicote aos ônibus de Montgomery (1955 e 1956) das Marchas de Selma e Montgomery (1965), da

Campanha das Pessoas Pobres (1968), e se tornou um dos maiores opositores da Guerra do Vietnã e da defesa do pacifismo, que lhe valeu prêmio Nobel da Paz em 1964, até ser assassinado em Memphis, por um racista de nome James Earl Ray em 4 de abril de 1968.

O assassinato de Martin Luther King Jr. foi o estopim para manifestações em mais de cem cidades. Seu assassinato provocou consternação internacional. A luta antirracista chegaria ao seu auge em agosto daquele ano, com cenas de batalhas nas ruas entre os manifestantes indignados com o assassinato do líder pacifista e com a polícia na cidade de Chicago, resultando em mais de 600 civis e 130 policiais feridos. Tal fato possui muitas semelhanças com o movimento que eclodiu após a morte de George Floyd. A indignação e a revolta levaram às ruas milhões de pessoas, em mais de 140 cidades e em quase todos os 50 Estados americanos. Com o diferencial de que agora, em 2020, os EUA se depararam com o luto de mais de 105 mil vidas (hoje ultrapassam 200 mil vidas) perdidas na pandemia e o desespero pelos mais de 30 milhões de postos de trabalho fechados em uma recessão comparável à Grande Depressão de 1929.

Malcolm X, com a linha de “todos os meios necessários”, conseguiu divulgar suas ideias políticas que se alastraram rapidamente dentro e fora dos EUA. Tal processo foi interrompido bruscamente com seu assassinato em 21 de fevereiro de 1965 na cidade de Nova Iorque, por membros da Nação do Islã, da qual se tornara dissidente. A participação de Malcolm X na Nação do Islã contribuiu para que a organização saltasse de 500 membros para 30 mil em uma década. Mas as acusações de corrupção e a descoberta de que o líder da organização, Elijah Muhammad, havia cometido adultério e assédio sexual, fizeram Malcolm X romper com a Nação do Islã. Pouco depois, em 1963, viajou para Meca, onde passou por uma transformação espiritual, convertendo-se ao islamismo sunita. Voltou aos EUA com um novo nome,

Al Hajj Malik Al- Shabazz fundou a Organização para a Unidade Africana, com a qual passou a defender que o Racismo, e não a raça branca como um todo, era o inimigo dos afro-americanos. Ele enxergava no islamismo uma forma de superar a desunião racial.

Tornou-se o líder carismático dos mulçumanos pretos, orador inflamado que pregava o ódio contra os brancos e reivindicava um território nos Estados Unidos em que os negros americanos pudessem formar um estado independente. Como muitos afro-americanos, as raízes de Malcolm X foram apagadas pela escravidão, e ele enxergava o sobrenome como mais uma ferramenta de opressão. O X representando o nome de família africana desconhecido, que os brancos haviam extirpado ao arrancar seus antepassados da África. Suas ideias e discursos contribuíram para o surgimento do movimento Black Power, além de popularizar os valores de autonomia e independência entre os afro-americanos nos anos 1960 e 1970.

Os Panteras Negras que surgiram em 1966, como um misto de “nacionalismo Negro radical”, defendiam a resistência armada contra a opressão dos negros, o marxismo do Terceiro Mundo e da política de serviços comunitários. Tal política consistia em administrar um programa de café da manhã gratuito, que atendia a dezenas de milhares de crianças, em sua maioria negras, na década de 1970, e que tomou importantes proporções, rapidamente encarado pelo governo dos Estados Unidos e pelo FBI como “a maior ameaça à segurança interna dos EUA”. Não seria exagero dizer que foi daí, da radicalidade dos Panteras Negras, que se deu a gênese do Black Lives Matter da atualidade. A organização chegou a ter cerca de 2 mil membros, e foi dissolvida oficialmente na década de 1980.

Segundo Vitor Paiva, Especial Hype: “Ângela Davis era tudo que o status quo masculino branco não tolerava: uma mulher negra, inteligente, ativa, senhora de si, orgulhosa de suas

origens e de seu lugar, desafiando o sistema que oprimia e violentava seus pares sem jamais baixar a cabeça ou o volume de sua voz. Nascida em Birmingham, quando esta ainda era uma cidade segregada, Ângela Davis cresceu em um bairro marcado pela monstruosa tradição de se explodir casas de famílias e igrejas nos bairros negros – preferencialmente com famílias ainda dentro dos locais. Quando ela nasceu, uma das mais populares “organizações civis” da época era a Ku Klux Klan, simbolizada pelo hábito de perseguir, linchar e enforcar qualquer negro que lhe cruzasse o caminho. Assim, quando a fala sobre as forças racistas, os extremistas conservadores e as consequências do racismo, machismo e da desigualdade social, Ângela Davis sabe o que diz: “A luta por liberdade do povo negro, que moldou a própria natureza da história desse país, não pode ser apagada com um gesto”. Nós não podemos ser forçados a esquecer de que a vida negra importa. Esse é um país ancorado na escravidão e no colonialismo, o que quer dizer, para o bem e para o mal, que a história dos EUA é uma história de imigração e escravidão. Espalhar xenofobia, atirar acusações de assassinatos e estupros e construir muros não vai apagar a história”.

Em 1969 Ângela foi demitida do cargo de professora de filosofia da Universidade da Califórnia por sua associação ao partido comunista americano e com os Panteras Negras, ainda que fizesse parte de uma frente pela resistência não violenta (e apesar da suposta liberdade de expressão que os EUA se orgulham). Nos primeiros anos da década de 1970 Ângela viria a ser perseguida, colocada na lista dos 10 criminosos mais perseguidos do país, condenada e presa sem provas e com altas doses de espetacularização. Sua luta ganhou foco no sistema prisional e contra os aprisionamentos injustos - e foi essa justamente a luta que a levaria para dentro da prisão. Ângela estudava o caso de três jovens negros acusados, de matarem um policial. Durante o julgamento, um dos três jovens, armado, tomou o tribunal e o juiz como

reféns. O evento terminaria em confronto direto, com a morte dos três réus e do juiz. Ângela foi acusada de ter comprado as armas utilizadas no crime, o que, pela lei da Califórnia, a ligava diretamente nos assassinatos. Davis foi tratada como uma terrorista de alta periculosidade e confinada em 1971. A reação à prisão foi intensa, centenas de comitês pela libertação de Ângela criaram um verdadeiro movimento cultural no país. Para medir o impacto da prisão e a força do movimento basta saber que as canções “Ângela”, de John Lennon e Yoko Ono, e “Sweet Black Angel” dos Rolling Stones foram compostas em tributo à Ângela. “Irmã, há um vento que nunca morre. Irmã estamos respirando juntos. Ângela o mundo olha por você”, escreveu Lennon. De todos esses heróis, Ângela Davis é a única sobrevivente!

Os Panteras Negras instituíram o Programa dos 10 pontos em maio de 1967 que tinha dois tópicos principais: “O QUE QUEREMOS AGORA! EM QUE ACREDITAMOS? Para aquelas pobres almas que não conhecem a história dos negros, as crenças e os desejos do Partido Pantera Negra para Autodefesa podem parecer absurdos. Para o povo negro, os dez pontos são absolutamente essenciais para sua sobrevivência. Temos ouvido a frase revoltante “essas coisas levam tempo” por cerca de 400 anos. O Partido Pantera Negra sabe o que o povo negro precisa. A unidade negra e a autodefesa tornarão essas demandas uma realidade.

Um programa radical, que expressou o sentido revolucionário, e que assustou a comunidade branca dentro e fora dos EUA dada a sua ousadia. Nesses dez pontos vale destacar dois. O primeiro em O QUE QUEREMOS AGORA! No item 1: “Nós queremos liberdade. Queremos poder determinar o destino da comunidade negra”. E o mais marcante, EM QUE ACREDITAMOS? Nos itens 2 e 3 respectivamente: “Acreditamos que o governo federal é responsável e obrigado a dar a todos os homens e mulheres emprego e garantir alguma forma de salário. Acreditamos que se os

homens de negócio, brancos e americanos não quiserem dar empregos a todos, então os meios de produção devem ser tomados deles e colocados à disposição da comunidade para que as pessoas possam se organizar e empregar toda a gente garantindo um nível de vida de qualidade”. E item 3 que é marcante por causa da cobrança histórica às promessas feitas aos negros desde a guerra da Secessão: “Acreditamos que esse governo racista nos roubou, e agora exigimos um pagamento de sua dívida de 40 hectares e duas mulas. Esse pagamento foi prometido há 100 anos como restituição de todo o trabalho escravo e os assassinatos em massa do povo negro. Nós iremos aceitar o pagamento em moeda corrente e ele será distribuído por todas as nossas comunidades. Os alemães estão agora ajudando aos judeus em Israel pelo genocídio que realizaram contra aquele povo. Os alemães mataram 6 milhões de judeus. Os americanos racistas foram parte do assassinato de mais de 50 milhões de pessoas negras, portanto, sentimos que essa é uma demanda bem modesta que estamos fazendo”. Não foi à toa, que o diretor do FBI J. Edgar Hoover chamou o Partido Panteras Negras, de “a maior ameaça à segurança interna do país”. O Programa do partido trazia em sua gênese a auto emancipação do proletariado negro, assim como a auto emancipação de todos os oprimidos afro-norte americanos que durante 400 anos sofreram com a violência, assassinatos, linchamentos, enforcamentos, o ódio, a segregação racial e o racismo da população branca naquele país.

O caso dos Estados Unidos: a abolição pela guerra (1861-1865)

Dois livros importantes tratam sobre a questão da abolição dos escravos e a guerra civil nos EUA, e devem ser citados nesse breve artigo. O primeiro intitulado *Libertação Negra e Socialismo*, de Ahmed Shawki, editor da revista internacional *Socialist Review*. E o segundo, que acaba de ser lançado no Brasil, é o festejado Ca-

pital e Ideologia, de Thomas Piketty.

Irei enfatizar nesse texto as duas contribuições para a literatura afro americana e mundial desses dois fabulosos autores.

Segundo Ahmed Shawki, em *Libertação Negra e Socialismo*, “a eleição de Abraham Lincoln, o candidato a presidente pelo Partido Republicano em 1860, foi recebida com horror pelos proprietários de escravos do Sul”. Para a classe governante sulista, uma presidência republicana era considerada uma revolução que ameaçava destruir seu sistema social, principalmente a escravidão. Para os brancos do Sul aquele era um sistema social normal, em que o lugar de negros era o trabalho forçado nas plantations sob o açoite e nas senzalas. Ainda segundo Ahmed Shawki, “em vez de se submeter ao governo republicano, eles decidiram pela secessão da União”. Em fevereiro de 1861, uma convenção de proprietários de escravos estabeleceu os Estados Confederados da América (CSA, em inglês) e elegeu um governo provisório. A secessão de onze estados escravistas precipitou a crise que levou ao estouro da guerra entre o Norte e o Sul.

A Guerra Civil eclodiu em uma conjuntura provocando uma das maiores carnificinas entre norte-americanos, e foi descrita por muitos autores como a “primeira guerra moderna”, que concluiu a revolução burguesa de 1776 nos EUA. Ou seja, completou a substituição do regime pré-capitalista e abriu caminho para constituição para o desenvolvimento do capitalismo moderno. Entre outros efeitos a guerra aboliu a escravidão, e colocou os EUA numa condição de potencia mundial.

Segundo Ahmed Shawki, Karl Marx que era colaborador do jornal abolicionista *The New York Tribune*, e acompanhava as tensões entre o sul e o norte escreveu assim que eclodiu a guerra da secessão: “[...] nada além de uma luta entre dois sistemas sociais, o sistema escravista e o sistema de trabalho livre”. A luta irrompeu porque os dois sistemas não podem mais viver lado a lado no continente norte-americano. Só pode terminar com a vi-

tória de um ou de outro.

Em seu livro, Ahmed Shawki aponta como foi o surgimento do partido Republicano: “Composta de capitalistas industriais, fazendeiros do Meio-oeste, trabalhadores e artesãos, essa coalizão formou a base do novo Partido Republicano. O principal slogan dos republicanos avançados era ‘solo livre, trabalho livre’, representando a aspiração a uma economia moderna baseada no direito generalizado à propriedade (solo livre) e empreendimento artesanal (trabalho livre)”. O principal impedimento para atingir qualquer desses objetivos, argumentavam os republicanos, era o domínio da escravocracia do governo e a expansão contínua da escravidão nos territórios. Para os capitalistas nortistas, a escravidão tinha se tornado um impedimento para um desenvolvimento capitalista. A consolidação de um poder político e econômico exigia limitar a expansão futura da escravidão.

Interessante também é o enfoque que Thomas Piketty apresenta em *Capital e Ideologia* sobre o mesmo tema. Vejamos agora o caso americano que é particularmente importante para a nossa pesquisa dado o eminente papel dos Estados Unidos, autoproclamados líderes do mundo “livre” desde 1945, no sistema interestatal mundial: Trata-se, além disso, de um caso único de abolição ocorrida ao fim da guerra civil violenta, e isso num país em que as discriminações raciais legais se perpetuaram até os anos 1960 e as desigualdades étnico-raciais (ou percebidas e representadas como tais) ainda cumprem um papel estruturante no início do século XXI, tanto no plano econômico e social quanto no político eleitoral. Os países europeus, que por muito tempo viram essa herança singular com espanto e distanciamento, ainda se questionam como foi possível o Partido Democrata, que era o partido da escravidão no momento da guerra civil de 1861-1865, transformar-se no partido do New Deal nos anos 1930, no dos direitos civis nos anos 1960 e, por fim, no de Barack Obama nos anos 2010, sempre aos poucos e sem maiores discontinuidades.

Entretanto, seria inspirador para eles prestar atenção nessa trajetória, já que ela não é de todo alheia à estrutura das desigualdades e do conflito eleitoral e migratório que se desenvolveu ao longo dos anos 1990-2020 nas sociedades pós-coloniais europeias, cuja evolução no longo do prazo suscita inúmeras interrogações.

De acordo com Thomas Piketty em *t*, Lincoln foi eleito em novembro de 1860 com um programa contrário à extensão da escravidão aos novos estados do Oeste. No final de 1860 e início de 1861, lembraria incessantemente que não estava pedindo nada além da aceitação inequívoca de que os novos estados seriam livres, e do início de um processo que, se tivesse sido aceito, poderia ter prolongado a escravidão até 1880 ou 1900, se não mais. Os sulistas, porém, a exemplo das minorias brancas da África do Sul e da Argélia no século XX, negaram-se a se curvar a uma maioria que julgavam distante e estrangeira ao seu mundo, e preferiram tentar a cartada da secessão. O estado da Carolina do Sul votou pela secessão em dezembro de 1860 e já em fevereiro seis outros estados haviam se juntado a ela na Confederação escravocrata. Lincoln queria dar uma chance ao diálogo, mas a tomada do Forte Sumter pelos confederados, em abril de 1861, em Porto Charleston, na Carolina do Sul, e a capitulação das tropas federais que ali se encontravam, pouco após a posse do novo presidente, não lhe deixaram outra escolha senão a guerra ou aceitar a divisão do país.

Ainda segundo Thomas Pikety, na obra citada, quatro anos depois, e após mais de 600 mil mortos (isto é, o mesmo número que o total acumulado de todos os outros conflitos em que os Estados Unidos se envolveram desde sua fundação, incluindo as duas guerras mundiais, a da Coreia, a do Vietnã e a do Iraque), o conflito terminou com a capitulação dos exércitos confederados em maio de 1865. Considerando-se os prejuízos causados pelos sulistas, tornara-se inconcebível pagar uma compensação aos ex proprietários de escravos. Para mobilizar os negros em favor dos

exércitos da União, Lincoln fez com que o Congresso aprovasse, em abril de 1864, a Décima Terceira Emenda, que emancipava os escravos (sem qualquer compensação, em quaisquer sentidos), a qual foi ratificada por todos os estados em dezembro de 1865, incluindo os estados do Sul, então ocupados pelos exércitos nortistas, que fizeram questão de ressaltar, na ocasião, que essa emenda não continha nenhuma implicação referente aos direitos políticos, sociais e econômicos dos negros. No início de 1865, as autoridades militares do Norte tinham dado a entender aos escravos libertos, que após a vitória eles ganhariam “uma mula e 40 acres de terra” (cerca de 16 hectares), um programa que, se tivesse sido aplicado à escala nacional, teria significado uma redistribuição agrária em larga escala. Mas tão logo os combates terminaram, a promessa foi esquecida: nenhum texto de compensação para os escravos foi votado no Congresso, e os 40 acres e a mula se tornaram símbolos da enganação e da hipocrisia do Norte.

Em 24 de dezembro de 1865 era fundada a Ku Klux Klan em Pulaski, no Tennessee, após o final da Guerra da Secessão. A Klan tinha por objetivo impedir a integração social dos negros recém-libertados, como exemplo, adquirir terras e votar. A klan atuou na legalidade até 1870, quando acabou sendo considerada proscrita. O ressurgimento da Ku Klux Klan aconteceu em Atlanta inspirado no filme épico: “O nascimento de uma nação”, de D.W. Griffith, que estreou em 08 de fevereiro de 1915. A história de amor no contexto da Guerra Civil foi um sucesso e causou forte impacto no público branco aumentando o ódio contra os negros. Esse sentimento foi utilizado pelo pregador metodista Willian Joseph Simmons para restaurar a Klan. Esse período durou até 1944 às vésperas do fim da segunda guerra mundial. O terceiro ressurgimento da Klan aconteceu já em 1946, caracterizado pelo anticomunismo, homofobia, anticatolicismo fanático, neonazismo e antimiscigenação, propondo linchamento, boicote e assas-

sinatos para reprimir ativistas pelos direitos humanos.

Um levante de massas

De acordo com a Declaração do Burô Executivo da IV Internacional de 9 de junho de 2020, o assassinato de Floyd foi a gota d'água já a ponto de transbordar resultando no magnífico levante global, decorrência de uma articulação de fatores: uma série de assassinatos policiais contra a população negra, mas também os efeitos de uma pandemia que resultou em mortes de negras e negros em proporção três vezes maior que a média da população. Tudo isso somado à crise econômica que também prejudicou desproporcionalmente aos trabalhadores negros e minorias étnicas. O protesto em massa nas ruas e a necessidade permanente de um distanciamento físico, numa altura em que as comunidades não brancas, migrantes e marginalizadas são particularmente vulneráveis à pandemia, é uma das grandes contradições deste período. As comunidades negras, apoiadas por jovens trabalhadores brancos, estão indo as ruas porque consideram mais urgente acabar com o racismo, a violência repressiva e os governos neofascistas do que respeitar medidas impossíveis de implementar nas suas casas, em condições de falta de rendimento (rendas) e emprego.

Outro caso chocante é o de Breona Taylor. A decisão do Grande Júri do Kentucky – um órgão secreto – de não registrar acusações de homicídio contra os dois policiais brancos que mataram Breona Taylor, evidencia que o sistema legal dos Estados Unidos é criminoso, injusto e precisa ser abolido e substituído. Durante a invasão à meia noite em seu apartamento, o namorado de Taylor, Kenneth Walker disparou um único tiro de advertência contra os policiais à paisana, pensando que eles eram intrusos. Os policiais mataram Taylor que estava dormindo. Para o procurador-geral de Kentucky, foi uma “tragédia” e não um crime. Nos Estados Unidos os policiais têm imunidade total para suas ações assas-

sinas. Legalmente é chamado de “imunidade qualificada”. Tudo que um policial faz, incluindo assassinar uma pessoa inocente é protegido.

Nos Estados Unidos a rebelião já provocou divisões na grande burguesia e nos seus representantes políticos. Há sinais de crise de regime no próprio governo Trump, uma vez que oficiais militares do topo e o próprio secretário de Defesa de Trump – e os quatro ex presidentes vivos, incluindo George W. Bush – repudiaram abertamente a ameaça de Trump de usar a força militar contra manifestantes multirraciais, em grande parte jovens, a que ele chama de “bandidos” e “terroristas”.

O blog *Rampant Revolutionary Politics – Chicago Style*, de Kevin Moore, educador e dirigente do sindicato de professores de Chicago, publicou no dia 30/07/2020 uma notícia descrevendo a brutalidade da força policial daquela cidade: “Em 17 de julho de 2020, a polícia protestou no centro de Chicago. Uma manifestação de solidariedade negra e indígena marchou para cercar uma estátua de Cristóvão Colombo no Grant Park. A polícia de Chicago com equipamento antimotim interrompeu os esforços dos ativistas para derrubar a estátua usando spray de pimenta, gás lacrimogêneo, cassetetes e escudos e mãos para roubar bicicletas e brutalizar manifestantes. Miracle Boyd, uma ativista de 18 anos e recém formada no ensino médio, teve seus dentes arrancados e jornalistas e fotógrafos foram agredidos pela polícia. A cena de violência policial desenfreada contra manifestantes em meio a um levante nacional por justiça racial traz à mente as sombras de 1968. A rebelião em curso em todo o país gerou um crescente debate nacional sobre a verdadeira função da polícia sob o capitalismo. A polícia de Chicago é excepcionalmente famosa por seu racismo e brutalidade”. Segundo Yamahtta Taylor, “A violência policial faz parte do DNA dos Estados Unidos. O policiamento racista é um pilar essencial usado para defender um sistema baseado na supremacia branca”.

O *The New York Times* de 30 de setembro de 2020 publicou o artigo assinado por Suang Li, sob o título “Em Oakland, quebrando a barreira com biscoitos, líderes asiático-americanos e negros”, descrevendo como a combinação da pandemia e do movimento Black Lives Matter está mudando a relação entre os dois grupos: “Quando os protestos do Black Lives Matter eclodiram no centro de Oakland, Alicia Wong e seu marido Alex Issvoran sabiam o que podiam fazer para apoiar os manifestantes – fazer biscoitos da sorte. A empresa que possuem a Fortune Cookie Factory, é uma das empresas mais antigas da Chinatown de Oakland. Eles criaram novas receitas e escreveram “BLM” em letras douradas em cada uma. Em seguida, vieram novas fortunas. Em vez de provérbios chineses, eles pesquisaram textos e filmes clássicos de líderes dos direitos civis. De Martin Luther King Jr. veio: “Hoje sabemos com certeza que a segregação acabou”. A única questão que resta é quão caro será o funeral”.

A Sr.^a Wong nascida na China, mas criada nos Estados Unidos, e Issvoran juntaram-se aos protestos e deram biscoitos aos manifestantes. Outros eles venderam, doando metade dos lucros para a NAACP e o Projeto Inocência, que trabalha para libertar os condenados injustamente. Na entrada de seu negócio, eles tinham um novo mural pintado ao lado de um panda rugindo, em que retrata os punhos erguidos separados por um biscoito da sorte. Sua explosão de ativismo é emblemática de novos esforços para quebrar barreiras que há muito dividem residentes negros e asiáticos de Oakland. “Em entrevistas, os líderes locais descreveram como a combinação da pandemia e do movimento Black Lives Matter está mudando as relações entre os dois grupos”.

No *The Brooklyn Rail*, Charlie Post ativista político socialista, professor na University of New York afirma: “A revolta deflagrada pelo assassinato policial de Georg Floyd em Minneapolis colocou novamente a questão racial no centro da política nos Estados Unidos. Enquanto a direita nega firmemente a existência

de racismo, e defende uma maior repressão contra aqueles que protestam contra a violência policial, a esquerda – tanto a liberal, quanto a socialista – está lutando para enfrentar a rebelião. Para os liberais, o problema é simplesmente uma “falta de diversidade” que a polícia, a classe média, a América corporativa e o sistema político não “refletem” a população como um todo. Os liberais esperam descarrilar essas lutas como fizeram nas décadas de 1960 e 1970, promovendo uma nova classe média de cor, sem enfrentar a crescente pobreza e insegurança dos trabalhadores de cor. Arad Haider argumentou que os neoliberais transformaram a “política de identidade” de um ataque ao racismo, sexismo e capitalismo em uma demanda para diversificar a elite política e econômica sem interferir nas enormes desigualdades de riqueza e renda”.

A libertação do policial Derek Chauvin, ex policial de Minneapolis acusado de assassinar de George Floyd ocorreu após pagar uma fiança de US\$ 1 milhão de dólares (R\$ 5,6 milhões), deixando a instalação correcional de segurança máxima de Oak Park Heights, no estado de Minnesota. Uma fiança milionária às vésperas das eleições reacende a luz de um sistema segregacionista que pune afro-americanos com dureza inaudita e flexibiliza para os delitos de brancos e policiais brancos. É o ódio que o ódio gerou!

Segundo Malik Miah no Blog *Green Left*, em 13/10/2020, “À esquerda, o apoio a Biden inclui alguns que acreditam que ele é um candidato ‘um pouco melhor’. “Mas a maioria dos que entendem que o racismo sistêmico está enraizado no capitalismo apoia Biden como for de ‘mal menor’ de reverter os ataques de Trump à democracia”. Essa abordagem é chamada de “mal menor”. Trump é tão ruim que alguns o chamam de “neofascista”. A esquerda socialista portanto, deve estar com as forças anti-Trump, mesmo que isso signifique eleger um político capitalista que continuará a apoiar a polícia e o estado contra eles. O erro

é juntar-se aos liberais que se organizam contra Trump, mobilizando o voto para os democratas. O “mal menor” nunca trouxe mudanças significativas ou mudanças fundamentais.

Não há partido socialista de massa ou movimento político nos Estados Unidos no momento. O levante de massa mais significativo é o movimento anti-policial liderado pelo Black Lives Matter. Embora a maioria desses militantes votem em Biden, em vez de candidatos de terceiros em seus estados, eles reconhecem que quem quer que vença não mudará a violência policial e o assassinato de negros e negras desarmados.

O terror policial foi uma característica proeminente durante a presidência de Barack Obama-Biden. Obama demonstrou empatia com as vítimas negras, no entanto, não propunha mudanças sérias no sistema jurídico.

Para Malik Miah, “não será possível derrotar o Trampismo e o sistema de justiça criminal injusto elegendo funcionários liberais e mantendo um sistema legal que justifique a morte de negros pela polícia”.

Malcolm X certa vez explicou a diferença entre conservadores brancos e liberais. “Cuidado com os dois: Os conservadores brancos também não são amigos do negro, mas pelo menos não tentam disfarçar. Eles são como lobos; eles mostram os dentes e um rosnado que mantém o negro sempre ciente de onde está com eles. Mas os brancos liberais são raposas, que também mostram os dentes aos negros, mas fingem que estão sorrindo. Os liberais brancos são mais perigosos do que os conservadores; eles atraem o negro, e enquanto o negro foge do lobo rosnando, ele foge para as mandíbulas abertas da raposa sorridente”. “Um é um lobo, o outro é uma raposa. Não importa o que aconteça, os dois vão comer você”.

Referências bibliográficas

The Brooklyn Rail - “Além do capitalismo Racial” - Charlie

Post

Rampan Revolutionary Politics - Chigago Style - Licença para pilhar - 29 de setembro de 2020

The New York Times - Em Oakland, quebrando barreiras com biscoitos - Por Shuang Li - 30 de setembro de 2020.

Spectre - Identidade do Sul Asiático sem fixação - além da Política de Aliança - JS Titus -28 de setembro de 2020

Declaração de 9 de junho do Burô da IV Internacional

Libertação Negra e Socialismo - Ahmed Shawki

Capital e Ideologia - Thomas Pikety

Um novo campo de disputa no continente: uma contribuição para construí-lo

Pedro Fuentes¹

Este texto é sobre a política e orientação para a América Latina e América. Tem o caráter de um esboço para debater nas fileiras do PSOL e as organizações anticapitalistas do continente.

A abertura deste debate é fundamental frente a nova situação que vive nosso continente (e também os EUA), em meio de uma crise profunda exacerbada pela pandemia, os incêndios no Pantanal e Amazônia e em toda a costa oeste no continente. O continente se incendia pela política negacionista e depredadora das classes dominantes. Mas há outro incêndio pela política negacionista e depredadora das classes dominantes. Mas há outro incêndio que é o das lutas sociais e políticas; com elas se pode apagar o incêndio dos negacionistas genocidas e abrir um novo curso em nossa América.

Há um espaço para construir uma nova alternativa. Há um campo vacante: os velhos progressismos não podem dar resposta a esta nova situação. Abre-se um novo espaço para isso, e o PSOL poderia contribuir para construir uma nova alternativa ante a crise. Este novo espaço continental se abre ante a incapacidade de responder a nova crise pelo chamado progressismo em suas duas vertentes. A variante petista que em seu momento construiu o Foro de São Paulo, e pelo outro lado devido ao fim do bolivarianismo e o projeto da ALBA que o madurismo deixou de incentivar. Tampouco o podem ocupar as organizações da esquerda “denuncista e autoproclamatória” que as isolam dos processos reais.

Na nova situação se somam múltiplas reivindicações e estão se movendo, para além dos trabalhadores, setores de massas. Isso está dando uma vanguarda social e política que pode ser o mate-

¹ Membro da Secretaria de Relações Internacionais do PSOL e dirigente do MES.

rial para a construção de uma alternativa que ocupará este espaço.

O PSOL e outras organizações latino-americanas ganharam reconhecimento nacional e internacional para ocupar este espaço que se pode construir como rede. A realidade está atuando nesta direção e debatê-la tanto nas instâncias do PSOL, como de outras organizações sociais e políticas latino-americanas e dos EUA, na busca para enfrentar o neoliberalismo e o imperialismo é possível.

O PSOL poderia dar esse primeiro passo debatendo com organizações políticas e sociais do continente; dessa maneira incentivar as campanhas comuns e de solidariedade como passo a uma rede que abarque aos movimentos e organizações que são independentes do velho progressismo e dos grupos sectários. Estes pontos são para contribuir a esse debate.

1) As Américas são parte de uma nova situação mundial

O continente americano como um todo, apesar do caráter diferente entre os EUA e a América Latina, é parte de uma nova situação global, realidade do mundo no qual a crise sistêmica se agrava e onde as mobilizações e revoltas – quase sempre semi-espontâneas crescem. Ante a incapacidade das classes dominantes de dar resposta os povos respondem com grandes mobilizações, insurreições, revoltas, que não se amedrontam nem cessam frente a repressão, cada vez mais utilizada por setores das classes dominantes no poder para enfrentar a mobilidade social que se politiza. Recentemente tivemos a revolta do povo negro que ainda continua nos EUA, o levante do povo indignado do Líbano tirando o primeiro-ministro. E agora assistimos a uma verdadeira revolução democrática onde as mulheres estão cumprindo um papel fundamental frente a ditadura autocrática de Lukashenko.

Nosso continente é parte dessa nova situação. E falamos de continente porque incluímos nesta caracterização os países latino-americanos e os EUA, um país que está se “latino-americanizando”.

A realidade está mostrando que a situação da América Latina e América Norte seguiu e segue sendo dinâmica apesar da pandemia. Prova disso são o levante negro nos EUA e a greve geral com cortes de estradas para impedir o bloqueio das eleições na Bolívia.

A Coronavírus esfriou e quase congelou os processos mais avançados do Chile e Equador, os pontos mais destacados da América Latina, e nos EUA terminou as entusiastas mobilizações pela candidatura de Sanders (o isolamento necessário deu argumentos para que retirasse sua candidatura). Mas a realidade está mostrando que o obrigado confinamento esfriou por dois meses as mobilizações de massas, ainda que **sem pará-las**. Ao mesmo tempo, acelerou a crise estrutural (sistêmica) de nossos países, criando situações desesperadas nos setores mais pobres de todos eles. Mostrou a corrupção dos governantes que em vez de salvar a saúde do povo utilizaram parte do dinheiro para enriquecer-se. A pandemia não parou a corrupção, e pelo contrário mostrou a faceta mais perversa da lumpenização de agentes dos governos nos diferentes países. A atual luta do povo da Bolívia contra o governo golpista foi detonada pela indignação frente a mesma.

Nos EUA os que mais sofreram foram os negros e isso criou a clima favorável para que com o assassinato de George Floyd se iniciasse a rebelião negra. Um movimento que somente é possível comparar com o de 1968. Este levante de massas, ao golpear o imperialismo mais importante do mundo, fez com que a onda antirracista se propagasse a outros países que tomaram a bandeira da luta antirracista com mobilizações e até com a destruição dos monumentos dos “heróis” do colonialismo. E assim foi como os EUA colocaram na agenda do mundo da luta antirracista.

Na América Latina, a Bolívia é hoje o ponto mais álgido, onde a confrontação está mais aberta. Com os bloqueios massivos, as massas bolivianas passaram à ofensiva. A COB agora teve que se mobilizar ante a tentativa de se perpetuar o golpe e a Federação Mineira sob uma nova geração de dirigentes, que agrupa os tra-

balhadores mais hábeis com a dinamite, passaram a cumprir um papel destacado, ainda que não tenham a densidade numérica de outras epopeias. (Vale a pena recordar que estes mineiros fizeram jornadas revolucionárias que passaram para a história).

A crise social e política nos EUA

Vale a pena referir-se aos EUA. A situação de nosso continente não será a mesma caso ganhe Trump, que ao ocorrer fortaleceria toda esta corrente profascista, e será outra diferente caso ganhe Biden. Será fragilizada a direita autoritária e isso é positivo. Mas a polarização social e política não vai parar, a luta de classes seguirá muito viva. Os democratas têm em Biden um candidato de “transição” por sua idade que tem como vice Kamala Harris que é negra, mas é uma senadora do establishment, que quando foi procuradora na Califórnia foi um instrumento do racismo sistêmico. Se ganham os democratas será um governo que não tocará os interesses da grande burguesia imperialista (da mesma forma como não foi o de Obama). E terá que enfrentar um país muito polarizado e com uma crise política e social maior. O governo de Trump foi e é uma ruptura pela direita da velha forma de governar da burguesia imperialista sobre a base de “dois corpos mas de uma só cabeça”. Seu caráter organicamente autoritário levou a uma polarização e radicalização do movimento de massas, ao crescimento da organização antirracista, ao crescimento de uma consciência socialista e ao surgimento de novos deputados afro-americanos e latino-americanos em ruptura com o establishment (como Ocasio-Cortez, Jamal e muitos mais).

Em meio ao agravamento da crise pela pandemia e da “latino-americanização” estrutural, da qual mais adiante falaremos, parece difícil voltar à velha normalidade da democracia burguesa. Por um lado, porque se Trump perde **não significará o fim do curso ultradireitista** que hoje hegemoniza o Partido Republicano. A ultradireita se manterá com força política e social. E por

outro lado, porque o governo de Biden, que ganharia expressando uma espécie de frente democrática que de fato transcende a estrutura do Partido Democrata dominado pelo establishment, não tem outras possibilidades que **manter a política imperial dos EUA e a defesa das grandes corporações que o dominam.**

No marco da agudização do conflito com a China, o governo da potência imperial não pode fazer mudanças de fundo, estruturais, que reclamam os amplos setores mobilizados para terminar com a desigualdade social e o racismo. Inevitavelmente tomará medidas de ajustes contra os trabalhadores e os setores explorados que são os mais discriminados. Será então que os setores organizados e não organizados críticos a Biden, que apoiaram Sanders contra Trump, comecem a fazer a experiência com o governo imperial democrata. Os setores sociais como o movimento negro, os trabalhadores que protagonizaram importantes greves nos últimos anos e o movimento político e social que protagonizaram importantes greves nos últimos anos e o movimento político e social que se construiu ao redor da candidatura e o programa de Sanders vão ter que seguir um curso independente do governo Biden.

2) Frente à polarização social e política falta construir uma direção alternativa

Na América Latina (AL), como no resto do mundo não estamos ante uma avenida nem um caminho de rosas rumo à revolução. Ante a radicalização do movimento de massas a burguesia responde (ou tenta responder) com mão dura. Assim foi no Chile com Piñera e estão tentando isso agora na Bolívia. Em outros países está se praticando uma repressão seletiva intensa. Na Colômbia, onde há um ascenso importante, Duque está multiplicando as desapareções de líderes dos movimentos sociais e políticos (mais de 500 neste ano). Em Honduras desapareceram uma dezena dos dirigentes do povo negro garífuna. Nos EUA, onde a democracia

burguesa é mais forte, o presidente Trump não somente tenta sabotar o voto por correio mas que tem possibilidades de fazê-lo.

A crise fez surgir novos totalitarismos protofascistas ultraconservadores que já têm comportamentos e ideologia fascista (anticomunista, racista, negacionista, machista, com milícias na internet e no caso de Bolsonaro e Trump querem facilitar o armamento que podem dar lugar a futuras milícias). Suas bases sociais são os setores burgueses de direita aos que se soma uma base social em setores de classe média e operária desesperados pela crise. Uma das características desta ultradireita quando está no poder são as mentiras, manipulação da informação (fatos alternativos ante a realidade), a manipulação das redes sociais agitando um pseudopopulismo e o ódio aos que se opõem.

Esta nova direita encontrou terreno para desenvolver-se porque esteve facilitada pela **política de conciliação que seguem os velhos progressismos**. E isso se traduz no fato que setores populares fundamentais que fazem ou fizeram a experiência com essas direções, que chamamos de “velho progressismo”, podem agora encontrar um novo caminho para **formar uma nova direção alternativa, independente**, que se baseie num programa de ruptura com o capital. Há novas condições para que isso se gere: nisso ajudou o uso massivo de internet por causa da Covid-19, que fortaleceu o trabalho em redes. Um vertiginoso avanço comunicacional global que ajuda a contrarrestar as dificuldades de avançar numa nova consciência democrática e socialista que ganhe terreno ao atraso na consciência que produziu a falta de um modelo alternativo ao capitalismo pelo fracasso do “socialismo real”. Embora uma nova onda socialista tenha emergido nos EUA, o grande avanço que significou o programa de Sanders não supera ainda as debilidades e inconseqüências programáticas sobre um novo modelo de sociedade, questão que temos que tomar muito em conta na hora de formular um novo programa. Entretanto, o novo em nosso continente é que começam a haver condições para

criar esse programa que ainda não existe.

Por estas razões podemos definir a nova situação como indefinida, aberta, não se deu ainda uma mudança da correlação de forças entre as classes como ocorreu em 1968, por exemplo. No entanto, há um espaço de disputa para avançar em sua construção.

3) Construir um programa para responder à nova situação.

A mobilização de trabalhadores, as resistências e rebeliões estão criando as condições para formular um novo programa que não seja repetição das velhas fórmulas reformistas (de possíveis melhoras neste modelo) e do propagandismo abstrato do socialismo.

A crise estrutural (multiplicada agora em sua gravidade pela pandemia) colocou velhas e tradicionais reivindicações e outras mais novas na ordem do dia, ao mesmo tempo se multiplicam os sujeitos sociais que se mobilizam. São múltiplas tarefas, democráticas, econômicas contra a desigualdade, ecossocialistas, anti-imperialistas, que dão conteúdo a um novo programa de demandas transicionais, ou seja, que atacam partes do sistema e desta maneira o questionam como um todo.

Estas reivindicações são **comuns** a todos os nossos países latino-americanos e parcialmente se estendem aos EUA. Isso coloca para a vanguarda anticapitalista a necessidade de construir um programa que unifique todas estas reivindicações na tarefa comum de uma América Latina nova, ou seja, para refundar a América Latina sobre outras bases, **um continente independente, com relações democráticas e igualitárias entre todos os seus países, com igualdade social, racial e ecossocialista**. A comemoração em importantes países (México, Peru, Guatemala, Rep. Dominicana) do bicentenário da independência vai ter transcendência continental, é um fato que reatualiza a luta dos povos latino-americanos por sua “Segunda Independência” que somente se pode conquistar se enfrenta de forma conjunta as velhas e novas

contradições do continente que a pandemia evidencia.

A ruptura com o imperialismo que significa a nacionalização de suas riquezas naturais e os bancos. **A reforma agrária**, que agora tem que acabar também com os novos latifundiários dos agronegócios, é também de toda a América Latina porque deixou de existir em alguns países que em seu momento a alcançaram. **A defesa da mãe terra**, na qual os povos originários cumprem um papel destacado de resistência ao extrativismo e ao agronegócio: elementos centrais do plano global do capital, o **enfrentamento à crise climática** para o que é necessário um novo modelo de produção; **a defesa da bacia amazônica** (uma das maiores riquezas de nosso continente) dos governos depredadores e dos interesses imperialistas é de interesse da América do Sul toda e em particular dos dez países que a formam. A reforma urbana, a nacionalização da saúde, o fortalecimento da educação pública e gratuita; a conquista da igualdade social.

Somente se podem levar adiante estas medidas de fundo por **governos que representem os interesses dos trabalhadores e os pobres em ruptura com as burguesias no poder. E somente se pode realizar na luta conjunta dos trabalhadores, camponeses, povos originários, as mulheres e as raças oprimidas. Uma revolução latino-americana é possível e urgente.**

Aqui queremos contribuir com alguns pontos de um trabalho que necessariamente tem que ser coletivo e que parte das tarefas mais urgentes que estão colocadas.

a) Enfrentar o totalitarismo e os perigos protofascistas.

Embora não há dúvidas que de maneira desigual segundo os países o ascenso ou resistência se generalizam, as classes dominantes não estão em retirada nem na defensiva; respondem restringindo as liberdades democráticas. O pai deste processo – e o maior inimigo- são os totalitarismos protofascistas que têm como expoente Trump, Bolsonaro, Áñez, Duque, Piñera, Ortega (em-

bora tenha outra origem de classe e surgisse da traição de um processo revolucionário). Estes personagens que expressam a crise na burguesia são os primeiros inimigos que temos que derrotar. A burguesia para manter sua dominação necessita endurecer os regimes frente a crise da democracia burguesa e de seus partidos para enfrentar a ação das massas.

Nem toda a burguesia está agora atrás do profascismo, mas não são eles os que vão parar. É a mobilização de massas como ocorreu no Chile ou agora nos EUA a partir da rebelião negra no país do Norte. Nestes dias nas ruas da Bolívia está se decidindo esta confrontação. Nos EUA foram as mobilizações que vivem fazendo os trabalhadores (professores, serviços, etc.) que tomaram força com o movimento antirracista e que vai continuar nas eleições presidenciais de novembro.

Fazer a necessária unidade de ação desde uma estratégia anticapitalista

Frente à ameaça profascista é necessário e possível a unidade de ação tática com forças burguesas e do progressismo para enfrentá-lo. Isto é a possibilidade de golpear juntos (onde se possa) mas marchar separados. Somente mudando radicalmente o sistema com a mobilização de massas é possível extirpar o perigo fascista. Mas isso não nega a possibilidade de unidade na ação quando há setores burgueses que se diferenciam com o curso totalitário. Na Bolívia, não há nenhum setor burguês com quem se possa realizar esta unidade de ação pontual, mas em outros países isso é necessários. No Brasil e agora nos EUA, por exemplo, sem nos comprometermos com o programa e o futuro governo de Biden (caso ganhe), a ação eleitoral possível é votar por Biden para derrotar Trump.

b) A luta contra o racismo que tem também um caráter continental. A luta contra o racismo, a nova segregação

racial, de defesa dos povos originários é uma luta contra as heranças não resolvidas da opressão e exploração colonial e neocolonial.

Nossa América foi submetida pelos impérios salvo períodos parciais em determinados países e hoje em Cuba. A acumulação capitalista pelos países europeus se fez – numa grande medida – submetendo a formas escravistas aos povos originários e ao povo negro trazido da África. A luta antirracista é sistêmica porque através de outra forma de exploração segue existindo. A luta contra o racismo une a todo o nosso continente. É dos “african american” e os “latino american” dos EUA, a população negra que é maioria no Brasil e numa grande proporção de quase todos os países, especialmente, no Caribe e no norte da América Latina, de todos os povos indígenas que são expropriados pelo grande capital e seus governos cujas populações estão em todo o continente. Por isso, a revolução latino-americana tem a estes setores como um sujeito social fundamental que se confunde e faz parte do dos trabalhadores.

Houve lutas históricas contra o racismo e agora estão acesas com a crise multidimensional que vive o capitalismo. Como nunca foram resolvidas agora se voltam, sob formas menos brutais que a colonização, não por isso menos exploradoras, discriminatórias e opressivas. Não se trata somente do povo negro do Brasil, os EUA, o Caribe venezuelano e Colômbia. Na América Latina, há milhares de povos originários que se defendem frente a agressão permanente do capitalismo. Os povos originários estão na linha de frente da defesa da Mãe Terra, enfrentando as empresas extrativistas e os desmatamentos.

Os mapuches do Chile estão levantados contra os proprietários rurais no sul do Chile, a comunidade garífuna em Honduras, a diversidade de etnias no Brasil que defendem seus territórios contra a demarcação de terras de Bolsonaro, e hoje na Bolívia o povo indígena que – como já vimos – bloqueia caminhos pondo

em questão o governo golpista e defendendo seu Estado Plurinacional.

c) Combater a crise sanitária que a pandemia agravou. Nacionalização do sistema de saúde. Produção de genéricos a cargo do estado para prover medicamentos gratuitos.

d) Frente ao desemprego crescente e a ofensiva antioperária que os ricos paguem pela crise. Renda básica, defesa do salário, redução da jornada de trabalho, plano de obras públicas, taxaçaõ das grandes fortunas...

A crise econômica – agravada pela pandemia – está no centro das reivindicações dos trabalhadores e explorados e que se transformam em lutas políticas contra os governos, os regimes e a corrupção. (Com a Covid-19 se fizeram negociados abomináveis das castas políticas corruptas). A miséria, produto de uma irreversível desigualdade crescente e o desemprego são o flagelo dos trabalhadores e o povo de toda a América, incluindo os EUA. Estes são pontos de um programa de transição para enfrentar a crise.

e) Por um novo modelo de produção que salve o planeta e a vida. “Mudar o sistema e não o clima”.

A luta contra a crise climática significa enfrentar o sistema: por isso somos ecossocialistas, mas não somos propagandistas de um novo sistema melhor somente. Há ações de massas contra a crise. Contra o extrativismo e a defesa da Pachamama se levantam os povos originários. No Peru, as mais notáveis de Tía Maria e Conga, na Venezuela há uma vanguarda que denuncia o Arco Minero impulsionado pelo governo de Maduro. Também na AL está construindo o novo movimento ecológico a partir da Assembleia Mundial pela Amazônia.

Parte importante da luta contra a crise climática é o combate ao agronegócio depredador e a luta pela reforma agrária que é

também a base para um modelo de produção no campo que defenda a natureza e a vida.

f) As dívidas públicas e nacionalização da banca.

A questão crucial das dívidas externas que embora não afeta a todos os países por igual é o jugo no pescoço que têm nossos países asfixiados pelo capital financeiro internacional e o imperialismo, vampiro que chupa o sangue de nossos países. Não se pode avançar para uma solução de nenhum problema, caso se siga pagando uma dívida escandalosa que fizeram os governos.

g) As lutas feministas contra o patriarcado.

As mulheres estão na linha de frente na nova situação. São vanguarda das lutas sociais, lutam pela vida já que são sobre os que recaem a reprodução social, e o enfrentamento da violência machista que se fez mais dura com a pandemia.

h) A defesa da educação e da juventude sem futuro...

i) A luta dos novos trabalhadores precarizados (aplicativos, telemarketing, vendas pela internet)

4) É necessária uma revolução latino-americana que rompa com o imperialismo e as classes dominantes.

Estas reivindicações continentais – que têm um denominador comum – enfrentam o neoliberalismo, o modelo capitalista deste período histórico, ou seja, o domínio das grandes corporações. As burguesias nativas são sócias menores dos interesses do capital financeiro e as mega corporações. Esse capital financeiro, que hoje domina a economia mundial, é de fato e de direito quem controla as economias dos países latino-americanos direta ou indiretamente.

A pergunta é: há setores burgueses nativos capazes de levar

adiante estas reivindicações que se transformaram em imediatas? Sem ruptura com as classes dominantes nativas é impossível. No começo do novo século surgiu o bolivarianismo que foi uma ruptura política e parcialmente econômica com as velhas classes dominantes. Temos que partir dessa experiência frustrada em seus acertos e erros. O bolivarianismo somente se podia desenvolver com sua extensão continental. O imperialismo, as burguesias nativas e o governo de conciliação de classes do PT foram travas para sua extensão. Os governos do PT defenderam os interesses sub-imperialistas da burguesia queriam estender os negócios de Odebrecht e as outras construtoras e corporações e para isso tinham que frear a expansão da ALBA e minimizar as possibilidades de um Banco Sul-Americano. O caminho do bolivarianismo romper definitivamente com o imperialismo e avançar ao socialismo, somente se podia realizar com o apoio do conjunto da América Latina. E nessa linha de Independência Político-Econômica não estavam comprometidos os governos e organizações políticas do Foro de São Paulo. Ante esta carência fundamental não foi possível garantir a continuidade de uma libertação nacional em todo nosso continente. Os países independentes (Venezuela, Bolívia, Equador) ficaram isolados por culpa dos governos do Brasil, Argentina, Colômbia e México.

A ALBA pretendia ser um novo modelo econômico continental e foi – como dissemos – sabotado. Por outro lado, o processo de socialização ou gestão econômica mista se estancou, a banca não foi nacionalizada o que resultou na burocratização do regime.

Tampouco há algum bloco mundial progressivo

Historicamente o imperialismo dos EUA considera nosso continente seu quintal. É quem dirige os embargos a Cuba e a Venezuela e o co-gestor dos golpes de estado. Entretanto o imperialismo americano vive uma decadência em sua dominação mundial, por perda de seu poder hegemônico conquistado depois

da segunda guerra mundial. Por seu debilitamento, “seu quintal” está agora economicamente disputado pelo emergente poder econômico da China, um imperialismo em gestação que já conquistou países da Ásia e da África.

O governo chinês com suas empresas e outras grandes corporações privadas da China têm forte presença. Seu objetivo não tem nenhum outro caráter diferente aos dos EUA e a Europa. Apropriam-se com o extrativismo de recursos naturais, dominam setores econômicos e tiram mais-valia da exploração dos trabalhadores.

A reconstrução da América Latina não pode avançar crendo que temos um sócio amigo na China. A disputa mundial entre as potências dos EUA e a China somente serve para que a vanguarda abra seus olhos para desenvolver uma política independente. Assim como na América Latina o velho progressismo não é alternativa, não temos no mundo um campo progressivo que possa ser um aliado estratégico. E embora sua hegemonia econômica está em questão e sua dominação debilitada volta à carga com as novas formas de golpes da democracia disfarçada no Paraguai, Honduras e mais recentemente na Bolívia.

Nossos aliados são os trabalhadores norte-americanos e povos em luta no mundo.

A velha vanguarda e os velhos progressismos degenerados em sua política enfocavam todos os problemas e crises em nossos países no imperialismo e viam todo o país norte-americano (não somente seus governos) como o inimigo. A realidade mundial mostrou que o principal aliado do povo vietnamita foi o movimento antiguerra do país do norte. E agora, com sua “latino-americanização” mais profunda se abriu a porta para tê-los como aliados pela retirada de suas tropas como no caso de Vietnã.

O movimento dos trabalhadores, o antirracista, e o novo socialismo que está em ascensão nos EUA são aliados estratégicos

dos latino-americanos. Essa aliança se torna mais concreta porque a “latino-americanização” estrutural (aumento da desigualdade e pobreza) se pode construir com a poderosa classe operária americana e especialmente com as grandes populações latinas e negras que estão nos EUA. Os *chicanos* e os negros têm conosco muitos pontos em comum e ao redor deles temos que construir o ponte que nos una para romper o muro de Trump.

5) O papel dos progressismos ante a nova situação

Se o PT especialmente nos inícios do 2000 foi responsável que a liberação de nosso continente se estancasse e retrocedesse, agora estão ainda mais à direita para cumprir um papel progressivo: estão assimilados pelas classes dominantes. Assim estão mostrando as lutas recentes. Apostam somente nas eleições e não na mobilização de massas. O PSOL teve que tomar a iniciativa independente para levar ao Congresso o impeachment contra o Bolsonaro. Quando este impeachment se podia combinar com primeira mobilização nas ruas com o pretexto da pandemia não convocaram. Na Bolívia, quando se consumou o golpe, não jogaram nenhum papel relevante e no Chile, em meio às grandes mobilizações de massas, apoiaram a negociação com Piñera.

A Internacional Progressista tampouco está cumprindo este papel: não apareceu nos EUA, nem na Bolívia, tampouco no Chile. É uma aliança de indivíduos e direções e o governo da Finlândia (algumas valiosas) sem nenhuma relação com o movimento em curso. Menos ainda na América Latina.

6) A vanguarda social e política pode construir uma nova alternativa internacionalista.

As lutas no continente reanimaram velhos lutadores surgiram novos dirigentes e colocou no posto de mando a juventude e as mulheres. Sem entrar em muitas descrições podemos dizer que com esta mudança há uma reanimação importante da

vanguarda latino-americana e que se está organizando em movimentos sociais e políticos. Os novos processos políticos de nosso continente como o de Bernie Sanders e o DSA nos EUA, Convergência Social no Chile, MNP no Peru, PSOL no Brasil foram os mais destacados.

Ao mesmo tempo, a realidade está mostrando que, na esteira das múltiplas lutas sociais, se reanimam velhos setores que com as novas camadas de vanguarda nas organizações de trabalhadores (ou por fora delas), da juventude e das mulheres que se puseram à frente das lutas.

Estes acontecimentos se dão paralelos (ou por fora) aos processos políticos. Os Cabildos da Chile, o movimento indígena e estudantil no Equador, BLM nos EUA, movimentos e coordenadoras feministas, a Assembleia Pan-Amazônica, a greve da Bolívia encabeçada pela Federação Mineira, a auto-organização do Alto boliviano, a nova central em construção no México, a reorganização do movimento sindical (que unifica velhos com novos dirigentes) destacados especialmente nos trabalhadores de serviços (Saúde e Educação) e assim poderíamos dar múltiplos exemplos. A limitação da ação política pela pandemia não parou as mobilizações (Bolívia, Colômbia) e fez com que o movimento da vanguarda se recrie na virtualidade. Embora tenha a limitação da ausência de impacto contundente na ação concreta, a vanguarda social e política os utilizou para agrupar-se. E o exemplo mais notável é a frente única de diferentes setores e de pequenas ou grandes organizações e ativistas é a Assembleia Pan-Amazônica. Também há uma multiplicidade de organizações feministas que estão na América Latina, onde o Chile, Argentina e o México são a vanguarda.

As novas organizações políticas não podem existir como um instrumento da revolução latino-americana se não se constroem colaborando e sendo parte destes movimentos. A participação na luta política eleitoral é importante para politizar o movimento,

mas sempre que o façam abrindo-se para as organizações sociais. É uma necessidade recíproca. A participação das organizações políticas nos movimentos sociais e suas lutas e, ao mesmo tempo, abrindo suas tarefas políticas e campanhas eleitorais para os novos movimentos sociais que surgem.

7) Por onde começar? As campanhas e os encontros para a construção de uma nova rede social e política latino-americana.

O novo espaço para a construção na América Latina (e EUA) de uma nova alternativa anticapitalista se como dissemos, por fora do Fora de São Paulo, do madurismo e a nova Internacional Progressista. Na luta contra a direita podem ser aliados táticos, mas não há possibilidades de uma unidade nem política nem programática para enfrentar a direita.

A tarefa da vanguarda latino-americana é agrupar-se ao redor de campanhas comuns e um novo programa que coloque a necessidade de uma nova integração latino-americana anticapitalista. Este programa começa por dar resposta à agudização da crise provocada pela pandemia que põe em evidência a crise estrutural de nosso continente latino-americano e também dos EUA.

A luta comum latino-americana pode começar apoiando a Federação de Mineiros da Bolívia, enfrentando o protofascismo de Bolsonaro, e outras iniciativas que colocam tarefas comuns. Esta experiência já começou com a campanha de defesa da Amazônia, nas ações conjuntas contra Bolsonaro, na solidariedade ante o sequestro dos dirigentes garífunas de Honduras para mencionar alguns exemplos.

Estas campanhas podem ir delimitando os aliados táticos dos mais estratégicos e dessa maneira ir fortalecendo uma rede latino-americana dos anticapitalistas.

Um encontro convocado pelo PSOL é possível e este novo internacionalismo pode ser assumido pelo PSOL, partido que já fez

vários seminários internacionais que convocaram muitos destes setores. As campanhas e um encontro abririam o caminho para construir esta nova alternativa.

Fulgor e ocaso do Podemos: razões de um adeus¹

Manuel Gari²

A criação de Podemos no Estado espanhol supôs uma importante tentativa de construção de um partido de massas antineoliberal e pluralista à esquerda do social-liberalismo. Essa experiência, que começou muito bem, finalmente terminou muito mal. Quiçá por esta última razão, o título deste artigo poderia haver sido “Fulgor e ocaso de Podemos... como projeto político emancipador”. O objetivo deste artigo é explicar por que foi necessário criá-lo e por que foi necessário abandoná-lo. O que supôs também refletir sobre o balanço que se pode fazer e as lições que se podem extrair da atuação de Izquierda Anticapitalista, hoje Anticapitalistas.³

Podemos pôde surgir porque as esquerdas social-democrata e eurocomunista estavam num beco sem saída depois da crise de 2008. A irrupção das e dos indignados de 15M em 2011 foi o catalisador da aparição de novas expectativas políticas num marco caracterizado pelo avanço imparável do direitista Partido Popular (PP) frente ao governo socialista de José Luis Rodríguez Zapatero. Izquierda Unida (IU) se mostrou incapaz para fazer frente às políticas neoliberais e o Partido Socialista Obrero Español (PSOE) foi um de seus executores. Ambos os partidos suportavam a pesada herança de haver contribuído à criação do regime político da Transição mediante o pacto político com as forças provenientes do franquismo plasmado na Constituição Espanhola de 1978 (CE). Ambos os partidos formavam parte desse

1 Tradução: Charles Rosa.

2 Membro de Anticapitalistas e do Conselho Assessor de *Viento Sur*.

3 Izquierda Anticapitalista participou no processo de criação do Podemos nos anos 2013 e 2014 e logo passou a se denominar Anticapitalistas. Dado que há uma continuidade política e organizativa absoluta entre ambas as denominações, uso o nome de Anticapitalistas ao longo de todo o artigo por comodidade minha e para facilitar a leitura a quem aceda ao texto. Para conhecer melhor este trânsito formal: <https://vientosur.info/spip.php?article9779>.

regime e, no caso do PSOE, foi um de seus principais pilares. Por outro lado, existia uma ampla apatia e desmobilização social provocada em primeiro lugar pela equivocada estratégia de pacto social a todo custo (*a concertação social*) dos sindicatos majoritários, CCOO e UGT, e a incapacidade dos minoritários para construir uma nova hegemonia no seio do movimento operário, exceção feita dos sindicatos de classe LAB e ELA no País Basco. Isso possibilitou a reforma do artigo 135 da CE que converteu o pagamento da dívida pública em prioridade dos Orçamentos Gerais do Estado e a imposição de duas regressivas reformas laborais: em primeiro lugar, a aprovada pelo governo socialista de José Luis Rodríguez Zapatero, posteriormente piorada pela legislação do governo do Partido Popular (PP), presidido por Mariano Rajoy, que diminuiu a negociação laboral coletiva, cerceou o papel dos sindicatos nas empresas e atacou ou anulou importantes direitos da classe trabalhadora, o que produziu uma grande desvalorização salarial, aumento da desigualdade, maior peso das rendas do capital que as salariais no produto interno bruto (PIB), aumento da precariedade laboral e extensão da pobreza, com especial incidência na juventude, praticamente expulsada do mercado de trabalho.

Produto de tudo isso surgiu o movimento de 15M como protesto ante a deterioração da situação social e como reviravolta frente ao pântano político. Isso abriu uma janela de oportunidade para modificar substancialmente o mapa político no Estado espanhol. Podemos veio a encher o vazio assinalado e se apresentou como a ferramenta para criar uma nova correlação de forças no âmbito político que, caso tivesse sido consolidada, teria podido ajudar a incentivar um reforço da organização e a mobilização social.

Neste panorama cabe fazer uma exceção e assinalar a importância que tiveram as mobilizações massivas das Diadas ou das jornadas e desafios de 2014 e de 1 e 3 de outubro de 2017 na

Catalunha, que expressavam as aspirações nacionais e a exigência do direito de decidir de todo um povo, gerando a maior brecha conhecida na trama do regime de 78 até converter-se em seu principal fator de crise. Momentos nos quais a esquerda política – incluindo o Podemos e seus aliados na Catalunha – desaproveitou uma ocasião de outro para por-se à cabeça do maior movimento popular de massas de democrático das últimas décadas no Estado espanhol e disputar a hegemonia e direção políticas ao restante de atores.

Mas Podemos envelheceu rapidamente até a decrepitude acabou aceitando o marco discursivo e os limites da CE de 1978, da economia de mercado e da União Europeia como único horizonte possível. Este supôs um fracasso do projeto Podemos e uma derrota para a esquerda que o impulsionou. E, entretanto, foi ineludível tentá-lo. E conveniente.

O 15M (fortalezas e debilidades) na genealogia e razão de ser de Podemos

A irrupção do movimento das e dos indignados de 15 de maio de 2011 nas praças e ruas de Madri, que imediatamente se estendeu a todas as populações do conjunto do Estado espanhol, incluídas a Catalunha, Euskal Herria e Galícia, supôs a aparição na cena da mobilização social de uma nova geração que não se identificava com os partidos parlamentares (“não nos representam”), se via especialmente afetada pelas políticas de austeridade (“esta crise não a pagamos”), se enfrentava às elites financeiras beneficiárias das ajudas estatais para resgatar à banca (“isso não é uma crise, é uma estafa”) e denunciava os limites do regime política (“lhe chamam de democracia e não o é”).

Portanto, foi um movimento com vocação antirregime, configurado em torno de demandas democrático-radicaís que pôs em questão o modelo bipartidarista imperfeito encarnado pelo PSOE e o PP, mas também o *turnismo* no governo do Estado,

ora socialista, ora conservador, e o conservador, e o modelo eleitoral. Mas também se constituiu como movimento antiausteritário frente às políticas econômicas e sociais depredadoras e contrárias à soberania popular, especialmente depois da reforma do artigo 135 da CE e os resgates da banca espanhola, que superaram um *investimento* público cifrado atualmente em 65 bilhões de euros pelo Banco de Espanha. Por isso em 15M, ainda que de forma elementar, reclamava outra economia, outro modelo de sociedade e a necessidade de uma nova Constituição. Essa foi sua grande aportação e a mostra de sua energia criativa baseada na atividade de setores de massas. O 15M chegou a ter a simpatia da maioria da população farta do período de austeridade iniciado em 2008 e da esclerose política do sistema.

O 15M significou uma emenda à totalidade dos partidos e sindicatos do sistema e abriu as vias de uma mobilização popular sustentada por diversos setores (as denominadas *marés* da educação, saúde, trabalhadores e trabalhadoras da função pública, etc.) que o fizeram relativamente à margem das burocracias e com novas formas de organização e coordenação. O movimento 15M gerou formas de luta desobediente de massas de novo tipo, baseadas na assembleia como matriz organizadora, que muito pronto desbordaram as organizações tradicionais. Ao 15M se somaram as e os ativistas ecologistas e feministas e setores juvenis que fazia sua primeira experiência.

Cabe ressaltar muito especialmente que em 15M, graças a sua crítica do regime de 78, possibilitou o debate sobre a necessidade de uma ruptura democrática e a abertura de um processo destituente/constituente, que, com a passagem do tempo, levou a Anticapitalistas e a outros setores a falar em plural, pois se necessitava um conjunto de processos constituintes a coordenar que tivesse em conta a existência da questão nacional e não somente a dimensão geral do Estado espanhol.

Mas em 15M também mostrou os limites de um movimento

social sem uma expressão política e, em concreto, uma representação eleitoral. Em 2013, a situação política estava bloqueada. Muito pronto, entre os setores mais avançados do ativismo se iniciou o debate sobre a necessidade de uma ferramenta política. Embora todos eles concordaram que nenhuma força que pudesse ser criada poderia se arrogar a representação do movimento do 15M, não cabe dúvidas de que Podemos foi beneficiário do espírito das e dos indignados.

Os dilemas de Anticapitalistas

Nos meses anteriores ao lançamento de Podemos, no seio de Anticapitalistas o debate sobre o que fazer se vertebrou em torno de três posições. Uma primeira defendia conformar uma frente de esquerdas ou uma aliança tática com a IU que tinha como inconveniente a história recente de subalternidade desta organização ao Partido Socialista, tanto em acordos pré-eleitorais a escala do Estado como na experiência de cogoverno na Andaluzia e muitos municípios, e também o descrédito crescente entre a juventude de esquerdas. Outra propugnava impulsionar uma frente de organizações da esquerda radical, todas elas pequenas exceto no País Basco e parcialmente na Catalunha, escassamente implantadas e com traços sectários, o que precisamente haveria suposto para Anticapitalistas colocar-se à margem da ampla corrente de radicalização massiva surgida em 15M.

Uma terceira, defendida pela direção, propunha impulsionar algum tipo de iniciativa de novo tipo, pois considerava que as estruturas de esquerda existentes em aquele momento eram incapazes de ser úteis para dar um salto que levasse a plano político a luta social. Esta última opção resultou ser a majoritária. No seio de Anticapitalistas, e de seu precedente Espaço Alternativo, estava presente o debate sobre a necessidade de apoiar o nascimento de organizações antineoliberais de massas, democráticas e com capacidade para dar as batalhas eleitorais de forma complemen-

tar às lutas sociais impulsionadas desde os movimentos. Por isso, ao conceber Podemos lhe foi dada grande importância à ideia de partido-movimento estruturado desde a base no qual depois denominamos círculos.

Ao contrário que outros setores da esquerda, Anticapitalistas, da mesma forma que foi uma das poucas organizações que não teve receio do 15M, foi a primeira que se apresentou a necessidade e possibilidade de dar um salto político porque considerava que essa iniciativa política não ia a supor um freio para a mobilização que, por certo, já mostrava sintomas de esgotamento como produto do bloqueio do Estado e da recuperação de certas iniciativas por parte dos partidos do regime que começavam a sair de seu desconcerto e paralisia inicial ante um protesto tão estendido como inesperado. Bem ao contrário, Anticapitalistas considerou que era urgente e possível canalizar toda a energia surgida depois do 15M para uma nova batalha que desbloqueasse um panorama político que objetivamente exercia de cadeado. Efetivamente, existia uma grande potência no setor social e político sem representação. Nesse aspecto, Anticapitalistas teve o grande acerto e a audácia tática para impulsionar a *iniciativa Podemos*, cujo alcance e natureza eram de tal envergadura que iam a colocar a prova todas as forças e capacidades da organização.

O que teria passado se Anticapitalistas não tivesse feito isso? Não o podemos saber porque não ocorreu. O que sim sabemos é que os grupos de esquerda radical que não se vincularam ao Podemos se suicidaram com o jugo do sectarismo. É possível que Anticapitalistas tivesse seguido a senda da insignificância política na qual incorreu boa parte dos grupos que ficaram fora. Provavelmente não teria multiplicado suas forças militantes e não teria gozado da ampla audiência que conseguiram seus porta-vozes públicos. Não teria estendido sua organização a todas as comunidades autônomas. Não teria podido organizar atos políticos massivos, tanto presenciais como os *online* que realizou durante

a pandemia da Covid-19. Nenhuma de suas propostas sobre a questão nacional ou sobre a desigualdade social teriam alcançado o impacto midiático que tiveram.

Não teria podido marcar a agenda política entre a vanguarda, nem se haveria convertido numa referência ideológica e política para os setores mais conscientes do ativismo. Não teria podido efetuar a experiência de trabalho desde as instituições locais, regionais e europeias em clave antiausteritária e democrática a favor das classes populares. Neste ponto cabe assinalar que muito cedo Pablo Iglesias e sua equipe obstruíram, mediante o abuso de regulamentos antidemocráticos, a possibilidade de representação anticapitalista no Parlamento estatal, no qual houve uma presença limitada e uma só legislatura.

Mas estas e outras questões que figuram na trajetória de Anticapitalistas não podem ocultar duas questões: 1) a já assinalada de que o projeto Podemos fracassou e que as teses de Anticapitalistas foram derrotadas; 2) que se cometeram erros importantes por parte de Anticapitalistas no processo que ajudaram o triunfo das posições de Pablo Iglesias. Por isso convém recordar/reconstruir criticamente o relato da história de Podemos e fazer o balanço dos passos dados por Anticapitalistas para ter uma visão de conjunto e poder compreender também a outra grande decisão: a de abandonar Podemos e impulsionar Anticapitalistas como um novo sujeito político.

O fenômeno Podemos em toda sua complexidade

A primeira característica de Podemos é que recolheu o sentimento de indignação existente depois da crise de 2008 e a percepção socialmente estendida de que uma minoria saiu beneficiada graças a que uma maioria perdeu e muito. E que esta questão social está intimamente ligada à questão democrática. Pablo Iglesias, em 22 de novembro de 2014, em seu momento mais radicalizado, quando as pesquisas davam como primeira

força política a Podemos, desde um linguagem claramente populista de esquerdas mas funcional para as posições da esquerda revolucionária, afirmou que: “A linha de fratura opõe agora aos que, como nós, defendem a democracia (...) e aos que estão do lado das elites, dos bancos, do mercado; estão os de abaixo e os de acima (...), uma elite e a maioria” .

Uma segunda característica singular do nascimento desta formação política é o papel relevante e determinante jogado por uma pequena, mas ativa organização marxista revolucionária, Anticapitalistas, na criação e primeira etapa de desenvolvimento de Podemos. Tanto o documento fundacional “Mover ficha, convertir la indignación en cambio político” como o programa eleitoral para as eleições do Parlamento Europeu do ano 2014 refletem, apesar das lógicas transacionais de linguagem quando várias culturas convergem, a hegemonia das propostas marxistas revolucionárias nas reuniões e assembleias de militantes. Assim mesmo foi imprescindível o concurso de Anticapitalistas em outros terrenos: dar legitimidade à proposta eleitoral ante a esquerda social, facilitar os primeiros meios financeiros, colocar a disposição do projeto sua pequena estrutura organizativa e impulsionar a organização afiliativa de base, os círculos, em quase todo o território do Estado espanhol.

A terceira característica é que Podemos nasceu como um partido sumamente aberto à incorporação de correntes diversas da esquerda social e política, o que pronto se plasmou na incorporação de setores em ruptura com IU, incapaz de sair de sua crise interna e de oferecer alternativas às demandas de uma nova geração de ativistas, assim como no interesse que suscitou nos movimentos sociais, particularmente nos setores da ecologia política e do feminismo. E captou a atenção da geração de 20 anos alheia à política.

Três eram as condições *sine qua non* para que o projeto Podemos pudesse construir-se e ser útil. Que mantivesse sua radica-

lidade discursiva; que estabelecesse laços orgânicos estáveis com os setores operários e populares com maior consciência e combatividade, e que se configurasse internamente de forma democrática para possibilitar a deliberação, a participação da filiação nas decisões e a coexistência criativa e fraternal da ampla pluralidade ideológica e política presente desde o primeiro momento em seu seio. Dita pluralidade abarcava muito diversos aspectos, com um espectro de diferenças mais amplo que aquele apresentavam seus três componentes políticos principais agrupados em torno da figura de Pablo Iglesias, à de Iñigo Errejón e a Anticapitalistas, cujos porta-vozes públicos mais conhecidos eram Teresa Rodríguez e Miguel Urbán.

Desde sua origem Podemos se converteu num campo de batalha interna entre suas três *almas*. A representada pela corrente anticapitalista – mais ampla que a organização que a animava –, que proclamava a importância do programa e da organização na construção coral do novo partido, assim como a necessidade de impulsionar a auto-organização e mobilização social, a implantação no *povo* trabalhador e a combinação destas tarefas com as de uma pausada acumulação eleitoral e institucional que deveria colocar-se a serviço de tais objetivos mediante uma relação bidirecional partido-povo trabalhador.

Frente a esta proposta se constituiu uma aliança entre o setor populista de esquerdas de Iñigo Errejón e o setor de Pablo Iglesias na primeira assembleia cidadã de Podemos, conhecida como Vista Alegre I (pelo lugar de sua celebração). Esta aliança se plasou na criação de uma *camarilha* burocrática composta por duas frações, em constante remodelação segundo a correlação de forças interna, que se apresentou como missão o controle absoluto de Podemos. O objetivo a curto prazo da aliança era bater as posições marxistas revolucionárias.

O objetivo específico de Pablo Iglesias era constituir-se como o líder indiscutido com total autonomia, sem explicitar um proje-

to que não fosse o de realizar a *ultrapassagem* eleitoral em relação ao Partido Socialista e chegar a governar rapidamente. Para isso não duvidou em radicalizar ou moderar seu discurso conforme a conveniência. Jamais propôs um projeto de sociedade, um programa de governo ou uma estratégia a seguir, nem se consideram as condições e medidas para fazer frente aos ataques do capital. Tampouco se extraíram as lições da intervenção da Troika no caso grego de Syriza. A velha confusão reformista entre aceder ao governo e ter o poder se repetia, isso sim, com discursos radicais que conectavam com o espírito impugnatório do momento. Toda sua ação política esteve presidida, com um discurso mais ou menos esquerdista, por exercer uma hiperliderança pessoal numa imitação simplista dos aspectos menos interessantes da experiência bolivariana, mas também pelo que poderíamos qualificar de um relativismo programático que permite tirar e fazer desaparecer rapidamente propostas segundo a conveniência tática do momento, sem relação alguma com um projeto de sociedade nem de estratégia para logr -lo. A hipótese *estratégica* era “nascemos para governar”; ou seja, aceder ao governo como um fim em si mesmo.

Nesta tarefa, Iglesias encontrou durante uma primeira etapa um aliado muito funcional em Errejón, seguidor naquela época das teses de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe⁴ sobre a total autonomia do político e a nega o do papel que jogam as classes sociais e as disputas econômicas para os marxistas no modo de produ o capitalista. Portanto, desde este setor, os discursos e inclusive os artigos na imprensa se encheram de abstratas especula es sobre a constru o do sujeito povo mediante a cria o de uma base eleitoral interclassista ideologicamente transversal em torno da mobiliza o dos sentimentos por um líder capaz

4 De pronto, durante um curto espaço de tempo, as prateleiras das livrarias se encheram de obras de Laclau como *La razón populista*, *Hegemon a y estrategia socialista* de Laclau e Mouffe o *Construir pueblo*. *Hegemon a y radicalizaci n de la democracia* de Mouffe e Errejón. O que não sei   se realmente tiveram êxito de leitores.

de enfrentar ao povo com uma exígua minoria oligárquica. Isso comportava assumir a improcedência das categorias esquerda e direita ou das análises de classe, etc. Errejón teorizou a possibilidade de uma rápida vitória eleitoral, à que tinha subordinar tudo: eficácia *versus* democracia, hierarquia *versus* organização de base nos círculos, máquina de guerra eleitoral (expressão literalmente formulada) *versus* partido de massas, participação plebiscitária *versus* deliberação democrática. Depois da primeira vitória interna da *camarilha*, os círculos deixaram de ter capacidade para tomar decisões e a eleição das direções se realizou à margem dos mesmos, através do voto *online* das pessoas que se inscreveram mediante um formulário na página web. Esse era o único compromisso da filiação. Eleições sem debate e personalistas. Esta foi uma opção absolutamente antitética à do partido militante e à do partido de massas organizado. Impossível, portanto, o controle e revogação dos dirigentes pelas bases.

Estas teorizações não conduziram a um debate teórico e ideológico de qualidade nem nos meios acadêmicos nem nos políticos, para além dos que pôde realizar uma minoria muito implicada na construção de Podemos, mantivesse uma ou outra posição, ou na defesa do *establishment* bipartidarista. As eleições ao Parlamento espanhol de 2015 e 2016, embora supusessem um importante resultado para Podemos, não alcançaram a ansiada *ultrapassagem*. Começou o declive eleitoral junto a uma busca do voto mediante o abandono de qualquer radicalidade. O *momento populista* –laclauiano difundido no Estado espanhol por Chantal Mouffé no principal jornal de âmbito estatal, *El País*⁵ ficou reduzido à mera moda populista. As urnas reduziram a cinzas as teorizações.

No seguinte congresso, em Vista Alegre II, o setor de Iglesias virou à esquerda e depurou ao setor de Errejón. O choque entre esses dois aparatos burocráticos pelo controle do partido

5 https://elpais.com/elpais/2016/06/06/opinion/1465228236_594864.html

expressava o que Jaime Pastor e eu descrevemos como “Pablo Iglesias vs. Íñigo Errejón: entre o eurocomunismo redivivo e o neopopulismo de centro”⁶. Para avaliações como a de Emmanuel Rodríguez, o choque era uma expressão mais da ideologia e da concepção da política *podemista* como mera geração de elites, luta entre as mesmas e cumprimento das aspirações dos componentes universitários de uma classe média progressista sem futuro⁷. O grau de enfrentamento sectário entre as duas facções dos exilados através da imprensa e das redes sociais anterior à celebração da segunda assembleia cidadã levou a que perigasse a celebração da mesma. Apesar do ambiente enlouquecido geral, o congresso se celebrou graças ao labor e à *cordura* de Anticapitalistas, tal como um jornalista, Raúl Solís, pouco afim ao marxismo revolucionário, descreveu em sua crônica, surpreendendo-se de que a esquerda marxista revolucionária tivesse uma atitude sensata (sic)⁸. Por alguns meses a viragem à esquerda de Pablo Iglesias favoreceu a política de Anticapitalistas. Mas Iglesias atacou o pluralismo. Primeiro marginalizou a Errejón, autêntico Epimeteo desta história, que quando descobriu tardiamente o tipo de partido que ele havia desenhado e pôde comprovar o que brotava da caixa de Pandora *podemista*, decidiu sua ruptura por razões políticas, mas sobretudo porque não podia respirar numa organização sem democracia. Ato contínuo começou a depuração, mediante medidas burocráticas, de Anticapitalistas.

Muito pronto começou uma evolução, com giros à direita e à esquerda, de Pablo Iglesias para suas concepções juvenis de raiz eurocomunista; inclusive realizou a recuperação da memória de Santiago Carrillo, o dirigente do Partido Comunista da Espanha (PCE) que junto a Enrico Berlinguer, do Partido Comunista Italiano, e Georges Marchais, do Partido Comunista Francês, foram

6 <https://vientosur.info/spip.php?article14555>

7 <https://vientosur.info/El-podemismo-como-problema-y-como-ideologia>

8 http://www.huffingtonpost.es/raul-solis-/la-cordura-de-los-anticap_b_14635506.html?ncid=engmodushpmg00000009

os pais do eurocomunismo, a *nueva forma* (como eles mesmos a denominaram) de conseguir aceder ao governo através do sistema parlamentar. Iglesias começou a reivindicar as bondades da CE como escudo social democrático, como se a mesma pudesse ser picada e cada artigo não tivesse conexão com outro nem respondesse a uma lógica de legitimação do regime liberal pós-franquista. Num tema chave se passou, como já se analisou em outros artigos de *Viento Sur*, da impugnação da Constituição à reforma parcial da mesma “quando seja possível”.

Embora Pablo Iglesias tenha usado em seu discurso o repertório conceitual de Laclau, provavelmente não foi um discípulo aplicado do mesmo, mas sim o beneficiário. As teorias do intelectual pós-marxista pareavam bem com a via eleitoralista ao *poder* e com o papel preeminente de Iglesias no processo. Os chamados abstratos à democracia como a ferramenta para transformar a sociedade no marco das instituições da democracia liberal – que não se põem em tela de juízo – conduzem à impotência do populismo de esquerdas e do eurocomunismo para poder governar melhorando substancialmente, de forma duradoura, as condições de vida das gentes numa situação de crise econômica; menos ainda para transformar a sociedade. Tem razão Stathis Kouvelakis quando critica Laclau porque seu conceito de *democracia radical*, que exclui a ruptura com a ordem socioeconômica capitalista e com os princípios da democracia liberal, supõe uma autolimitação. E recorda que, ao contrário do que afirma Laclau, é a luta de classes a que atua como “agente do sujeito político” e não a chamada “razão populista”⁹.

Em cada um dos comícios seguintes, incluídos os de 2019, nos quais Pablo Iglesias encabeçou a aliança de Podemos com IU denominada Unidas Podemos (UP), a perda de votos e assentos é constante e esmagadora. O peso e a presença nos meios de comunicação também decaem; Podemos já não *marca* a agenda

9 <https://www.vientosur.info/spip.php?article14995>

política nem os temas do debate público e o prestígio da organização – que em seus primórdios foi muito alto – decaíram em cada pesquisa de opinião. E começou a busca desesperada de espaços mais tradicionais de esquerda e de centro-esquerda em busca do voto faltante. O mesmo resultado e destino teria Más País, a cisão de Iñigo Errejón.

Se em seu início Podemos teve uma grande capacidade de atração com seu discurso impugnador e *ganhador*, os resultados eleitorais transformaram esse ímpeto num descarnado e possibilista “nascemos para governar”. Este giro se viu favorecido pelo processo de involução política de IU com o triunfo das teses governistas e de subordinação crescente a Podemos. UP abandonou toda veleidade de manter um perfil próprio e diferenciado de esquerdas e isso se plasmou simbolicamente em seu cerramento de fileiras em defesa de Nadia Calviño tanto ante a UE como nos fatos ao sul dos Pirineus.

As debilidades e erros de Anticapitalistas

O resultado da confrontação reformistas/revolucionários no seio de Podemos não estava assegurado de antemão, mas junto a dificuldades para levar adiante uma política anticapitalista em e desde Podemos, existiam possibilidades reais de fazê-lo. Isso exigia sair da zona de conforto na qual tantas vezes se instalam os grupúsculos e seitas da esquerda radical que limitam sua atividade à autoconstrução, a denúncia e adiamento ao restante de agentes políticos e ao propagandismo sem vontade nem capacidade de desenhar projetos políticos para a ação de massas e em relação com as mesmas. Anticapitalistas apostou forte, teve audácia e desenvolveu seu potencial programático e tático.

A tarefa era hercúlea: levantar do nada um partido de massas numa situação de crise social, mas com escassa cultura e tradições de militância organizada. Num marco de crise do regime político – dada a revolta da juventude e a amplitude do conflito

atalão com o Estado central –, mas com os aparatos de Estado pós-franquistas incólumes, sem fissuras. Com uma crise do bipartidarismo que provoca uma situação de ingovernabilidade, mas com um Partido Socialista *estabilizador* que mantinha a confiança, diminuída, mas ainda majoritária, do povo de esquerdas... Nessas condições, a construção da alternativa era missão difícil. Os fatores que explicam a janela de oportunidade existente para a construção de Podemos podiam jogar como seu calcanhar de Aquiles; por exemplo, os anos de destruição e retrocesso da consciência do movimento operário e de derrubada da esquerda política reformista e revolucionária; mas, sobretudo, que ainda não se havia produzido a crise orgânica. Tudo isso dificultava objetivamente o êxito do projeto de Anticapitalistas para fazer de Podemos uma alavanca emancipadora.

Entretanto é preciso evidenciar alguns erros e debilidades que, à margem das dificuldades objetivas, lastraram o Anticapitalistas. Um primeiro equívoco foi aceitar de fato o estreito marco que *camarilha* impôs mediante a legalização de forma secretista e manobreira de uns estatutos antidemocráticos e hierárquicos que concediam a titularidade jurídica à equipe de Iglesias. Com isso se tentava ocultar o Anticapitalistas como sujeito político fundador e apresentar seus militantes como conspiradores externos, *entristas* e inimigos do projeto (sic) que eles mesmos haviam criado! Recorde o leitor o retrato do comício de Lenin e Trotsky cuja imagem foi censurada e modificada por Stalin num alarde de magia fotográfica para apagar a memória e patrimonializar a revolução. Pois algo assim ocorreu no Podemos. Como qualificar esta atitude de Anticapitalistas? Hoje somente cabe um adjetivo: ingênua confiança irresponsável.

Houve uma superestimação voluntarista da capacidade de ação de nossas modestas forças militantes organizadas, não tanto para vertebrar a inicial resposta espontânea e massiva das e dos ativistas, mas frente a hiperlideranças construídas nos meios

de comunicação e o vínculo plebiscitário existente (e fomentado) entre o *líder carismático* e as *massas* quando não há um processo de politização profundo, de formação de quadros, de estruturação sistemática da militância e de relação orgânica com setores amplos do povo de esquerdas, e, entretanto, sim existe um profundo sentimento de necessidade de mudança e de novas direções e de novos representantes. Este fator foi chave no nível de autonomia que alcançou Pablo Iglesias em sua figura de secretário-geral – que se elege à margem do resto da direção de forma plebiscitária – para impor sua dinâmica em Podemos, marginalizar toda proposta de estruturação democrática e justificar todo tipo de oscilações políticas em função de seus interesses em cada conjuntura.

Eram os tempos nos quais Podemos pôs de pé o denominado por Santiago Alba “comando midiático” que, durante um curto espaço de tempo, revolucionou eficazmente a comunicação política tanto nas redes sociais como em sua relação com os meios de comunicação audiovisuais. Esse dispositivo partidarista foi apropriado exclusivamente pelo tandem Iglesias-Errejón. Frente a isso, Anticapitalistas – dado que o acesso ao comum de Podemos foi vetado pela *camarilha* burocrática – não organizou nem sequer de forma embrionária um sistema de comunicação, por modesto que fosse, que lhe permitisse expressar suas posições em meios e redes de maneira autônoma. Isso constituiu durante tempo um dos eixos mais pesados que lastream sua atividade.

O neocaudilhismo no Estado espanhol se inspirou ideológica, política e organizativamente nas experiências populistas latino-americanas hoje em declive, mas a direção de Podemos defendeu sua necessidade “conjuntural” e “instrumental” – fingindo fazer isso contra sua vontade – com o mantra de sua conveniência e oportunidade ante a “lógica eleitoral e comunicacional na sociedade do século XXI”. O problema seguinte e concatenado com o anterior que não detectou a tempo Anticapitalistas é que esse caudilhismo conectou muito bem com setores procedentes

de experiências pós-estalinistas e nos mais despolitizados, que aceitaram de bom grado hierarquização da organização na qual muitos deles começaram a autodenominar-se *soldados*.

Este rápido processo de burocratização se viu favorecido porque alguns setores de ativistas de esquerda dos movimentos sociais, carentes de suficiente consciência política, olharam inicialmente com desprezo ao Podemos e o setor anticapitalista não pôde contar com sua ajuda num momento crucial. Depois do êxito eleitoral do novo partido se aproximaram cegos para o mesmo como mosquitos à luz. Tarde para modificar em clave democrática a organização. Sem rumo político, alguns se acomodaram na nova situação, outros simplesmente buscaram um emprego nos interstícios institucionais, e a maioria abandonou o Podemos junto a grande parte das pessoas que haviam se filiado.

Nessa situação, Anticapitalista cometeu um erro em Vista Alegre I. Dado que o marco de disputa estava centrado no modelo organizativo, centrou seu esforço quase exclusivamente em dar resposta à questão democrática interna, assunto realmente importante, mas sem apresentar com suficiente energia a batalha por um projeto político para haver agregado no entorno de Anticapitalistas as correntes de radicalização existentes. Ensino de então e para o futuro: estabelecer a relação entre projeto político e aspiração a uma sociedade ecossocialista e feminista é a condição *sine qua non* para construir os agrupamentos políticos estratégicos que deverão ter um horizonte de sociedade pós-capitalista. Somente assim se poderá criar e unificar um bloco histórico antagonista. Anticapitalistas não conseguiu colocar no centro da construção do Podemos esta questão e isso permitiu à direção de Podemos manobrar e mudar conforme sua vontade as posições políticas e, portanto, definir os objetivos em função de seus interesses imediatos.

Mas a questão fundamental é que se a tarefa era hercúlea, Anticapitalistas não só tinha um deficit em sua entidade numéri-

ca, mas também em sua implantação social e, ainda mais importante, no grau de coesão política que tinha antes de empreender o projeto que propunha a direção do partido. Por isso houve fugir por parte de algum setor menos audaz, mais sectário e esquerdista que ao cabo de pouco tempo era inexistente. Mas também houve perdas num setor que reduziu suas expectativas à via eleitoralista e que deixou de ver necessária a existência da organização marxista revolucionária no marco de uma mais ampla.

A direção de Anticapitalistas fez uma boa leitura da conjuntura que levava à conclusão de fundar o Podemos, mas não dos requisitos políticos para abordar esse *salto*. Desta questão, e pensando nas tarefas pós-Podemos, se pode extrair uma lição: a necessidade de contar com uma importante preparação ideológica e estratégia partidária prévia a empreender decisões dessa envergadura. Mas dado que não podem adivinhar-se magicamente nem predizer-se cientificamente as situações nas quais vão a se apresentar novas janelas de oportunidade que permitam saltos qualitativos, é imprescindível criar consciente e planificadamente uma consciência partidária interna superior à que de forma espontânea e rotineira se dá. Isso deve constituir uma tarefa central, constante que será de grande utilidade para atuar a unísono, com pensamento estratégico, engenho tático e criatividade organizativa, de maneira que as oportunidades e possibilidades se transformem em fortalezas e realidades.

Nos veremos nas lutas

Tal como explicava Raúl Camargo numa entrevista as razões de fundo da saída de Anticapitalistas de Podemos são duas. Por um lado, a inexistência de vida interna democrática numa organização cujos órgãos rara vez se reúnem nem deliberam, não se respeita a proporcionalidade para a eleição de cargos de direção interna ou nas candidaturas eleitorais decididas pelo secretário-geral, fatores todos eles que impedem o desenvolvimento de

uma vida orgânica pluralista. Por outro lado, porque o processo de aceitação do marco constitucional do regime do 78 e de adaptação flexível à economia de mercado da equipe de Iglesias foi acompanhado de uma aproximação ao PSOE, que culminou na formação de um governo conjunto no qual UP cumpre um papel subordinado e secundário.

Os acordos orçamentários de UP com o PSOE e o programa de governo de coalizão se subordinaram aos requerimentos do Pacto de Estabilidade e Crescimento. É um governo que, sob a hegemonia e atenta vigilância da ministra Nadia Calviño, tem uma política econômica e social determinada pelos limites que em cada momento marcam a Comissão Europeia, o Conselho, o Eurogrupo ou o BCE. É inegável que a alma social que inspira o Podemos, mas suas propostas, e assim se mostrou na pandemia, têm um alcance limitado. As medidas em defesa dos mais desfavorecidos são necessárias como paliativas, mas insuficientes, as de ordem laboral têm data de caducidade e apostam por um endividamento ainda maior das arcas estatais e um alívio para os benefícios empresariais.

Na curta experiência do chamado governo de progresso, UP realizou uma catarata de concessões, renunciando inclusive a questões do programa acordado com o PSOE e consentiu em silêncio importantes retrocessos políticos e decisões econômicas. Uma das próximas provas será sua atitude ante a flagrante crise da instituição monárquica, que não será derrotada somente com pronunciamentos em sede parlamentar.

De pouco serve reagrupar o *povo*, apelar aos interesses da *gente*, ter presença eleitoral ou fazer parte de um governo se não é ao redor de um projeto que ponha fim a sua alienação. O que, com maior razão, nos obriga a recordar categorias como classe social e exploração; a conceber a maioria social não como soma aritmética de indivíduos, mas como agregado algébrico da classe trabalhadora com todos os setores sociais com contas pendentes com

o sistema e suscetíveis de configurar um novo bloco hegemônico. Ou seja, conceber o povo como real sujeito político antagonista e candidato ao poder em todos os sentidos. Isto é bem diferente de circunscrever seus avanços à mera ocupação por parte de uma nova elite de jovens políticos profissionalizados de umas poucas e marginais pastas ministeriais.

Podemos se converteu num aparato eleitoralista plebiscitário que, embora ostente a representação de uma parte da esquerda, ainda de forma minguante, é um impedimento para o desenvolvimento da auto-organização popular. Por um lado, porque sua direção se reduziu à luta política meramente institucional; por outro lado, porque tem uma relação instrumental com as organizações sociais. Isto é complementar e funcional com a orientação governista de Iglesias, caracterizada por *governar a todo custo*, para inserir-se na estrutura da gestão progressista do aparato de Estado, limitando a agenda de trabalho a critérios possibilistas e renunciando ao objetivo da transformação do sistema político, econômico e social; assumindo constantemente a lógica do *mal menor*, tal como neste momento pode verificar-se na gestão da crise social pós-Covid-19.

Em síntese, a radiografia atual de Podemos é a de um partido hierarquizado cujos órgãos diretivos não têm vida, identificados com o grupo parlamentar e com os membros do governo, um partido que perdeu quase absolutamente sua base militante – a que se somou em seu nascimento – e que reduziu sua atuação política à presença institucional carente de ideias e propostas transformadoras. E seu principal objeto de reflexão é sua localização na estrutura estatal e nos avatares do próprio Podemos. Um partido que na classificação que fez Antonio Gramsci em suas *Breves notas sobre a política de Maquiavel* se dedica à “pequena política”, às “questões parciais e cotidianas que se colocam no interior de uma estrutura já estabelecida pelas lutas de preeminência entre as diversas facções de uma mesma classe política”.

E abandonou a “grande política”, a que realmente “trata de questões de Estado e de transformações sociais”. E incorreu no erro – que já advertia Gramsci – de que “todo elemento de pequena política” se converta “em questão de grande política”.

Não são boas notícias. A situação política atual não favorece às posições de esquerda, apresenta grandes dificuldades e desafios em ausência da mediação de um partido de massas. Mas esta constatação não pode obviar os aspectos positivos acima destacados que para Anticapitalistas tem em haver realizado esta experiência e que possibilita que a organização marxista revolucionária possa seguir cumprindo, como propõe Brais Fernández¹⁰, um papel ativo na crise do regime de 78. Para isso deverá impulsionar novas alianças políticas e sociais frente às políticas austeritárias, seguir trabalhando pela criação de novos agrupamentos antineoliberais com influência de massas, como é o caso de Adelante Andalucía, promover a organização de lutas sindicais, sociais, ecológicas, feministas e juvenis e em defesa do público, além de ser uma referência ideológica e cultural nos debates existentes para definir um novo projeto ecofeminista e social.

10 <https://vientosur.info/Y-despues-de-Covid19-que-hacemos-Notas-para-una-discusion-en-la-izquierda>

**As eleições
municipais
brasileiras e a
luta contra o
bolsonarismo**

Nossa principal tarefa é derrotar o bolsonarismo e a extrema-direita –
Entrevista com Sâmia Bomfim, deputada federal e líder da bancada do PSOL na Câmara

Pedro Micussi e Thiago Aguiar¹

Numa semana importantíssima para os povos latino-americanos, Sâmia Bomfim, a líder do PSOL na Câmara dos Deputados, viajou à Bolívia como observadora do Parlasul para acompanhar a reta final da campanha e a eleição presidencial na Bolívia. Como parte de uma comitiva internacionalista de nosso partido, Sâmia também manteve uma agenda de reuniões com lideranças políticas e dos movimentos sociais bolivianos e pôde acompanhar a forte vitória de Luis Arce, do MAS, em primeiro turno, apoiado pela enorme mobilização popular e pela resistência ao golpe protagonizada pelo povo boliviano.

Num intervalo de sua intensa agenda, Sâmia concedeu esta entrevista à *Revista Movimento* para falar de sua atividade na Bolívia, mas também para compartilhar com nossa militância e nossos leitores seu balanço da atuação do PSOL em 2020, do enfrentamento ao governo Bolsonaro e das possibilidades do partido nas eleições municipais em curso.

***Revista Movimento* – Sâmia, muito obrigado por conversar conosco. Você é a nova líder do PSOL na Câmara, dando continuidade ao trabalho que a Fernanda Melchionna veio fazendo ao longo deste ano em combate ao governo Bolsonaro. Que balanço você faz dos principais enfrentamentos em que o partido se envolveu neste ano?**

***Sâmia Bomfim* – A revista *Veja* apresentou o PSOL como o**

¹ Membros da equipe editorial da *Revista Movimento*.

partido que mais fez oposição ao governo Bolsonaro em todas as esferas – em oposição ao desmonte do meio ambiente, à tentativa de restrição das liberdades democráticas, à agenda ultraliberal, ao ataque às trabalhadoras e aos trabalhadores da cultura... Além disso, foi apresentado como o partido que mais teve iniciativas e projetos relativos à pandemia da Covid-19 que, infelizmente, não foram levados adiante porque a gente tem um genocida, um irresponsável, na presidência da República e porque o parlamento tem os seus limites com a agenda da austeridade, ou seja, por mais que tenha aprovado medidas importantes para o enfrentamento da pandemia, não foi tudo de que o povo brasileiro necessitava.

O PSOL teve destaque em dois momentos fundamentais no ano: a aprovação do auxílio emergencial, sem o qual o Brasil não teria enfrentado a pandemia porque os desempregados e os trabalhadores informais ficariam sem renda nenhuma – e foi o PSOL o autor da emenda que garante dupla cota para as mães chefes de família, o que é fundamental como justiça para milhões de mulheres brasileiras que passam muita dificuldade para sustentar as suas famílias –; e a deputada Fernanda, o David e eu protocolamos o primeiro pedido de impeachment, que recolheu um milhão de assinaturas na internet e contou com o apoio de intelectuais e artistas, como Felipe Neto, Rosana Pinheiro-Machado, Sílvia Almeida Vladimir Safatle, entre outros, que foi uma resposta fundamental da sociedade num momento em que o Bolsonaro se aproveitava do contexto da pandemia para tentar avançar, com as suas práticas autoritárias, na tentativa concreta de fechamento do regime. Foi uma resposta fundamental da sociedade. Desde então, vários outros pedidos de impeachment foram protocolados e o rechaço ao Bolsonaro se intensificou.

M – O governo tem sinalizado o envio em breve de uma proposta de “reforma administrativa” para a Câmara. Quais

são os impactos desta proposta para os serviços públicos e para o funcionalismo caso seja aprovada?

SB – A reforma administrativa é um desmonte completo do regime próprio dos servidores públicos e dos serviços públicos. Então, acaba com a estabilidade, aumenta muito o espaço para o assédio moral, para a perseguição política e para a demissão em massa, além da substituição de servidores de carreira por comissionados, indicações políticas, apadrinhamento e os consequentes resultados que isto tem, como as “rachadinhas” e o aparelhamento da máquina pública. Também propõe substituir os concursos por modelos de contratação, inclusive de contratações precárias, fazendo com que o serviço público tenha profissionais menos comprometidos com o trabalho, com o atendimento da população e mais suscetíveis à vulnerabilidade do mercado e à pressão dos patrões.

A reforma também propõe a substituição dos serviços públicos pelos serviços privados: na educação, a utilização de “vouchers” em vez do investimento em escolas públicas, por exemplo; na saúde, propõe que haja maior parceria com a iniciativa privada, ou seja, esse escândalo das máfias das OSs que dominam o serviço de saúde em boa parte das cidades – como, por exemplo, em São Paulo – seria ainda mais a regra. Então, é uma situação muito dramática e, sem dúvida, é uma das principais pautas que o Paulo Guedes quer aprovar no próximo período – e nisso ele conta com uma unidade muito grande com o Rodrigo Maia e com o “centrão”. Portanto, este vai ser um tema em que é muito necessário o PSOL envolver-se para construir uma mobilização junto com os sindicatos, os servidores e a sociedade porque é uma luta fundamental para a manutenção de direitos para a população mais pobre que depende dos serviços públicos, mas também para os servidores que trabalham bastante, não são privilegiados e agora se tornaram o alvo da política de Guedes.

M – A pandemia da Covid-19 escancarou a alta informalidade do trabalho e os maiores índices de desemprego da história do país. Enquanto isso, o governo corta o auxílio emergencial pela metade e pretende encerrá-lo no fim do ano. Que medidas o PSOL tem defendido para proteger as famílias trabalhadoras?

SB – Mesmo antes da aprovação do auxílio emergencial, o governo Bolsonaro não queria garanti-lo para a população brasileira. A princípio, ele propôs um “voucher” de 200 reais. Foi a partir de um processo forte de articulação do PSOL junto a outras bancadas em que nós conseguimos os 600 reais. Quando houve a redução pela metade, nós denunciemos fortemente porque é um impacto muito grande para os trabalhadores informais e para os desempregados que ainda não têm, infelizmente, perspectiva de conseguir uma fonte de renda, um trabalho, ou mesmo ter alguma estabilidade no mercado formal de trabalho. Portanto, nós apresentamos um projeto para que a renda seja permanente no valor de 600 reais. Nós damos, inclusive, algumas sugestões de fontes de financiamento, vinculando-as a um debate já histórico que o PSOL faz de taxação das grandes fortunas, de uma reforma tributária que tire dos ricos para que os mais pobres possam ter algum tipo de dignidade, de renda, de sobrevivência. E, agora, nós estamos, no plenário, em obstrução para que a MP 1000 – a que reduziu o valor do auxílio para 300 reais – possa ser finalmente pautada porque nós apresentamos sete destaques, justamente, para a manutenção do valor, para que ele se torne permanente e para que mais pessoas possam ser abarcadas pelo benefício. Então, essa é a nossa principal pauta porque ela atinge quase metade da população brasileira e porque ela garante renda num contexto em que a previsão é muito ruim para a população brasileira, já que não há uma previsão de melhoria na situação econômica para o Brasil.

M – Em conjunto com Fernanda Melchionna, David Miranda e outras lideranças nacionais, você encabeçou um pedido de impeachment de Bolsonaro que recolheu mais de um milhão de assinaturas. Por que a mobilização pelo impeachment não avançou em 2020? Qual é a responsabilidade da oposição?

SB – Nós protocolamos o pedido de impeachment no início da pandemia no Brasil, quando estava muito escancarada a irresponsabilidade social, sanitária e o obscurantismo do Bolsonaro. Havia diferentes parcelas da sociedade, da mídia, dos cientistas e da comunidade internacional rechaçando a postura do Bolsonaro, ao mesmo tempo em que ele se aproveitava do contexto da pandemia para avançar sua tentativa de fechamento do regime no Brasil, que é o seu projeto e que ele nunca escondeu. Então, nosso protocolo foi fundamental para dar uma resposta à altura: ele conseguiu engajar muitas pessoas nas redes sociais, mais de um milhão de assinaturas, várias pessoas de destaque e figuras públicas também assinaram. Mas é evidente que, para a derrubada de um governo, é necessário um processo de mobilização do povo e, com o contexto da pandemia e do isolamento social, a preocupação com a perda da renda e do emprego, das vidas dos familiares, foi muito difícil, para não dizer impossível, construir uma jornada de lutas, um processo massificado de mobilizações para poder, de fato, impor essa derrota ao Bolsonaro.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, também teve muita responsabilidade junto com a sua base aliada porque houve um momento muito importante de isolamento do Bolsonaro e, mesmo assim, Maia preferiu sentar em cima do pedido de impeachment. Àquele momento já não era só o nosso, havia dezenas de pedidos de diversos partidos e entidades, mas ele preferiu apostar em uma recuperação do Bolsonaro ou no fato de que poderia ser possível domesticá-lo ou mesmo que o Congresso poderia conduzir o país e não mais o presidente da República. E

ele contou, infelizmente, com o apoio de parte da oposição brasileira, que, primeiramente, vacilou a propor o impeachment, mas depois também endossou a postura de Maia, não fez a pressão e nem a mobilização de redes que nós, parlamentares do PSOL, Fernanda, David e Sâmia, conseguimos construir com o nosso protocolo de impeachment.

Houve também um momento de mobilizações antifascistas e dos entregadores que foram processos muito importantes de luta. Infelizmente, neste momento, também vários partidos de oposição desconvocaram essas mobilizações, desestimularam as pessoas a ocuparem as ruas em um momento em que havia um nível de indignação social muito grande. Eram lideranças novas, de setores do precariado, das torcidas organizadas e de jovens das periferias, ou seja, um setor fundamental para desenvolver um processo de luta e, inclusive, disputar parte da base de apoio do bolsonarismo. Mas infelizmente, pelo não comprometimento e por não terem apostado na via da mobilização, não foi possível. Agora, a verdade é que o Bolsonaro deu um giro na política e tem o apoio de uma base significativa do “centrão” dentro do Congresso Nacional. É claro que, agora, é um momento mais difícil para todos nós.

M – Está em andamento a campanha eleitoral municipal. Como você avalia as possibilidades do PSOL? Que desafios e possibilidades tem o partido nesta eleição?

SB – O PSOL está com um excelente desempenho nas pesquisas em várias cidades do país. Eu destaco São Paulo, com o Guilherme Boulos, Florianópolis e Belém. O partido tem também a possibilidade de eleger seus primeiros vereadores em muitas cidades, ou mesmo de ampliar a bancada onde já tem vereadores. Eu acho que isso é o fruto de um balanço que se faz da atuação do PSOL, de um partido coerente, combativo, que sempre defende os interesses dos trabalhadores, que denuncia

a corrupção, não se envolve em esquemas de corrupção. Então, ele tem crescido como uma referência para a sociedade como um partido em que vale a pena apostar, eleger e fortalecer na política. Eu acho que a nossa principal tarefa é derrotar o bolsonarismo e a extrema-direita no processo eleitoral. Ao mesmo tempo, precisamos conseguir apresentar um programa que, de fato, responda às principais necessidades do povo brasileiro, que são muitas, do ponto de vista da saúde pública, da geração de emprego e de renda para a população.

Acho que são muitas as possibilidades do partido sair com uma estatura maior e despontar como uma alternativa de esquerda. Principalmente nas cidades, e não são poucas, em que o PT tem muita dificuldade de lançar candidatura, de empolgar a sua própria militância ou de tentar resgatar os votos que ele já teve um dia. Essas eleições de 2020 são um bom momento para o PSOL. É claro que existem muitos perigos no momento em que há um crescimento eleitoral e um crescimento parlamentar. Aí se reforça a necessidade do nosso comprometimento programático e da formação da nossa militância para poder se desenvolver cada vez mais como um partido de alta estatura e socialista no Brasil.

M – Nesta edição da *Revista Movimento*, também abordamos as eleições em andamento nos EUA e na Bolívia. Neste último país, o governo golpista de Jeanine Áñez modificou a composição do tribunal eleitoral e adiou a eleição diversas vezes. Finalmente, com a data estabelecida, você está representando o PSOL na delegação do Parlasul que acompanha a eleição. Como você avalia a situação boliviana e a campanha em curso?

SB – Eu estou na Bolívia neste exato momento. É uma situação de muita tensão do povo boliviano porque, de fato, houve um golpe de Estado em novembro do ano passado. Evo Morales foi obrigado a se retirar do país depois de ter sido expulso, deposto

pelas forças armadas e policiais. Existe um clima de pânico nas ruas, de perseguição aos militantes do MAS e dos movimentos sociais a partir de grupos paramilitares, os chamados motoqueiros, que agridem e perseguem os militantes. Eu soube ontem de um relato de que eles atacaram uma sede de organizações e movimentos sociais. Então, é um clima de tensão muito grande porque, além disso, todos os membros anteriores do Tribunal Supremo Eleitoral foram presos, teve uma recomposição e uma mudança das regras do processo eleitoral. A grande preocupação é de que não seja mantida a possibilidade de participação democrática e ampla da população boliviana. Por exemplo, dos bolivianos que moram no Brasil, muitos deles foram inabilitados pelo TSE e não poderão votar neste processo eleitoral. O principal objetivo é tentar de fato desmontar o MAS como um partido muito forte que organiza camponeses, indígenas e trabalhadores de maneira geral, para fazer avançar o neoliberalismo na Bolívia e na América Latina. O que está em jogo são principalmente os recursos naturais.

Ao mesmo tempo, é muito bonito e empolgante ver a mobilização dos trabalhadores e dos indígenas, em especial, para defender a soberania de seu país. Há uma mobilização de milhões para acompanhar o processo eleitoral e as urnas. Eles estão dispostos a construir todo o tipo de processo de mobilização necessário e radicalizado para denunciar e impedir os golpes que seguem a acontecer na intervenção no processo eleitoral. O nível de convencimento da população é muito grande sobre a necessidade de derrotar o golpismo da Jeanine Áñez, que tem principalmente Luis Camacho como representante, embora uma política fascista também esteja presente no pleito eleitoral. Também é grande a não aceitação do prosseguimento do Estado de exceção, porque sabemos que qualquer crise política profunda que pode persistir aqui na Bolívia pode ser um pretexto para que Áñez siga se colocando com a “presidente legítima” do país. Ao mesmo tempo,

pode servir de pretexto também para se tentar derrotar qualquer outro projeto que não signifique o fortalecimento da mobilização popular, da possibilidade de organização dos indígenas e da autorrepresentação de fato através da escolha democrática de uma liderança que seja fruto do histórico de lutas e organização social, mas também das urgências que a população boliviana tem, já que a crise econômica é muito forte.

Quem é João Doria? Da LIDE ao PL-529

Mônica Seixas¹

Na semana em que este artigo é escrito, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo aprovou o perverso pacote de “ajuste” fiscal encaminhado pelo governador João Doria, o Projeto de Lei 529/2020. O que este projeto revela sobre o caráter do governador de São Paulo? Que consequências essa personalidade da direita ainda pode trazer para o Brasil? Afinal, quem é João Doria e quais os significados e consequências do PL 529?

A entrada de João Doria na política

É necessário recapitular como iniciou o envolvimento de João Doria com a política. Antes de dar as caras nas eleições, Doria operava lobby nos bastidores como principal articulador da LIDE Empresarial. Fundada em 2003, ela define a si mesma como “uma organização que reúne executivos dos mais variados setores de atuação em busca de fortalecer a livre iniciativa do desenvolvimento econômico e social, assim como a defesa dos princípios éticos de governança corporativa nas esferas pública e privada.” Traduzindo: uma associação burguesa para “pressionar” (à maneira burguesa) governos e parlamentares.

Mas, em 2016, Doria resolveu dar as caras na política e candidatou-se a prefeito de São Paulo. Apesar de apadrinhado pelo então governador Geraldo Alckmin (a quem traiu posteriormente na disputa pela candidatura à presidência pelo PSDB), Doria apostou na figura do “outsider”. “Não sou político, sou gestor” - dizia o político candidato a prefeito. A moda de candidatos bilionários estava em alta naquele ano. Nos Estados Unidos, Donald Trump apostava no mesmo perfil. Antes de Bolsonaro se tornar um personagem relevante na política nacional, Doria era

¹ Deputada estadual em São Paulo pela Mandata Ativista e militante do MES/PSOL.

o equivalente ao então candidato a presidente americano pelos republicanos (aliás, ambos tinham sido apresentadores de programas de televisão de qualidade duvidosa). A comparação não se resumia ao perfil do candidato mas também ao programa. Doria, assim como Trump, apostava num programa explicitamente de direita, anticomunista. Por vezes, apelando para a ignorância do povo. Por exemplo, o principal mote da campanha do tucano era “acelera”, numa referência aos limites de velocidade nas marginais que o candidato prometia elevar - apesar das comprovadas muitas mortes que tal medida acarretaria. Portanto, Doria e Trump são um resultado do desenvolvimento do neoliberalismo: burguesas assumindo diretamente as rédeas do Estado para esmagar a classe trabalhadora.

Uma vez prefeito da capital paulista, Doria utilizou sua influência política para tentar tomar o lugar de Alckmin como líder do partido em São Paulo. Além de utilizar o poder econômico, é claro: denúncias da época apontavam que Doria teria dado dinheiro a filiados para vencer as prévias do PSDB. No fim das contas, o candidato a presidente pelo partido foi Alckmin, mas a influência de Doria no PSDB não parou de crescer, ainda mais quando a candidatura a presidente de seu rival provou-se um grande fiasco ao mesmo tempo em que ele próprio tornava-se governador do estado. (Aliás, cabe lembrar que, quando candidato a prefeito, Doria prometeu que jamais abandonaria a capital para ser governador.)

Dessa forma, Doria promoveu grandes transformações no PSDB. No congresso de 2019, o partido se colocou a favor da redução da maioria penal, demissão de funcionários públicos e cobrança de mensalidade em universidades públicas, consolidando um perfil mais explicitamente de direita. Além disso, durante as eleições de 2018, Doria fez questão de surfar na onda da extrema direita. Disse que, em seu governo, pagaria os melhores advogados a policiais assassinos, que a polícia ia “atirar para ma-

tar” e, no segundo turno, emplacou o infame mote “Bolsodoria”. Uma triste ironia que um dos partidos fundados como oposição ao regime militar tenha terminado apoiando-se num candidato que reivindica abertamente a ditadura.

Doria, “o sensato”?

Mas bastou Bolsonaro cair nas pesquisas de popularidade que Doria - acostumado a tomar posições voláteis - tratou de inverter o que havia dito antes: passou a “defender” a democracia e a sensatez. Mas e o Bolsodoria? “Eu não sou bolsonarista. Eu não criei o ‘BolsoDoria’. O movimento nasceu no interior [de São Paulo], espontaneamente. Mas eu incorporei” - disse o governador.

Quando a pandemia começou, Doria aproveitou para demarcar ainda mais as suas diferenças com o presidente e largou na frente de Bolsonaro. Decretou a quarentena em todo estado e, mais ainda, organizou, por meio do “Fórum dos Governadores”, a quarentena em outros estados do Brasil. Nas várias coletivas de imprensa, mostrava-se preocupado com a pandemia e exigia providência do Presidente da República. Na ausência dele, agia como se fosse o próprio. Diante da fraqueza da esquerda, agia como o principal homem da oposição. Ora, será então que havíamos cometido até então uma injustiça contra o governador que agora se revelava um homem sensato e preocupado com a vida?

Antes, um parêntesis. Como disse o colunista da Folha, Rainer Bragon, perto do Jair Futebol Clube, qualquer XV de Piracicaba parece um carrossel holandês. Ou, em outras palavras, perto de Bolsonaro, qualquer um parece um poço de humanidade e democracia. Se isto não for proposital, é no mínimo conveniente para Bolsonaro. Dessa forma, o presidente garante distância de todos os outros atores políticos e torna-se o centro do debate político. Há o “pró-Bolsonaro” e o “anti-Bolsonaro”, mas em qualquer caso só há Bolsonaro. Não há qualquer possibilidade de concorrência ou alternativa. Além disso, ele se mantém como

a própria encarnação do “anti-establishment”. Evidentemente, isso é péssimo. Primeiramente, porque borra as importantes diferenças que existem entre aqueles que se opõem a Bolsonaro colocando a todos nós na mesma vala do “establishment”, da “Globo”, do “PT”, do “STF”, numa palavra, do status quo ao qual supostamente o capitão reformado se opõe. Em segundo lugar, porque nos relega à miséria de defender inimigos de classe, como Rodrigo Maia, Fernando Henrique Cardoso e Doria. São essas as figuras que vão nos liderar na derrubada do governo Bolsonaro e na construção do mundo pós pandemia? O que aconteceu com as figuras socialistas para sermos obrigados a recuar a tal ponto de exaltar nossos piores inimigos?

Mas, fora isso, a verdade é que a sensatez de Doria durou pouco e logo o político (digo, gestor) mudou de posição. De novo. Quando Doria anunciou a quarentena no estado, a medida contava com amplo apoio popular. Entretanto, com o avançar do tempo e a chegada das consequências econômicas, o apoio à quarentena foi caindo consideravelmente. Além disso, os bolsonaristas engrossaram o tom, promovendo atos radicalizados contra a quarentena em vários municípios do interior e ameaçando o governador de impeachment. Os empresários do ramo varejista pressionaram. Os prefeitos preocupados com reeleição começaram a tensionar pela reabertura das atividades.

E Doria cedeu. Assim como havia sido a vanguarda da quarentena no Brasil, o governador agora seria a vanguarda do relaxamento absolutamente prematuro das medidas de isolamento. Evidentemente, uma quarentena relaxada é melhor do que quarentena alguma. Mas Doria perdeu a posição que poderia conservar no imaginário de muitos como gestor responsável.

Afinal, quem é João Doria?

O primeiro adjetivo que deve vir à mente após esse breve histórico é “oportunista”. Ora está com Alckmin, ora está contra ele.

Ora está com Bolsonaro, ora está contra ele. Primeiro é a favor da quarentena e depois é contra. Conforma o vento assopra, Doria define suas posições. Mais do que isso, Doria incorpora o espírito do “Shark Tank”, ladainha neoliberal contada por “coaches financeiros” segundo a qual as pessoas devem se comportar como um tubarão faminto preso em um tanque de água: voraz, audacioso e, é claro, individualista. Doria é capaz de empurrar para o lado quem quer que esteja perto dele na estrada para o poder (mais especificamente, para a presidência da República).

Além disso, Doria incorpora o mais puro programa neoliberal. E o que é neoliberalismo? Há muitas definições, mas a mais apropriada me parece a de David Harvey, segundo o qual neoliberalismo seria a vitória histórica da burguesia sobre o proletariado ocorrida no final do século XX. Quando se fala em neoliberalismo, pensa-se em muitas coisas: privatizações, desmonte dos serviços públicos, ataque ao funcionalismo público, financeirização, desregulamentação das atividades econômicas, destruição de direitos trabalhistas, ataques aos sindicatos, aumento da desigualdade, individualismo, etc. Mas o que unifica tudo isso é o golpe da burguesia contra a classe trabalhadora. E Doria adotou todas essas ações enumeradas. Em sua rápida passagem como prefeito de São Paulo, por exemplo, Doria propôs reforma da previdência (que só seria concluída pelo seu sucessor, Bruno Covas), inúmeras privatizações, além de um projeto para que a prefeitura comprasse ração humana feita com resto de comida para dar às pessoas em situação de rua (iniciativa essa que em grande parte foi frustrada pela ação de minha companheira Sâmia Bomfim, então vereadora da capital). Como governador, conseguiu aprovar reforma da previdência após a aprovação da reforma da previdência nacional. Mas, quando a agenda da burguesia passou a ser a reforma administrativa, Doria tentou se adiantar e lançou o projeto 529, do qual trataremos mais a seguir. Num momento em que parte da classe dominante brasileira começava a descon-

fiar das reais intenções de Bolsonaro em seguir rigorosamente a cartilha neoliberal, Doria resolveu se adiantar e mostrar a si mesmo como a alternativa mais consequente para quem quer continuar enriquecendo (como ele mesmo) às expensas de um povo miserável e de uma economia nacional absolutamente dependente das potências estrangeiras e do capital financeiro.

Por fim, mas não menos importante, Doria é mais um político a se utilizar do populismo penal. Ou melhor: da necropolítica, pois, não se trata apenas de um discurso em favor do genocídio do povo preto e pobre proferido durante as eleições. O governador cumpriu sua promessa de campanha e efetivamente intensificou a matança sobre aqueles que pretende amedrontar e tratar como descartáveis. No primeiro semestre de 2020, São Paulo bateu o recorde histórico de homicídios cometidos por policiais militares. Especificamente a ROTA, uma espécie de “tropa de elite” da Polícia Militar de São Paulo, matou 98% mais em 2019 do que no ano anterior. Além disso, não podemos esquecer que foi em seu governo que ocorreu o massacre de Paraisópolis, quando 9 jovens foram assassinados durante uma festa na periferia de São Paulo. A primeira reação do governador foi elogiar a ação da polícia e dizer que a “operação pancadão” (que vitimou os jovens) iria continuar. Até o momento, quase um ano após o ocorrido, nenhum policial foi punido. Assim como tantos outros que cometeram homicídios.

O aumento da letalidade policial não é um mero acidente. É o resultado de um imbróglie jurídico criado entre “pacote anti-crime” do governo Bolsonaro, decretos do governador e normativas da Polícia Militar. Ocorre o seguinte: o pacote anticrime diz que não poderá haver sindicância a qualquer policial caso o mesmo não tenha advogado. O decreto do governador diz que, caso o policial não possa pagar um advogado, o fundo da PM deve fazê-lo. Mas, caso não constitua advogado após determinado prazo, o processo é arquivado. Adivinhe o que acontece? O policial diz

que não tem advogado e o fundo da PM diz que não pode bancar um. O processo então é arquivado. É a “licença para matar” sendo colocada em prática.

Portanto, Doria é um oportunista, um neoliberal e um agente da necropolítica.

O Projeto de Lei 529/2020

No início da pandemia, a possibilidade de colapso geral do capitalismo era tão concreta que levou até quem meses antes era bastião da austeridade fiscal a retirar da prateleira empoeirada velhas cartilhas keynesianas. O editorial do jornal inglês *Financial Times*, por exemplo, importante veículo difusor das teses neoliberais, posicionou-se a favor do aumento do investimento público, sobretudo na área de saúde. O antigo presidente do Banco Central da Era FHC, Armínio Fraga, disse no Roda Viva que era possível e necessário aumentar o gasto público, afinal, em suas palavras, “dinheiro tem”. É mesmo? Então por que fizeram uma reforma da previdência a uma emenda constitucional para limitar gastos públicos?

No entanto, a moda do keynesianismo “retrô” não emplacou muitas estações. Ao menos no Brasil, a moda nem chegou a pegar de verdade. O governo federal, por pressão do Congresso, foi obrigado a criar uma renda emergencial sem a qual mais tantos milhões de brasileiros estariam passando fome e desabrigados. Mas, fora isso, segue a pressão pela manutenção do absurdo teto de gastos, privatizações, etc. É verdadeiramente incrível que, num contexto de crise como o atual, quando o investimento público e a manutenção dos salários é essencial para evitar a bancarrota completa da economia nacional, os “analistas econômicos” sigam martelando na tecla de enxugamento dos “gastos”.

Doria, como dito anteriormente, fez questão de se mostrar como o aluno obediente que faz o dever de casa antes de todo mundo. Mas a justificativa contábil de enxugamento de gastos

para conter um rombo nas contas públicas é nada mais do que uma desculpa esfarrapada no caso de São Paulo. Em nenhum momento o governador apresentou os cálculos que embasaram seu projeto de ajuste fiscal, o PL 529. Tampouco demonstrou de que forma as iniciativas propostas iriam impactar na arrecadação do estado. Provavelmente porque essas projeções não sobreviveriam a um cálculo apurado. Por exemplo, algumas das empresas que Doria propôs extinguir (como a CDHU e o Instituto Florestal) são superavitárias, ou seja, dão lucro. Como que um projeto que pretende gerar superávit no orçamento do estado extingue uma empresa que dá lucro ao estado? Além disso, a justificativa do projeto é uma queda na arrecadação provocada circunstancialmente pela pandemia, no entanto, a solução apontada são iniciativas que alteram a longo prazo a estrutura do estado.

Vamos, então, aos itens do projeto. Primeiramente, ele propõe a extinção ou privatização das seguintes empresas e autarquias públicas:

- Fundação Parque Zoológico de São Paulo - realiza acolhimento de animais vítimas de maus tratos, pesquisas, reprodução em cativeiro de espécies ameaçadas e educação ambiental. A proposta é que seja privatizado.
- Instituto Florestal - gere áreas de preservação ambiental.
- Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de São Paulo (CDHU) - gere moradias populares.
- Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S. A. (EMTU/SP) - fiscaliza e regulamenta o transporte metropolitano de baixa e média capacidade nas cinco Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo.
- Superintendência de Controle de Endemias (SUCEN) - Exerce o controle de endemias, bem como o controle de vetores biológicos e hospedeiros intermediários.
- Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo (DAESP) - fiscaliza e administra aeroportos.

Ou seja, num momento em que queimadas destroem os ecossistemas brasileiros e uma pandemia assombra o mundo, Doria achou uma boa ideia acabar com órgãos ambientais e com uma autarquia responsável por combater endemias. Isso sem falar nos órgãos públicos que o projeto propunha extinguir mas foram retirados do projeto pela ALESP, a saber:

- Fundação para o Remédio Popular “Chopin Tavares de Lima” (FURP) - desenvolve e produz medicamentos para serem distribuídos gratuitamente pelo SUS.
- Fundação Oncocentro de São Paulo (FOSP) - realiza tratamento para pessoas que tiveram câncer (como produção de próteses) e realiza pesquisas sobre a doença;
- Instituto de Medicina Social e de Criminologia (IMESC) - realiza perícias nas áreas de Medicina Legal e de Investigação de Vínculo Genético.
- Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” (ITESP) - órgão responsável pelo planejamento e execução das políticas agrária e fundiária do estado de São Paulo.

Além disso, o projeto propõe confiscar o superávit orçamentário (a “sobra” de caixa) de todas as autarquias públicas. Após muita pressão da comunidade universitária, as estaduais paulistas e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo foram salvas dessa barbaridade. Mas o fundo da Defensoria Pública, por exemplo, não. Isso é grave, já que, muitas vezes, um órgão público não esgota a verba que recebeu em um ano pois precisará dela no exercício seguinte.

Outro ponto do projeto é o programa de demissão voluntária de servidores que já se encontram em condições de se aposentar. Na justificativa do projeto, o governador se refere a eles de forma preconceituosa, afirmando que já não trabalham bem por estarem “cansados”. Mas são 5600 servidores experientes que, se sa-

írem, irão sobrecarregar os trabalhadores que ficarem no serviço.

O PL 529 também propõe aumento da cobrança sobre o plano de saúde dos servidores do estado, o IAMSPE. O aumento irá variar de acordo com a idade e outros fatores de risco do trabalhador. É a aplicação da lógica perversa dos planos de saúde: quanto mais você precisa, mais você paga.

Por fim, o projeto propõe que produtos cujo incidência de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços seja menor do que 18% sejam considerados beneficiários de “renúncia fiscal”. O que isso significa? Que o governo poderá aumentar imposto sobre mercadorias como alimentos da cesta básica e remédios. Isso mesmo: aumentar imposto de remédio de comida em meio a uma pandemia que se combina com crise econômica.

Em resumo, o PL 529 propõe destruição do patrimônio público, ataque aos servidores e aumento da desigualdade.

É surpreendente que alterações em tantas áreas distintas (fiscal, administrativa, tributária, etc.) tenham sido propostas em um único projeto. Mais surpreendente ainda, que tenha sido levado a plenário sem tramitar em nenhuma comissão. Apenas um único deputado ficou encarregado de avaliar a legalidade do projeto e propor alterações.

Os trabalhadores dos órgãos citados no projeto, a comunidade universitária e a sociedade civil em geral deram um grande exemplo de mobilização e resistência. Apesar do contexto de pandemia, conseguiram garantir manifestações quase diárias na porta da ALESP. Foram aos gabinetes dos deputados, ligaram e se manifestaram nas redes sociais. Sem essa pressão, não teria sido possível forçar o governo aos recuos mencionados anteriormente. Evidentemente, a aprovação do projeto é uma tragédia. Mas, se nos mantivermos na luta, dias melhores virão.

Prova disso é que a aprovação do projeto não foi nada fácil. O governo teve dificuldade em encontrar o número mínimo de parlamentares favoráveis e a tramitação transcorreu por sema-

nas a fio. Isso mesmo considerando que, não sendo uma emenda à constituição, o projeto não necessitava de maioria qualificada para ser aprovado.

Doria obteve apenas o exato número mínimo de votos necessários. Para isso, contou com o sempre providencial apoio de Janaína Paschoal. A deputada adora dizer aos quatro ventos que é de oposição. Quando chegam propostas do governo à ALESP, Janaína primeiramente se coloca publicamente contra o projeto. Mas, posteriormente, negocia alterações no projeto para garantir votos dela e de seus aliados. Foi assim na reforma da previdência e o mesmo se repetiu no PL 529.

Além disso, utilizou o velho mecanismo de oferecer emendas parlamentares a deputados que votassem a favor do projeto. É o mesmo toma lá da cá que garantiu a aprovação da reforma da previdência. Mas, pelo que se diz nos corredores da ALESP, a conta dessa vez saiu bem cara.

Houve tempos em que a ALESP era um mero despachante dos interesses do PSDB. Quase não havia oposição de fato. A tramitação complicada do PL 529 prova que isso mudou. O governo agora labuta para conquistar maioria. Em parte, é verdade, pelo crescimento da direita bolsonarista que por ora não se alinha a Doria. Mas também devido à forte presença da bancada do PSOL, da qual sou líder, que dobrou de tamanho nessa legislatura e atuou de maneira firme para obstruir o projeto.

O que o futuro nos guarda?

Atualmente, Bolsonaro personifica tudo de mais abjeto que pode haver na política. Todos que defendem patamares civilizatórios mínimos corretamente identificam nele o seu maior inimigo e tomam o combate a ele como prioridade absoluta. Entretanto, o que este artigo procurou demonstrar é que o neoliberalismo (entendido como ataque da burguesia contra a classe trabalhadora) possui várias facetas horrendas. Bolsonaro não é a única,

ainda que a pior de todas. Doria é uma delas. É preciso estar atento, portanto, ao papel que este senhor (que caracterizamos como oportunista, neoliberal e necropolítico) irá cumprir na política nacional. Nesse sentido, o PL 529 é um sinal do comprometimento do governador com a agenda neoliberal num momento em que Bolsonaro é questionado em relação a isso. Além das consequências práticas e imediatas nefastas que o projeto traz, é uma sinalização política importante.

O que o futuro nos guarda dependerá em grande parte de nossa luta. Eu não quero viver num futuro com Bolsonaro e tampouco com Doria. Fora Bolsodoria!

Racismo estrutural e sua funcionalidade na exclusão da população negra nas decisões dos rumos do país

Gilvandro Antunes¹

Abordar a questão do racismo e da política no Brasil é abordá-lo em sua forma estrutural. Ou seja, o racismo estrutura as mais variadas formas de relações interpessoais e de classe no país. De forma estrutural, o preconceito racial hierarquiza as relações entre as classes sociais a partir da diferenciação fenotípica dos indivíduos mediante sua condição originária no processo de colonização brasileira. Além de estruturar e hierarquizar, o racismo estrutural estabelece funcionalidades dentro dessa estrutura racista. Desse modo, a toda a estrutura social racista tem como objetivo criar barreiras aos indivíduos pretos, pardos e indígenas e criar facilidades na mão contrária. Sendo assim, o racismo estrutural na economia, por exemplo, tem como função determinar níveis mais baixos de salários à população negra ou deixá-la como exército de reserva também para baratear a mão-de-obra empregada. No judiciário, o racismo estrutural atua com uma função de garantir que o peso da lei recaia prioritariamente sobre os indivíduos de pele escura desviantes da norma social capitalista hierarquizada brasileira. No parlamento, todo o sistema partidário age de forma a excluir a participação efetiva da população negra. O professor Sílvio de Almeida em diversas oportunidades, sobretudo em seu livro *O que é Racismo Estrutural*, aponta que o racismo no Brasil tem por finalidade normatizar (ainda que de forma tácita), mas, sobretudo, normalizar, através das mais diversas instituições públicas e privadas a exclusão cotidiana de milhões de cidadãs e cidadãos pelo simples fato de sua cor. Para o professor Sílvio, não há patologia. Mas racionalidade racista,

¹ Sociólogo e militante do MES/PSOL-RS.

ainda que esta possa, em muitos indivíduos brancos ser operada de forma inconsciente. Particularmente, não excluo a variável patológica em termos de uma patologia social, ou como prefere o professor Christian Dunker, patologias do social. Creio que, se há um componente sádico no racismo brasileiro, também há um componente patológico. Mas o fato é que o professor Sílvio de Almeida coloca com extrema propriedade o tema do racismo estrutural e aqui é esse racismo que terá a primazia para nossa análise.

Estrutura política brasileira e racismo

Escrever sobre eleições, racismo e luta antirracista no Brasil é uma questão pertinente e interessante, ao passo que complexa. Pois, se por um lado tudo isso se torna um todo lógico à primeira vista, como se tudo se derivasse um do outro em uma linha direta. A política a partir do voto, portanto da democracia, ainda que incompleta, traz consigo um emaranhado de conceitos e de perspectivas que requerem uma atenção especial. O fato é que a política brasileira, em termos de regime republicano, sempre teve altos e baixos, uma vez que a república brasileira, não raro, esteve apartada da democracia. Para se ter uma ideia, a república no Brasil já nasce sob Estado de sítio nos governos dos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Depois disso, tivemos o Estado Novo Vargasista de 1937 à 1945 e a ditadura civil militar de 1964 à 1985. Todavia, darei ênfase à república com a participação eleitoral popular e, daí, a participação negra. Cabe ressaltar que não se trata de uma historiografia da participação negra nas eleições. Senão de uma análise política de tal tema, onde o presente terá mais peso, por suposto, do que o passado. Mas de nodo que seja possível estabelecer uma ligação entre os dois.

A república no Brasil, grosso modo, se deu por um golpe de Estado protagonizado pelas forças armadas contra uma monarquia que era a continuidade da família real portuguesa, que alijara todo seu reinado sob a égide do regime escravista no país

da colônia ao império. Em 1889, o Brasil se torna de forma tardia uma república a exemplo de seus vizinhos latino-americanos, só que quase sessenta anos depois. O fato é que a república brasileira trouxe consigo uma parte significativa do império. Ainda que a escravidão tenha sido formalmente abolida em 13 de maio de 1888, através da Lei 3.353, conhecida como Lei Áurea, a situação de milhões de pessoas negras seguiu diante de muitas mazelas advindas de anos de escravização que excluiu durante mais de três séculos a população negra dos ganhos fruto do seu próprio trabalho. No Brasil, a arquitetura política das bases fundacionais da jovem república ficou totalmente centralizada nas mãos de homens ricos brancos que governavam este imenso país sob a regras do regime patriarcal rural. Onde ao homem rico cabia os mandos e desmandos de regiões inteiras. De modo que os fazendeiros ricos dominavam a política local e faziam a ligação com os governadores, estes, por sua vez com o comando central. Não à toa, que categorias como patriarcalismo, mandonismo, patrimonialismo e coronelismo não só seguiram vigentes na república como se reforçaram com o fortalecimento das oligarquias regionais.

Neste contexto no qual o povo estava alijado de quaisquer decisões, o negro estava duplamente alijado. Primeiro por ser pobre e analfabeto, pois não havia espaço para o povo na república oligárquica brasileira. Segundo porque lembremos que no fim do século XIX e início do século XX a política do branqueamento era uma obsessão de Estado com amplo apoio de intelectuais racistas que pregavam que o desenvolvimento do país estava umbilicalmente ligado ao embranquecimento da população nacional. Daí os grandes incentivos à imigração europeia logo após a abolição da escravatura. Esse ambiente de atraso das relações política e econômicas alicerçado pelo mandonismo oligárquico criou as condições para a exclusão do povo e a dupla exclusão do negro.

A verdade é que a chamada “opção por cima” sempre andou

junto com a política brasileira. E quando o povo teve poder de decisão em suas mãos foi através da mobilização e do enfrentamento. Passados 131 anos da proclamação da república muita coisa mudou para melhor em diversos níveis que podemos citar apenas alguns: o nível da renda médio é muito melhor, a escolaridade da população pobre é incomparável, a expectativa de vida dobrou, as mulheres ocupam posições consideráveis de poder e a população negra obteve grandes ganhos no que diz respeito à sua cidadania. No entanto, apesar de o país ocupar a 9ª posição na economia global, sermos um país eminentemente urbano, possuímos diversas universidades públicas e um conjunto de instituições e leis garantidoras de direitos e de cidadania, continuamos a perpetuar mazelas do passado. Em seu último livro a antropóloga Lília Schwarcz traz uma competente análise dessa perspectiva onde o Brasil traz consigo uma carga do passado com fins de manter a dominação do presente. Essa carga do passado se traduz no mandonismo, na violência, na exclusão social, no racismo, no machismo e no patriarcado.

Somos o país que mais mata pessoa sem estar em uma guerra, mais de 60 mil por ano. Somos o quinto país do mundo que diz respeito a feminicídios, 4,8 por cem mil mulheres de acordo com dados da OMS. Segundo a ONG Transgender Europe, o Brasil é o país onde mais transexuais são assassinados no mundo. Segundo a ONU, vivemos um clima de genocídio da população juventude negra, onde a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado. Aliás trataremos a seguir sobre a violência contra a população negra.

É inegável que as condições históricas do Brasil alicerçaram e edificaram uma sociedade excludente, violenta e racista. Mas nossa sociedade é só isso? Evidente que não, pois a luta de negros, mulheres LGBTQ's, trabalhadores e trabalhadoras das mais diversas origens e uma classe média ligada à esquerda e aos direitos humanos, através da sua luta abrem brechas e cons-

tituem importantes bunkeres de resistência, seja nas instituições seja nos movimentos sociais.

Violência contra a população negra como uma atitude pensada estruturalmente pelo Estado racista

Como rapidamente mencionamos acima, no Brasil seis dezenas de milhares de pessoas são assassinadas todos os anos. Parte significativa nas comunidades das periferias das grandes cidades. De acordo com o Atlas da Violência de 2018, produzido e divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, dos 57.956 mil assassinatos que ocorreram no país, 75,4% das pessoas eram negras. A chance de um homem negro ser assassinado é 74% a mais em relação a um homem branco, já para mulheres negras comparadas a mulheres brancas é de 65%. Em estudo realizado pela Anistia internacional, de 2002 a 2012 o número de homicídios para Jovens brancos reduziu 32,3%, para jovens negros, no mesmo período, aumentou 32%,4. Para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) a taxa de homicídio entre pessoas negras está intimamente ligada a falta de acesso a serviços públicos como educação e saúde por exemplo.

Mas, mesmo a violência tem sua função dentro da sociedade e do Estado brasileiros, pois se cria uma naturalização da morte do corpo negro. Ao invés de buscar a solução, ainda que em parte, para os problemas que levam ao genocídio da juventude negra, se naturaliza a morte. Chega-se ao ponto de ver um jovem negro pobre de baixa escolaridade como um não humano ou um humano de cuja vida não é humana, portanto descartável. Assim, a necropolítica sobre vidas negras tem a função de manter o conteúdo psicossocial de inviabilização das vidas negras, um nítido recado, ainda que inconsciente de que vidas negras não importam. Se não importam, porque resolver o problema da dificuldade de acesso a serviços públicos, renda, emprego, etc.?

No quesito violência, as mulheres negras são vítimas em

maior número do que as mulheres brancas. A taxa de homicídio entre as mulheres brancas caiu de 3,6 por 100 mil em 2003 para 3,2 em 2013, uma redução de 11,9%. Já entre as mulheres negras, houve um aumento de 4,5 para 5,4 por 100 mil no mesmo período, um crescimento de 19,5%. Os motivos são os mesmos, acesso parco a serviços públicos e geração de emprego e renda. Para se ter uma ideia, em estudo realizado pela ONU Mulheres e a Organização Mundial da Saúde em 2015, constatou-se que a taxa de homicídios para mulheres (incluindo negras e brancas) no Brasil é 48 vezes maior do que no Reino Unido.

Como se não batessem todos esses números, o discurso do ódio, do racismo e da violência tem aumentado no governo Bolsonaro. Para esse governo protofascista, a necropolítica deve ir para além da já praticada pelo Estado, devendo se expandir para grupos privados e para “cidadãos de bem” de forma generalizada. Dessa maneira, a política de flexibilização de porte e de munições é parte fundamental dessa política racista de extermínio. Para este presidente é preciso acelerar os prazos da necropolítica, desconstituindo ainda mais os espaços de acesso a serviços públicos nas periferias e criminalizando a pobreza e, assim, milhões de negras e negros.

Racismo institucional e as barreiras para a emancipação negra no Brasil

As instituições nacionais trazem consigo as marcas históricas da exclusão racial. Isso, por sua vez, se dá basicamente por seu caráter de classe. Em todo e em qualquer lugar as instituições são reflexos do pensamento de quem governa dada sociedade através de sua premissa de classe. Evidente que as instituições não são só um reflexo direto do pensamento de uma classe, pois elas também sofrem alterações da luta de classes e também na busca de consensos possíveis que as classes sociais estabelecem diante da impossibilidade de uma luta frontal permanente. Des-

sa forma, as instituições se mantêm em essência capitalistas e burguesas e carregam toda a carga de preconceito advinda com o modo de pensamento hegemônico, ainda que com alterações, muitas delas importantes. Se por um lado não é possível excluir completamente as pessoas negras das instituições, se exclui dos postos de decisões. As instituições mantêm dentro delas a mesma pirâmide social que há fora delas, onde na base há diversificação étnica com predominância negra e no topo quase ausência de cidadãos negros.

Além de excluir o negro da participação efetiva da vida política e administrativa das instituições políticas e judiciárias. As instituições cumprem um papel opressor à população negra, sobretudo pobre. No que tange ao Congresso, Assembleias, Câmaras e ao poder executivo nas suas mais variadas e distintas esferas a prática se materializa através de políticas anti-povo que, por seu turno, são anti-negras. Assim, os recursos públicos são drenados para satisfazer a lógica lucrativa dos bilionários e milionários, ou seja, para o topo da pirâmide social que é 99% branca. Essas práticas são abonadas pelo poder judiciário na maioria das vezes. Onde a criminalização da pobreza e do ser negro é diariamente corroborada em fóruns e tribunais país a fora. Em relação aos Ministérios Públicos, federal e estadual, é nítida a persecução penal que reforça a lógica do encarceramento em massa, numa aliança entre o MP, judiciário e as polícias. Sobre as forças de segurança pública, o racismo institucional age na forma de violência explícita através das mais variadas formas de violação de direitos. A ONU classificou a relação da polícia brasileira com a população negra como grave, uma vez que a práticas de prisões mediante imputação ilegal de flagrante e execuções sumárias são recorrentes.

Desse modo, o racismo institucional age diretamente, de forma explícita ou implícita, para a exclusão social do negro. Como vimos, essas instituições de Estado operam a exclusão dentro

e fora de si próprias. É preciso mudar essa realidade por fora e por dentro também. Por fora, através da luta e do enfrentamento democrático proporcionados pela mobilização popular negra e antirracista. Por dentro, pela busca de garantias de mais espaços através da luta por ampliação de cotas raciais e de uma disciplina cidadã e coletiva negra que organize a entrada de negros e negras nessas instituições por cima, no topo.

Racismo e relações de mercado

Vivemos em um país capitalista, subdesenvolvido e racista. A combinação de tais características leva a uma exclusão das redes de relação dentro do mercado. Ora, não poderia ser diferente, pois o discurso liberal em uma sociedade racista e subdesenvolvida leva, inexoravelmente, a um racismo nas relações econômicas.

Em matéria do jornal *Correio Braziliense* de 17 de novembro de 2019, portanto, menos de um ano revela alguns dados dessa exclusão levantados pelo IBGE:

(...) como mostram dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Apesar de constituírem 55,8% da população, a representatividade no mercado de trabalho ainda é baixa.

De acordo com a pesquisa Síntese de Indicadores Sociais, 14,7% da população negra estava desocupada em 2018, contra 10% dos brancos. No DF, a Pesquisa de Emprego e Desemprego também apontou disparidade: 20,9% de desocupados no primeiro grupo contra 15,3%, do segundo.

Outro dado é que pretos e pardos são maioria em setores com remuneração mais baixa: agropecuária (60,8%), construção civil (63 %) e serviços domésticos (65,9%); essas eram as atividades que tenham menores rendimentos médios em 2017.

Por fim, a disparidade salarial é outra vertente do preconceito. Mesmo quando têm nível de escolaridade equivalente ao de brancos, negros costumam receber salários menores: para quem têm ensino su-

perior, as médias, em 2017, foram de R\$ 31,9 e R\$ 22,30, por hora, respectivamente. A diferença representa uma queda de 43,2%.

Vejam os dois tipos de barreiras: uma dada pela dificuldade de acesso que leva a níveis mais baixos de escolaridade e, por conseguinte, de remuneração e outro pelo simples preconceito racial que faz com que a mesma escolaridade não garanta a mesma remuneração.

Em se tratando da mulher negra e essa exclusão é ainda maior. Com base nos estudos do IBGE e do Instituto Locomotiva, o site Alma Preta – Jornalismo Preto e Livre postou a seguinte matéria no dia 31 de julho de 2018, intitulada “Por que Mulheres Negras são Pouco Valorizadas no Mercado de Trabalho?”, da qual aqui coloco uma parte:

Se a desigualdade é gritante entre pessoas negras, esse patamar é ainda maior entre mulheres negras e tem reflexos diretos no mercado de trabalho. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 39,8% de mulheres negras compõem o grupo submetido a condições precárias de trabalho – homens negros abrangem 31,6%; mulheres brancas, 26,9%; e homens brancos, 20,6% do total.

O quadro de desigualdade é dramático até mesmo quando a graduação no ensino superior é considerada. De acordo com a pesquisa “O Desafio da Inclusão”, do Instituto Locomotiva e divulgada em 2017, o salário de uma mulher negra com o ensino superior concluído é, em média, R\$ 2,9 mil. Para efeito de comparação dentro desse cenário, o de mulher branca é R\$ 3,8 mil; o de um homem negro, R\$ 4,8 mil; e o de um homem branco, R\$ 6,7 mil.

A verdade é que vivemos um sistema de barreiras onde a cor da pele e as características fenotípicas são as marcas para se estar fora ou dentro daquilo que chamamos de sistema de oportunida-

des. Lutar por igualdade de oportunidades é uma causa democrática fundamental da luta negra.

Não basta ser negro: ou sobre a luta entre Zumbi e o capitão do mato

Se o embate é antirracista e antifascista ele não é só preto no branco. Senão também preto no preto. Figuras como Sérgio Camargo (presidente atual da Fundação Palmares) e o deputado estadual por São Paulo Fernando Holiday demonstram que há um inimigo interno. Os chamados capitães do mato, em sua versão contemporânea são compostos por negros e negras de direita. Mas não só por ser direita. Pois o regime democrático cria a diversidade, mesmo que não gostemos muitas vezes. Negros e negras de direita sempre existirão. Afinal, ser de esquerda ou de direita não é premissa de raça e sim de posicionamento político diante da realidade, ainda que mascarada pela ideologia dominante. Mas ser capitão do mato é servir como expoente público para a desmoralização da luta negra. Pôr sua mente e seu corpo negro a serviço da desconstituição de uma causa. Estas pessoas ao se pronunciarem livres de um estereótipo do oprimido, se colocam a serviço do opressor. Se enganam ao se auto afirmarem como livres da opressão e se enganam também em acharem livres. Há também o capitão do mato clássico. O policial negro, que, para se mostrar um negro distinto, ou seja, um não negro dentro de uma pele negra, age com extrema crueldade para com outros negros nas periferias todos os dias.

Com o negro de direita é preciso dialogar com ele, entrar para o embate democrático de ideias e derrotá-lo se as circunstâncias inevitáveis levarem a isso. Trata-se, pois de um adversário. Já o capitão do mato, é preciso derrotá-lo incondicionalmente. É um inimigo. Esta figura vive única e exclusivamente para derrotar a luta negra a serviço do seu amo branco. Capitão do mato é racista contra seus próprios irmãos e será tratado como racista

dentro da luta negra. Não há que titubear: a luta negra é Zumbi dos Palmares.

PSOL e negritude

O PSOL é um partido com boa representação negra no congresso nacional, além de feminina. Um terço da bancada é negra. David Miranda, Talíria Petrone e Áurea Carolina. Entre Câmara e Senado, conforme auto declaração, somente 17,8% dos parlamentares são negros ou pardos em um total de 584 parlamentares. Levantamento do Congresso em Foco em 2018 afirma que só 4% de todos os cargos eletivos em jogo naquela eleição é composto por negros, levando-se em consideração assembleias legislativas, Câmara Federal, senado, e governos de Estados. Na Bahia, Estado mais negro do Brasil, nunca houve um governador, um prefeito em Salvador ou um senador negro. No Rio Grande do Sul só houve um governador negro e um prefeito de Porto Alegre, justamente a mesma pessoa Alceu Collares. Muito mais por ter sido o herdeiro político mais próximo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul e por sua capacidade individual do que por ser negro.

No que diz respeito ao PSOL, só o resultado do dia 17 de novembro dirá. Mas é possível que avance a representatividade negra ainda mais no interior do partido. O PSOL tem sido um importante aglutinador de representação feminina e feminista, negra e antirracista e de pessoas LGBTQ+ que lutam contra a opressão. Isso por que o PSOL é uma ferramenta nova e democrática e que se encaixa nas novas lutas sem deixar para trás a luta de classe dos trabalhadores no que toca a organização por local de trabalho. É fato que a luta no interior do PSOL também disputará estes setores para cada estratégia. Qual seja, independência partidária na esquerda em maior ou menor grau. Mas de toda a forma, a luta negra encontrará no partido um abrigo para a ação direta das ruas e as eleições. Em uma tarefa combinada

que tem por objetivo a emancipação do negro frente a sociedade racista e desigual brasileira.

A luta negra veio para ficar. Não seremos mortos em silêncio. Não seremos excluídos sem revide.

Vidas Negras Importam!

Teoria

103 anos da Revolução Russa: Rosa Luxemburgo, a Revolução Russa e a luta pela Revolução Alemã

Luciana Genro¹

Rosa Luxemburgo foi uma mulher muito à frente do seu tempo. Nascida em 1871, judia, com menos de 18 anos já tem que refugiar-se na Suíça para escapar da perseguição política no seu país natal, a Polônia ocupada pela Rússia. Na universidade de Zurique, uma das poucas que aceitam mulheres, estuda economia política. Quando vai para a Alemanha, militar no maior partido de esquerda do mundo, não aceita fazer o tradicional trabalho com as mulheres, papel normalmente reservado para as revolucionárias do gênero feminino. Rosa vai para o centro do ringue, debater com os dirigentes suas concepções políticas sem temor. Bernstein, Kautsky e Lênin estão entre os que enfrentaram a pena afiada de Rosa Luxemburgo. Em 1912, na sua obra de economia **A acumulação do capital**, ela ousa complementar e corrigir Marx, no que julga erros nas fórmulas do autor de *O Capital*. Vai ser criticada duramente, e revida.

Quando Rosa escreve **A Revolução Russa** estamos em 1918, nos estertores da I Guerra Mundial. Há menos de um ano os bolcheviques haviam ascendido ao poder na Rússia através da primeira revolução proletária vitoriosa. Cercados pela contrarrevolução, eles necessitam desesperadamente de uma revolução vitoriosa em um país desenvolvido que possa vir em seu socorro. Na Alemanha as consequências da guerra desencadearam uma situação revolucionária. Faminta e frustrada com o enorme número de baixas no front, a classe operária começa a se levantar contra a guerra e torna-se a única esperança da Rússia.

A tomada do poder pelos Bolcheviques tem um impacto

¹ Advogada, deputada estadual (PSOL-RS), fundadora e dirigente do MES e do PSOL.

enorme na Alemanha. Seu exemplo é temido pela burguesia, que desencadeia uma campanha feroz contra os bolcheviques. Rosa Luxemburgo, presa, escreve *A Revolução Russa*, um texto no qual defende a revolução e ao mesmo tempo faz críticas a várias medidas tomadas pelos bolcheviques. Por que, nestas circunstâncias, ela se dedica a escrever um texto crítico sobre a primeira e ainda recente vitória do proletariado mundial contra a burguesia e o imperialismo?

Este texto com certeza entra na lista das “ousadias” desta mulher. Entre outros temas ela faz ponderações críticas sobre as liberdades democráticas na Rússia sob o comando bolchevique. Ao fazê-las, Rosa critica Kautsky, alvo da sua disputa na Alemanha. Ele havia abandonado a perspectiva revolucionária, passando a fazer apologia da democracia burguesa e do regime parlamentarista:

O erro fundamental da teoria de Lenin-Trotsky consiste precisamente em opor tal como Kautsky, a ditadura à democracia. Ditadura ou democracia, assim é posta a questão, tanto pelos bolcheviques quanto por Kautsky. Este se decide naturalmente pela democracia, isto é, pela democracia burguesa, visto que é a alternativa que propõe à transformação socialista. Em contrapartida, Lenin-Trotsky se decidem pela ditadura em oposição à democracia, assim, pela ditadura de um punhado de pessoas, isto é, pela ditadura burguesa. São dois polos opostos, ambos igualmente muito afastados da verdadeira política socialista.²

A “verdadeira política socialista” seria, escreve Rosa, “instaurar a democracia socialista no lugar da democracia burguesa, e não em suprimir toda a democracia”. Para ela, assim como para Marx e Lênin, a ditadura do proletariado era a verdadeira democracia, pois significa coloca a classe trabalhadora como classe

² Rosa Luxemburgo: textos escolhidos: volume II 1914-1919/organização, tradução e notas Isabel Loureiro – São Paulo: Editora Unesp, 2011. Pag.209

dominante, na mesma medida em que hoje a burguesia é a classe dominante.

Rosa segue Marx na definição de que as formas mais democráticas de exercício do poder político da burguesia são sempre ditaduras, no sentido de que são sempre a dominação de uma classe sobre a outra, no caso, da burguesia sobre a classe trabalhadora. A ditadura do proletariado é a expressão cunhada por Marx para definir o regime de transição no qual a classe trabalhadora se ergue em classe dominante, exercendo seu poder sobre a burguesia, pois esta não será extinta em um passe de mágica e enquanto não for extinta seguirá tentando recuperar o poder.

Rosa reivindica este modelo de democracia, e em nenhum momento do texto se coloca no campo da defesa da democracia burguesa, como se a amplitude da democracia pudesse ser medida pela extensão das liberdades dadas para a burguesia poder usar seu poder econômico, evidentemente ainda existente, para tentar retomar o poder político.

Ao contrário, Rosa ataca Kautsky por defender a falaciosa democracia burguesa. Ao mesmo tempo expressa a preocupação com o fato de “o poder proletário poder vir a identificar-se automaticamente com o partido bolchevique e de os interesses das massas trabalhadoras virem a ser assimilados com a vontade de uma direção burocrática, pela eliminação da possibilidade de oposição crítica.”³ A “ditadura”, isto é, a dominação, teria que ser da classe trabalhadora sobre a burguesia e não do partido sobre toda a sociedade. Uma preocupação correta e profética. Não por acaso Rosa preocupa-se com o controle do partido sobre as massas. Ela enfrentara exatamente uma direção burocrática e a eliminação da oposição crítica dentro do Partido da Social-Democracia Alemã (SPD) e viu o partido transforma-se em instrumento de contenção das mobilizações revolucionárias.

3 Geras, Norman. A atualidade de Rosa Luxemburgo. Lisboa: Edições Antídoto, 1978. Pag. 212

Neste enfrentamento dentro do SPD sua primeira disputa foi com Bernstein, porta voz da expressão mais elaborada de uma prática que era crescentemente parlamentarista, burocratizada e reformista dentro do partido.

Este processo tinha raízes materiais. O desenvolvimento capitalista estava no seu auge na Alemanha e isso havia trazido ganhos materiais para a classe operária. Zinoviev cunhou a expressão “aristocracia operária” para definir a burocracia que começou a se formar em torno do partido: “Ele definiu-a como uma casta que tentava esconder o fato de que existia, mas que tinha seus próprios interesses claramente definidos. Seu objetivo era ordem e paz, o status quo social, o qual dava um caráter crescentemente conservador para as políticas do partido”⁴.

Rosa vinha travando a disputa com esta linha desde 1899, quando aos 28 anos escreveu *Reforma ou Revolução?*, obra que a alçou a uma das lideranças mais proeminentes da esquerda do Partido Social Democrata (SPD) no embate com Eduard Bernstein, o ideólogo do revisionismo que se fortalecia no seio da social-democracia alemã.

No primeiro embate, com o apoio de Kautsky, Rosa foi vitoriosa. Mas a derrota de Bernstein foi formal, pois a ação política do SPD seguia em direção ao reformismo. Rosa sabe disso e está decidida a disputar os rumos deste enorme partido. Toda sua obra está permeada por esta definição e os acontecimentos envolvendo a Rússia e os bolcheviques são parte permanente dos debates travados entre os sociais-democratas alemães.

A força da social-democracia alemã era gigantesca. Seus líderes eram os herdeiros diretos de Marx e Engels, especialmente Bebel e Kautsky. Pierre Broué relata em *A Revolução Alemã*, que nas eleições de 1912 o partido teve 4 milhões e 250 mil votos e em 1914 tinha mais de 1 milhão de membros. O SPD dirigia os grandes sindicatos operários, tinha associações políticas, cultu-

4 Broué, Pierre. *A Revolução Alemã*. Chicago: Haymarket Books, 2006 Pag 22. (tradução minha)

rais, esportivas, cooperativas de crédito, caixas de poupança para construção de moradias. Tinha seu próprio movimento de mulheres, de juventude, livrarias, clubes de leitura, editoras, jornais, revistas. Eram publicados 90 jornais diários, com 267 jornalistas contratados e o partido tinha 3000 funcionários. No parlamento nacional eram 110 deputados, 220 nos parlamentos regionais e 2.886 membros nos parlamentos locais.

Considerada como um mundo, ou uma contrassociedade, a social-democracia alemã, com suas tradições, práticas, e cerimônias, às vezes semelhantes a corpos religiosos, oferecia não só uma atitude política ou um modo de pensamento, mas um modelo, uma forma de viver e sentir. Isso explica por que tendências tão largamente divergentes, como aquelas personificadas por Bernstein e Rosa podiam coexistir na mesma organização.⁵

Em 1910 havia grandes ações de massas em defesa do sufrágio universal e Rosa acusa o partido de usar sua força junto à classe operária para frear as ações de massa. Fica isolada no SPD, agitando somente nas bases - pois o jornal oficial do partido é interdito para ela. Kautsky e Rosa rompem sua aliança partidária. Ele passara a defender claramente apenas a luta parlamentar.

Torna-se evidente a separação entre a ala esquerda dirigida por Rosa e a maioria do partido. Neste momento Rosa não tem o apoio de Lenin e dos bolcheviques, que consideram suas críticas exageradas. Mas em agosto de 1914, com a aprovação dos créditos de guerra com o voto da bancada social-democrata no Parlamento, a capitulação do SPD para o nacionalismo burguês fica evidente. Lenin reconhece que Rosa tinha razão. O único parlamentar que vota contra a guerra é Karl Liebknecht. Os dois vão seguir juntos até a morte.

Rosa acaba sendo presa pela agitação antimilitarista. Na pri-

⁵ Broué, Pierre. *A Revolução Alemã*. Chicago: Haymarket Books, 200, pag., 16 (tradução minha).

são escreve o famoso panfleto assinado como Junius: A CRISE DA SOCIAL-DEMOCRACIA. É deste texto que vem a célebre frase “Socialismo ou Barbárie”, no qual Rosa denuncia o delírio bélico e o papel vergonhoso da social-democracia alemã. Mas Rosa não quer romper com o partido pois ainda acha que pode disputá-lo. Isso a coloca mais uma vez em conflito com Lenin, pois este, indignado com a traição de seu antigo mestre Kautsky, defende que é necessário romper com a II Internacional.

Mas a ruptura da social-democracia alemã por fim acontece, embora não por vontade da ala esquerda. A corrente “centrista”, dirigida por Kautsky, acaba sendo expulsa, pois não aceita votar a favor de mais recursos para a guerra. Assim é fundado o USPD (Social-Democracia Independente), que leva praticamente a metade das bases e dos parlamentares do SPD. Rosa segue disputando as bases da social-democracia, tanto a oficial, que está colaborando diretamente com o governo, quanto a independente. Seu grupo, a Liga Spartakus, ingressa no USPD, numa tentativa de evitar o isolamento, mas não abre mão de criticar a direção encabeçada por Kautsky. Em 1918, quando escreve A Revolução Russa, a luta de Rosa contra o reformismo havia ganhado contornos dramáticos.

Neste momento, mais do que a disputa pelos rumos do partido, Rosa está disputando os rumos da revolução alemã. A tarefa colocada seria apenas derrubar a monarquia e instituir um regime democrático burguês ou a classe operária poderia ousar lutar pelo poder diretamente e colocar a Alemanha no rumo do socialismo, seguindo o exemplo da Rússia e indo a seu socorro?

Desde 1916 o povo alemão vinha em grande descontentamento com a situação econômica, o racionamento e as baixas na guerra. Há greves, manifestações e criam-se conselhos de operários e soldados. A revolução está em marcha e seus rumos estão em disputa.

Rosa queria, com este texto, convencer a classe operária a lu-

tar pelo poder, e não apenas expressar preocupações legítimas acerca de determinadas decisões dos bolcheviques. Sua essência é uma apaixonada defesa da revolução russa frente aos ataques de Kautsky e dos governistas. Ela coloca as decisões problemáticas de “Lenin, Trotsky e seus companheiros” no contexto da luta de classes da Rússia e mundial e, principalmente, da falta de apoio do proletariado alemão à revolução russa por responsabilidade, em grande medida, da própria social-democracia, que abandonou a perspectiva revolucionária e capitulou para a burguesia alemã na guerra.

Os comentadores deste texto, em geral, se dividem em diferentes análises.

Há os que usam as ponderações de Rosa sobre as liberdades democráticas para concluir que o stalinismo foi uma consequência direta do leninismo e assim jogam na lata de lixo a revolução russa e a hipótese comunista. São os que abandonaram a causa, ou nunca acreditaram nela.

Há ainda os comentadores que justificam as críticas de Rosa aos bolcheviques pelo fato de que estando presa, ela não teria acesso a muitas informações e que nunca autorizou a publicação do texto. De fato Rosa estava presa desde julho de 1916, e escreveu o texto em setembro de 1918, ainda presa. Ela só será libertada por força da revolução alemã, que eclode em novembro e derruba a monarquia. Mas ela tinha sim acesso a informações, lia jornais e recebia correspondência regularmente. É verdade, porém, que ela não autorizou a publicação do texto. Foi assassinada em 19 de janeiro de 1919 e o texto só foi publicado em 1922, por Paul Levi, seu camarada e advogado, depois de romper com o partido que ele e Rosa haviam ajudado a fundar poucos dias antes dela morrer, o Partido Comunista Alemão (KPD).

Outros, como foi o caso do revolucionário húngaro Gyorgy Lukács, encaram este texto como mais um na vasta lista de erros que Rosa teria cometido. São analistas que reivindicam Rosa

como uma grande revolucionária, mas consideram que ela errou muito nas suas elaborações teóricas e políticas.

Sim, claro que Rosa cometeu erros, e este texto não está isento deles. Um deles, pelo menos, a questão da Assembleia Constituinte, foi reconhecido pela própria Rosa. Outro, a opinião de que a autodeterminação dos povos é “uma fraseologia sinuosa pequeno burguesa”, tem origem nos seus embates na Polônia e que resultaram inclusive na ruptura de seu grupo com o Partido Socialista Polonês. Esta linha, contra a política de autodeterminação dos povos, depois foi aplicada por Stálin em relação a Geórgia.

Dos erros de Rosa, o que teve consequências mais graves foi no campo organizativo. É difícil fazer este julgamento sem uma análise mais aprofundada, mas é evidente que a falta de um partido revolucionário, com organização e uma direção centralizada, contribuiu enormemente tanto para a morte prematura de Rosa e Karl como para a impossibilidade da revolução alemã avançar para além da derrubada da monarquia. Este é um tema a ser mais bem explorado em outra oportunidade.

Em relação ao texto, sua principal conclusão é correta: as duras medidas dos bolcheviques precisavam ser vistas criticamente, sob o prisma do impasse resultante do isolamento da revolução russa, isolamento esse fruto da política da social-democracia alemã em abandonar a luta revolucionária e colaborar com a burguesia na guerra. A classe operária alemã precisava cumprir o seu papel, avançar para uma revolução socialista, que não se limitasse a derrubar a monarquia, e sim que construísse um poder de tipo soviético, no qual o governo ficasse nas mãos dos conselhos de operários e soldados.

Neste sentido Rosa faz uma defesa veemente do acerto dos bolcheviques ao não ter paralisado a revolução em seu estágio burguês, de derrubada do tsarismo, e sim manter a luta pela tomada do poder pela classe operária.

Diz ela:

(...) esse desenvolvimento é uma prova flagrante contra a teoria doutrinária que Kautsky compartilha com o partido dos socialistas governamentais, segundo o qual a Rússia, país economicamente atrasado, essencialmente agrário, não estaria maduro para a revolução social nem para uma ditadura do proletariado. (...) Tanto os oportunistas russos quanto os alemães estão totalmente de acordo com os socialistas governamentais alemães nessa concepção(...). Na opinião dos três, a Revolução Russa deveria ter parado no estágio da derrubada do tsarismo, nobre tarefa que, na mitologia da social-democracia alemã, os estrategistas militares do imperialismo alemão haviam estabelecido. Se ela foi além, se estabeleceu como tarefa a ditadura do proletariado, isso aconteceu, segundo essa doutrina, por simples erro da ala radical do movimento operário russo, os bolcheviques. E todas as intempéries que a revolução enfrentou no seu desenvolvimento posterior, todas as confusões de que foi vítima, nada mais são do que o simples resultado desse erro fatal.⁶

É exatamente este embate que está sendo travado na Alemanha. A burguesia e a social-democracia unidas, tentam parar o processo revolucionário no seu estágio burguês, e os spartakistas são os bolcheviques na Alemanha, tentando empurrar o processo para a tomada do poder pela classe operária. Mas o problema é que os spartakistas não têm a força e principalmente a organização dos bolcheviques russos.

Ao longo de dez páginas Rosa vai explicar como a tática dos “socialistas da tendência de Kautsky, os mencheviques” teria levado à derrota da revolução, a “uma ditadura militar acompanhada de um regime de terror contra o proletariado, e em seguida a volta à monarquia” e que o desenrolar da guerra e da revolução demonstra não a falta de maturidade da Rússia e sim do proleta-

⁶ Rosa Luxemburgo: textos escolhidos: volume II 1914-1919/organização, tradução e notas Isabel Loureiro – São Paulo: Editora Unesp, 2011. Pag. 176u

riado alemão para cumprir sua missão histórica, pois a revolução na Rússia não poderia ser resolvida nos limites da sociedade burguesa e nem nos limites da própria Rússia.

Na Alemanha convulsionada, em luta contra a monarquia, os reformistas do SPD e do USPD, cujas bases os spartakistas estavam disputando, defendiam que a revolução na Alemanha também deveria ser estancada no estágio da derrubada da monarquia e no estabelecimento da democracia burguesa. Já os spartakistas defendiam que a classe operária deveria lutar para tomar o poder e instituir um regime de transição para o socialismo.

Os reformistas, para dissuadir o povo de ver na vitória da revolução russa um sinal de que também na Alemanha se poderia ir além da derrubada da monarquia, acusavam os bolcheviques de autoritários que haviam acabado com as liberdades democráticas e instituído uma ditadura, pois haviam suprimido a liberdade de imprensa, o direito de associação e de reunião, colocadas na ilegalidade para todos os adversários do governo soviético.

Já os bolcheviques vinham lutando em meio a adversidades terríveis. Lênin e Trotsky tinham muito claro que a única salvação para a revolução russa era a revolução na Alemanha. A Rússia estava isolada, faminta, e o governo era atacado por todos os lados. Portanto, nunca antes como neste momento os interesses da social-democracia e dos revolucionários foram tão diametralmente opostos. A tarefa a que se dedicava a social-democracia era derrotar a política dos bolcheviques para a Alemanha. Isto é, derrotar os spartakistas, os únicos que defendiam que a revolução alemã não poderia parar no estágio burguês. Não por acaso foi desencadeada uma campanha de “caça às bruxas” contra os spartakistas, especialmente Rosa e Karl Liebknecht que culmina no assassinato de ambos em janeiro de 1919.

Para defender que o exemplo da revolução russa deveria ser seguido pela classe operária alemã, Rosa explica as dificuldades dos bolcheviques, cercados pelo imperialismo e pela contrarre-

volução. Sem fazer apologia das medidas concretas tomadas pelo governo, ela demonstra que elas eram tomadas por necessidade e que não eram uma virtude, mas exigências da situação concreta, fruto do isolamento da revolução. Seria impossível, afirma ela, que o primeiro experimento mundial de ditadura da classe operária, em pleno caos provocado pela guerra mundial, pudesse ocorrer sem erros e imperfeições, e que portanto eram apenas “rudimentos frágeis e caricatura” da democracia e do socialismo. Tudo o que os bolcheviques fizeram, explica Rosa, foi sob dura pressão e eles não poderiam esperar que a Internacional tomasse suas ações como modelo “digno de admiração acrítica e imitação fervorosa”.

Ela então defende a ditadura da classe, não de um partido, que seja exercida “no mais amplo espaço público, com participação sem entraves, a mais ativa possível, das massas populares, numa democracia sem limites”. Uma ditadura que “consiste na maneira de aplicar a democracia e não na sua supressão”, uma “obra da classe, não de uma pequena minoria”.

Rosa defende os bolcheviques, dizendo que eles “procederiam também desta maneira se não sofressem a terrível pressão da guerra mundial, da ocupação alemã e de todas as dificuldades anormais daí decorrentes, dificuldades que obrigatoriamente desfiguram qualquer política socialista, mesmo impregnada das melhores intenções e dos mais belos princípios”.

Não se pode, afirma Rosa, fazer da necessidade uma virtude:

Assim, põe-se de maneira desnecessária como exemplo e escondem seu mérito histórico, que é real e incontestável, sob os passos em falso impostos pela necessidade; ao querer fazer entrar no seu arsenal, como novas descobertas, todos os equívocos introduzidos na Rússia por necessidade e coerção, e que ao final das contas, eram apenas irradiações da falência do socialismo internacional nesta guerra mundial, prestam um mau serviço ao socialismo internacional, por

amor do qual lutaram e sofreram.⁷

O grande problema, aponta ela, é a omissão do proletariado alemão e a ocupação da Rússia pelo imperialismo. Ao contrário da social-democracia alemã, que havia capitulado para a burguesia, os bolcheviques tiveram “capacidade de ação”, e “salvaram a honra do socialismo internacional”.

Ao final do texto Rosa volta à carga contra os “socialistas governamentais alemães” que gritam que “a dominação dos bolcheviques na Rússia é uma caricatura da ditadura do proletariado”. Ela afirma que, se é assim, é porque “foi o produto da atitude do proletariado alemão, ela mesma uma caricatura da luta de classes socialista”. Por fim ela reafirma sua convicção, compartilhada pelos bolcheviques, de que o problema do socialismo só poderia ser colocado na Rússia, mas só seria resolvido internacionalmente.

O impasse não se resolveu favoravelmente aos interesses da revolução russa. A revolução alemã não se desenvolveu numa revolução socialista e a social-democracia foi decisiva para esse desfecho. Rosa morreu lutando para mudar esta história. Seu texto sobre a revolução russa foi parte desta luta para quebrar a hegemonia dos reformistas sobre o proletariado alemão e convencê-lo a ir em socorro da revolução russa e de seu próprio futuro. Entre erros e acertos, preocupações legítimas e opiniões controversas, A Revolução Russa é um antídoto contra o dogmatismo, a apologia acrítica e uma defesa eloquente do caráter internacional do socialismo, da democracia real e da revolução.

A derrota alemã explica bastante – embora não tudo – sobre o fato de a revolução russa ter dado origem a um Estado autoritário – que felizmente desabou em 1989. Isso faz com que hoje a “hipótese comunista”, na formulação de Alain Badiou, seja vista com bastante desconfiança, para dizer o mínimo. O fato é que os fracassos na tentativa de construir uma sociedade não baseada na exploração e verdadeiramente democrática nos levaram

⁷ Rosa Luxemburgo: textos escolhidos: volume II 1914-1919/organização, tradução e notas Isabel Loureiro – São Paulo: Editora Unesp, 2011 Pag. 211

a uma crise de alternativa. Não há um modelo, uma referência vitoriosa, para quem não aceita a ideia de que o socialismo é sinônimo de um Estado forte dominado por um único partido no qual só há liberdade para dizer amém ao governo.

Mas, como escreveu a própria Rosa no seu último texto *A ordem reina em Berlim*, no qual ela faz um balanço do fracasso da direção da revolução alemã, o caminho da luta socialista está “pavimentado de derrotas” mas, questiona ela, “onde estaríamos nós hoje sem essas ‘derrotas’ das quais extraímos experiência histórica, conhecimento, poder, idealismo? (...) nós nos apoiamos precisamente nessas derrotas, sem poder prescindir de nenhuma delas, pois cada uma faz parte de nossa força e de nossa clareza de objetivos.”⁸

Então, para quem – como eu – não abandonou a hipótese comunista, mas recusa o modelo stalinista e ao mesmo tempo reivindica a revolução russa, Rosa Luxemburgo, com sua força revolucionária, sua genialidade intelectual e seu exemplo de coragem, é uma referência fundamental.

Referências bibliográficas

Broué, Pierre. The German Revolution, 1917-1923. Chicago: Haymarket Books, 2006.

Frölich, Paul. Rosa Luxemburgo: pensamento e ação. São Paulo: Boitempo; Iskra, 2019.

Geras, Norman. A atualidade de Rosa Luxemburgo. Lisboa: Edições Antídoto, 1978

Loureiro, Isabel. A revolução Alemã, 1918-1923. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

Loureiro, Isabel. Rosa Luxemburg. Os dilemas da ação revolucionária. São Paulo: Editora UNESP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

Rosa Luxemburgo: textos escolhidos: volume I 1914-1919/

⁸ Rosa Luxemburgo: textos escolhidos: volume II 1914-1919/organização, tradução e notas Isabel Loureiro – São Paulo: Editora Unesp, 2011. Pág. 399-00

organização, tradução e notas Isabel Loureiro – São Paulo: Editora Unesp, 2011.

Rosa Luxemburgo: textos escolhidos: volume II 1914-1919/ organização, tradução e notas Isabel Loureiro – São Paulo: Editora Unesp, 2011.

**Em apoio ao Museu
Casa de León
Trotsky**

O objetivo do Instituto do Direito de Asilo- Museu Casa de León Trotsky é manter e preservar a verdade histórica – Entrevista com Gabriela Pérez Noriega, diretora jurídica e executiva do Museu Casa de Leon Trotsky (Cidade do México)¹

Israel Dutra² e Thiago Aguiar³

O bairro de Coyoacán, na Cidade do México, recebeu a família de León Trotsky em seus últimos anos de vida e de luta em defesa da revolução socialista internacional. Após o assassinato de Trotsky por Ramón Mercader, um agente stalinista, Natalia Sedova e Esteban Volkov, respectivamente a viúva e o neto de Trotsky, lutaram pela preservação da verdade histórica sobre os crimes de Stalin.

Há décadas, Esteban Volkov, hoje com 94 anos de idade, lutou pela manutenção do Museu Casa de León Trotsky e pela continuidade de suas atividades. Para compartilhar com os revolucionários brasileiros as atividades deste verdadeiro patrimônio histórico, e também buscando apoiá-las, a *Revista Movimento* conversou com Gabriela Pérez Noriega, diretora jurídica e executiva do Instituto do Direito de Asilo Museu de León Trotsky.

Movimento – Estimada Gabriela Pérez, muito obrigado por falar com a *Revista Movimento*! Para nós, é um orgulho manter contato com o Museu Casa de Leon Trotsky no México. Numa edição anterior de nossa publicação em homenagem aos 80 anos da IV Internacional, em 2018, entrevis-

1 Tradução: Charles Rosa.

2 Secretário de Relações Internacionais do PSOL e da Executiva Nacional do Movimento Esquerda Socialista.

3 Diretor da *Revista Movimento*.

tamos Don Esteban Volkov. Nesta entrevista, gostaríamos que você falasse sobre o trabalho do Museu e, além disso, sobre os planos para uma campanha internacional de solidariedade. Nossa militância e os revolucionários do Brasil seguramente poderão aprender muito com a experiência de vocês. Para começar, gostaria que você nos falasse sobre a história e alguns fatos, ao longo dos anos, do Museu Casa de Leon Trotsky, um patrimônio histórico internacional.

Gabriela Pérez Noriega – O lugar histórico do hoje Instituto do Direito de Asilo Museu de León Trotsky foi a última morada do revolucionário marxista russo. Tem a origem e a história que a seguir se narra: em 9 de janeiro de 1937, León Trotsky e sua esposa Natalia desembarcaram do navio petroleiro Ruth no porto de Tampico, México, procedentes da Noruega, graças ao asilo outorgado pelo então Presidente do México, general Lázaro Cárdenas, cuja petição lhe foi solicitada previamente em Torreón pelo muralista Diego Rivera, o professor Octavio Fernández e mediante uma carta pelo general Francisco Múgica.

O general Lázaro Cárdenas lhes enviou o trem presidencial “Hidalgo” para seu traslado à Cidade do México. Diego Rivera e Frida Kahlo generosamente lhes proporcionaram albergue em sua Casa Azul de Coyoacán, num ambiente de grande cordialidade e amizade. Depois de haver sofrido a mais rígida detenção domiciliar nos últimos seis meses de seu asilo norueguês durante os “Processos de Moscou”, por disposição de seu governo que se dobrou ante as ameaças russas de suspender as compras de arenque em caso de não acatar essas medidas, cujo propósito era impossibilitar León Trotsky de refutar e se defender das absurdas e monstruosas acusações contra ele e seu filho León Sedov *in absentia*, nesses “Processos de Moscou”, mediante os quais Stalin levou a cabo os sangrentos expurgos para assassinar os companheiros de armas de Vladimir Lenin e descabeçar ao Exército Vermelho, exterminando a maioria de seus generais e

de sua oficialidade. Em contrapartida, no México na Casa Azul pouco tempo depois da sua chegada sem impedimento algum León Trotsky pôde iniciar de imediato sua defesa pública igual à de seu filho León Sedov, para cujo propósito solicita a criação de uma comissão internacional de indagação para examinar os expedientes dos “Processos de Moscou” e avaliar tanto sua defesa como a de seu filho, frente às acusações de que foram objeto, e para que tal comissão determine se realmente eram culpados pelos que foram condenados “*in absentia*”. Em março de 1937, por iniciativa “*The American Committe for the Defense of Leon Trotsky*”, organizou-se uma comissão composta por renomados e ilibados intelectuais de diversas nacionalidades, alheios à ideologia de León Trotsky, conhecida como a “Dewey Commission” por estar encabeçada pelo filósofo norte-americano John Dewey. Também recebeu a designação dos “Contra Processos de Moscou”. Trotsky proclamou publicamente que se a comissão o julgasse culpado da mais ínfima das acusações, ele se entregaria às autoridades soviéticas para sua execução. Na Casa Azul de Coyoacán, México, uma subcomissão levou a cabo em abril de 1937, treze sessões de exaustivos interrogatórios a Trotsky e a seu secretário Jan Frankel.

Transcorridos meses de investigações, em 21 de setembro do mesmo ano, a “Dewey Commission” deu seu veredicto: os Processos de Moscou foram baseados em “*frame ups*” (Falsas acusações para culpar inocentes) e Trotsky e León Sedv não eram culpados das 18 acusações levantadas contra ele por ordem de Stalin. Das muitas batalhas travadas por León Trotsky contra o regime contrarrevolucionário stalinista sem lugar para dúvidas a “Comissão Dewey” ou “Contra Processos de Moscou” foi das mais notáveis e transcendentais. Ali desmascarou e demonstrou de forma contundente e inapelável ante a história presente e futura, a absoluta ilegitimidade do regime burocrático dirigido por Stalin, que somente se podia manter impondo o reino da mentira

e o assassinato sem freio nem limites.

Depois de quase dois anos de relações de grande amizade e cordialidade entre Diego Rivera e León Trotsky, no final de 1938, estas repentinamente chegaram a seu término. O secretário francês Van Heijenoort atribui como principal causa problemas surgidos com a criação da revista “Clave” por um grupo de pessoas próximas à ideologia de Trotsky, os quais não entregaram a direção a Diego Rivera, mas ao jovem José Farrel; igualmente, um artigo de Diego foi apresentado como uma carta à redação: ambos os fatos contrariaram Diego, que erroneamente numa carta ao poeta surrealista francês André Breton culpou León Trotsky do sucedido. Ao se negar o muralista a esclarecer esse mal-entendido, a amizade anterior chegou a seu término. Depois disso, segundo narra Van Heijenoort, Diego Rivera se distanciou do trotskismo e se aproximou de pequenos sindicatos e grupos políticos hostis à ideologia de Leon Trotsky.

Tempos depois, Diego Rivera chegou a dar seu apoio ao candidato presidencial de direita Andrew Almazán.

Depois do distanciamento, o secretário Van Heijenoort ficou com a tarefa de encontrar nova moradia e em março de 1939 encontrou uma casa desabitada e em bastante mal estado em Viena 19 (próxima à Casa Azul) que havia servido de casa de campo a uma família Turati, comerciantes do ramo óptico, construída na época de Porfirio Díaz. Depois de intensos trabalhos de reparação e remodelação, Trotsky, Natalia e os “secretários-guardas” se mudaram para prover alimentos à família e realizar a necessária atividade física. Também se juntou à busca e coleta de cactáceas diversas no campo mexicano, para adornar com elas o jardim da casa de Viena 19.

Depois de um ano de tranquilidade, repentinamente na madrugada de 24 de maio de 1940, a mão assassina de Joseph Stalin se fez presente, cerca de vinte stalinistas fortemente armados encabeçados pelo muralista David Alfaro Siqueiros invadiram

surpreendentemente a casa e metralharam com profusão desde três locais diferentes o quarto de Leon Trotsky e de sua esposa Natália, obedecendo às ordens emanadas desde Moscou de assassiná-los, fato que se frustrou graças a Natália que ao ouvir os primeiros disparos tirou Leon Trotsky da cama empurrando-o para um canto escuro do quarto, onde ambos salvaram suas vidas. No quarto vizinho o pequeno Esteban recebeu um impacto de bala no polegar do pé direito ao descarregar um dos stalinistas toda a carga de uma pistola automática sobre o pequeno leito onde anteriormente ele dormia. A porta da rua foi aberta aos atacantes pelo jovem guarda Sheldon Hart da mesma filiação dos que haviam infiltrado na casa.

Leon Trotsky e Natália Sedova sabiam que Stalin só havia lhes dado uma trégua e muito cedo ocorreria outro atentado.

O Socialist Worker Party (SWP) dos EUA mediante uma coleta reuniu fundos para que León Trotsky comprasse a casa de Viena 19 e se fizeram obras de fortificação da mesma, obras que o revolucionário russo considerava de pouca utilidade, já que tinha a certeza de que o atentado seguinte não seria a repetição do primeiro, mas de outra natureza. Em 20 de agosto de 1940, o catalão Ramón Mercader, agente da GPU (NKVD), habilmente infiltrado no entorno de León Trotsky, para tal propósito se enamorou previamente em Paris, para tornar sua companheira a jovem trotskista norte-americana Sylvia Ageloff.

Depois disso, ele se transferiu para o México, a pretexto de negócios, aparentando sempre absoluto interesse na política, nem o menor desejo de conhecer a León Trotsky, mas procurou estabelecer amizade com os ajudantes/secretários a quem ele convidava frequentemente para restaurantes, além de pessoas próximas como o casal Rosmer, ganhou sua confiança acompanhados de Natália, quando embarcaram de volta para a Europa. Depois disso repentinamente ele pediu um pequeno favor de que Trotsky revisasse um escrito de sua autoria, algo que obviamente

não lhe foi negado. E desta forma ele pôde entrar no escritório com Trotsky e breves segundos com o *piolet* fere de morte a León Trotsky.

Pouco tempo depois do assassinato de seu esposo, Natália Sedova recebeu a visita do Presidente general Lázaro Cárdenas e de sua esposa Amalia Solórzano de Cárdenas para manifestar-lhe seu pêsame e oferecer-lhe seu generoso apoio, o que se manifestou nos últimos meses de sua gestão, quando o general Lázaro Cárdenas dispôs que o governo comprasse a casa de Viena 19, com o propósito de dar recursos a Natália Sedova para procurar um meio de vida, com o compromisso verbal de que ela poderia seguir ocupando o lugar por tempo indefinido e com a promessa de que no futuro esta casa se converteria num museu.

No entanto, na escritura da data de 22 de novembro de 1940 de compra e venda do governo, não ficou especificado seu uso futuro para museu, mas com a designação de centro cultural, situação que deu vulnerabilidade a este lugar histórico, que rapidamente foi aproveitado por elementos stalinistas infiltrados em grande número no governo para tentar cumprir com ordens recebidas desde Moscou de fazer desaparecer a casa que foi de León Trotsky e o cenário e testemunho do aleivoso crime aí realizado. Em repetidas ocasiões chegaram mensagens de escritórios do governo ordenando a desocupação do imóvel pela família, para empregá-la para creche, biblioteca ou gabinetes governamentais, com pronta intervenção do general Lázaro Cárdenas.

Graças à posterior intervenção do general Lázaro Cárdenas numa carta sua datada de 4 de julho de 1946 dirigida ao licenciado Adolfo Zamora, advogado que havia sido grande amigo, representante legal de León Trotsky e sob cuja petição exerceu o papel de tutor de seu neto, onde ele manifesta: “Que o primeiro magistrado teve por bem acordar a que se deixe a Senhora Viúva de Trotsky em posse definitiva e em propriedade da citada casa, e que efetivamente giraria as instruções correspondentes”. O que

confirmou o advogado Javier Rojo em carta datada de 13 de setembro: “(...) Já tenho dadas ordens à Direção Geral de Obras Públicas para que a mesma escritura em favor de você, e quando este documento esteja pronto, a chamarão para que você a assinasse”.

E assim, em pouco tempo, Natalia Sedova foi chamada para a assinatura. Mas o documento nunca foi entregue, pois mãos misteriosas fizeram-no desaparecer e a casa seguiu como propriedade do governo.

Outro episódio digno de ser contado foi o assunto do embaixador russo no México: Konstantin Umansky, segundo o relato do advogado Adolfo Zamora. E ao qual unia uma estreita amizade com o Procurador de Justiça do México, que lhe contou que Umansky tinha a ineludível missão por encargo de seu chefe Stalin, sem limitar recursos, subornar a Justiça mexicana, para que fizesse sua a versão do ditador de que a morte de Trotsky havia sido numa luta frente a frente com um suposto partidário seu decepcionado e não um crime com traição, aleivosia e vantagem, com a autoria indelével, inapagável de Joseph Stalin. Obviamente, a justiça mexicana não se prestou a esta falsificação. E, pouco depois, o embaixador Konstantin Umansky foi destituído de seu cargo no México e ocupou o cargo de embaixador na Costa Rica, aonde nunca chegou, já que o avião que o levava explodiu misteriosamente ao clarear o dia, em 25 de janeiro de 1945, em seu desembarque no Aeroporto Militar da Cidade de México.

Depois do estranho extravio da escritura que avalizava a doação da casa de Viena 19 a Natália Sedova, viúva de Trotsky e seguir a propriedade do imóvel em nomeh do governo, circunstâncias que, por sorte, durante muitos anos não puseram em perigo a permanência deste lugar histórico, salvo brevemente numa ocasião nos primeiros dias de janeiro de 1965.

O presidente Gustavo Díaz Ordaz num repentino ataque de fúria pela participação de estudantes e professores de filiação

trotskista em pugnas universitárias na UNAM, como represália e vingança exigiu repentinamente a desocupação imediata de tal casa pelos familiares de León Trotsky que a ocupavam e cuidavam dela. Por cujo motivo chegou um advogado do Departamento Central com quinze caminhões de carga alinhados fora da casa e uma ordem de despejo imediata do imóvel.

Graças à intervenção do general Lázaro Cárdenas e de um grande amigo do Museu, o licenciado Javier Wimer, concedeu-se um prazo de quinze dias para o despejo. Três meses depois do despejo, Esteban Volkov recebe uma notificação do governo no qual é indicado que pode voltar e habitar novamente a casa de Viena 19.

Em 24 de setembro de 1982, ficou assegurada sua existência no futuro, ao ser declarado com esta data monumento histórico por decreto do presidente José López Portillo, designando como guardião e tutor Esteban Volkov.

Em 20 de agosto de 1990, o então regente da Cidade do México, licenciado Manuel Camacho Solís, levou a cabo a reinauguração da Casa Museu León Trotsky sob a supervisão da dra. Alexandra Moreno Toscano. De forma simultânea, num edifício anexo comprado pelo governo, inaugurou-se o “Instituto do Direito de Asilo”.

O edifício anexo ao museu conta com duas salas de exposição, auditório, biblioteca e escritórios. Posteriormente, a razão social do museu muda o Instituto do Direito de Asilo Museu de León Trotsky.

M – Como se encontra atualmente o museu?

GPN – Permanece fechado pela contingência sanitária. Estamos trabalhando para realizar melhorias e modificações necessárias e dar cumprimento às indicações das autoridades de saúde. Estes trabalhos estão encaminhados a permitir maior ventilação em salas de exposição temporal e permanente, biblio-

teca, auditório e oficinas. O objetivo do Instituto do Direito de Asilo-Museu Casa de León Trotsky é manter e preservar a verdade histórica.

Como se mencionou brevemente na pergunta anterior, o museu opera como um centro cultural, já que, ademais da exposição permanente da Casa Museu, realizam-se atividades culturais, acadêmicas e educativas, como projeções de cinema, apresentações de livro, oficinas de criação literária, teatro (lugar onde se conta contos), seminários, conferências, oficinas e exposições temporais, além de ter o Instituto do Direito de Asilo, dentre suas atividades, apoiar diversas instituições públicas e privadas sobre o tema da migração. O objetivo do IDA-Museu é manter e preservar a verdade histórica.

M – Qual é o papel de Don Estebal Volkov na defesa da memória e da história de sua família, especialmente de León Trotsky?

GPN – Don Esteban Volkov Bronstein é nomeado guardião e tutor do museu por decreto presidencial no sexênio do ex-presidente do México Jose Lopez Portillo. Desde 2016, é diretor-geral deste recinto histórico e a missão mais importante de Don Esteban é manter e preservar a verdade histórica.

M – Como os simpatizantes do Museu em todo o mundo podem colaborar com este importante trabalho de memória coordenado por sua equipe e por você?

GPN – Em novembro, será inaugurada a nova página web do museu, que terá informações sobre o Instituto do Direito de Asilo, suas atividades acadêmicas, educativas e culturais, assim como uma loja online na qual se oferecerão livros e diversos souvenirs.

Uma forma de apoiar é visitando a página do museu e adquirindo alguns dos livros ou souvenirs que estarão à venda. Deseja-

mos, quando viajem, convidá-los a que visitem o museu.

M – Depois da pandemia da Covid-19, quais são os projetos e as perspectivas do Museu para o futuro?

GBN–Temos diversos projetos, para citar alguns: 1) a apresentação do livro *Stalin* (de Alan Woods) em coedição com o Fundo de Cultura Econômica; 2) a publicação da tradução do livro da biografia de Trotsky de Pierre Broué (Tradução ao espanhol do Dr. Rolando Tamayo e Salmoran); 3) a exposição “A rota de Trotsky no México” (nesta exposição será inaugurada uma placa comemorativa e se dará a conhecer uma fotografia inédita de Trotsky no balneário de água em Cuautla Morelos (terra do revolucionário mexicano Emiliano Zapata); 4) a exposição “Zapata Disruptor”; 5) uma exposição em Tijuana (na fronteira com os Estados Unidos); 6) uma oficina de criação literária; e 7) um seminário sobre migração.

Documento

Nas ruas e nas urnas: derrotar a extrema-direita e fortalecer o PSOL como alternativa

Executiva Nacional do MES/PSOL

Setembro de 2020

O mundo e o Brasil ingressaram numa pandemia inédita. Parte das caracterizações que adotamos encontra-se no último documento nacional do Movimento Esquerda Socialista ainda no primeiro semestre. De lá para cá, mudanças importantes ocorreram no país e no mundo.

O Brasil é, junto com os Estados Unidos, o epicentro mundial da reprodução do contágio, da ampliação do número de mortos e de casos, da Covid-19, mesmo com a brutal subnotificação. O ingresso em “modo platô” não protege a vida da maioria da população, que se expõe a enormes riscos, enquanto a disputa pela vacina resulta numa corrida também balizada por interesses econômicos e políticos dos grandes Estados e corporações. Já se alcançou a marca de um milhão de óbitos no mundo. EE.UU., Brasil e Índia, sob a orientação da extrema-direita, concentram a brutal marca de 43% dessas mortes.

A situação política será definida pelos acontecimentos dos Estados Unidos, onde uma derrota de Trump alteraria a conjuntura, trazendo evidentes consequências para o Brasil. Nossa tarefa é entender o presente momento, orientando o conjunto da militância para a tarefa central do período: derrotar Bolsonaro nas urnas e nas ruas, fortalecendo o PSOL como alternativa. Inicia-se um novo processo eleitoral. Queremos, neste documento, apresentar uma armação mais global para enfrentar as batalhas que vem pela frente.

1) Um aumento considerável dos choques na escala internacional entre países, projetos e classes

A pandemia no mundo chega à marca de um milhão de óbitos, incidindo de forma desigual em todos os países do mundo. Estamos atravessando uma crise planetária, concentrada em pouquíssimos meses, que muda a própria configuração do tempo e do espaço. Há incerteza sobre a produção e distribuição da vacina, alentada, por um lado, por uma disputa entre Estados e corporações e, por outro, com a configuração de um campo opositor à ciência e a OMS, retroalimentando contradições profundas.

Há um derretimento econômico sem precedentes. Pode-se falar de uma crise similar à de 1929, ainda que a comparação com 2008 seja válida – inclusive porque os elementos de 2008 estão presentes como continuidade na presente situação de depressão. O ambiente político expressa tal tensão. A polarização marca a realidade e leva à combinação de crise orgânica permanente (que debilita a estabilidade dos regimes) com a luta entre projetos, abrindo um cenário de conflitos, rebeliões e crise entre Estados. O coração da aceleração de todas essas contradições está, num traço fundamental da situação mundial, também no coração do capitalismo: o desenlace dos acontecimentos dos Estados Unidos determinará em grande medida o mundo “pós-pandemia”.

1.1) Nos EUA, tensão nas ruas e nas urnas

O levante antirracista gerado pela indignação com os assassinatos de George Floyd, Brianna Taylor e outros negros e negras estadunidenses, por departamentos de polícia profundamente racistas, abriu uma nova situação durante a pandemia e levou dezenas de milhares às ruas em diversas cidades do país num levante sem precedentes desde o movimento pelos direitos civis nos anos 1960.

Este levante evidenciou a polarização cada vez mais profunda no país, impondo uma posição de força do movimento de mas-

sas que resistiu à repressão (deve-se lembrar que Trump tentou utilizar o exército na repressão, sendo desautorizado pelo próprio comando militar) ao mesmo tempo em que levou a respostas da direita, especialmente de supremacistas brancos armados que ameaçaram e assassinaram manifestantes democráticos, como no emblemático caso da cidade de Kenosha.

Os EUA vivem um processo de evidente “latino-americanização” no qual a violência política se acirra. As eleições terão um papel muito importante para a definição de uma relação de forças mais favorável para a classe trabalhadora. O modelo de “um corpo com duas cabeças”, que dominou o imperialismo norte-americano, mostra-se cada vez mais insustentável, polarizando o cenário político e abrindo espaço tanto para o crescente movimento socialista no país como para a direita reacionária que busca frear os avanços do movimento de massas.

De lá parte a articulação política de uma extrema-direita internacional que tem em Steve Bannon seu líder e atua através de uma agenda de violência e fake news que inspira direitistas em todo mundo, como Bolsonaro no Brasil. A morte da juíza Ruth Ginsburg, da Suprema Corte do país, abriu uma nova crise, com repetidas declarações de Trump dando a entender que pode não aceitar o resultado eleitoral de 3 de novembro, caso este lhe seja negativo.

Em tal contexto, derrotar Trump torna-se a tarefa prioritária não somente para os ativistas estadunidenses, mas para os militantes socialistas de todo o mundo.

1.2) As “rebeliões” e a dificuldade de ação da classe

Por todo o mundo, seguimos acompanhando rebeliões populares que se desenvolvem a partir das contradições geradas pela crise capitalista mesmo antes da pandemia da Covid-19. Presenciamos grandes mobilizações populares, recentemente, tanto em países distantes, como Hong Kong, Líbano e Sudão, entre outros,

como em nossos vizinhos latino-americanos Chile e Equador, que se levantaram contra os processos de austeridade promovidos por governos neoliberais.

As crises políticas dos regimes políticos burgueses apresentam-se de forma cada vez mais orgânica, combinando elementos econômicos com a indignação social gerada pela corrupção, problema evidente que se tornou gritante em casos como a recente história política do Peru ou a fuga do ex-rei espanhol Juan Carlos de seu próprio país. Estas situações só comprovam o crescente processo de deterioração de regimes que se fundam nas relações espúrias entre Estados nacionais e suas respectivas burguesias.

Este cenário coloca dificuldades objetivas para a classe trabalhadora, que enfrenta a falta de alternativas políticas coerentes para o enfrentamento deste impasse em escala internacional. Entretanto, surgem cada vez mais novas formas de organização e articulação que apontam para a possibilidade de novas redes de resistência e luta.

1.3) Bolívia, um aspecto crítico da luta na América Latina

A América Latina viveu rebeliões em 2019, no Equador e no Chile, que colocaram em ação o movimento de massas depois de muito tempo. As rebeliões foram congeladas como consequência da pandemia da Covid-19, permanecendo em latência. Por outro lado, a burguesia aproveitou as contradições do processo eleitoral boliviano para impor um golpe de Estado, derrubando o governo e proscrevendo Evo Morales e Alvaro García Linera.

Em meio ao governo golpista de Jeanine Áñez, foram impostas diversas mudanças na composição do tribunal eleitoral, na data e no padrão do processo eleitoral, marcado para 18 de outubro. A atual luta política na Bolívia é o coração da luta de classes na região. Estamos envolvidos nessa tarefa, para a qual o PSOL enviará uma delegação internacional, liderada pela deputada Sâmia Bomfim, para acompanhar o processo e nos somar à disputa

fundamental de nossos dias.

O cenário latino-americano está marcado pela polarização e instabilidade, como se viu nos acontecimentos recentes na Colômbia. A situação da Bolívia marcará o pulso de uma situação na qual os Estados Unidos de Trump seguem acossando a região, como indicou a visita de Mike Pompeo ao Brasil para seguir o processo de pressão golpista na Venezuela.

2) O lugar do Brasil no mundo

Num cenário mundial conturbado, a localização do Brasil é chave. Se os Estados Unidos são o coração da crise atual, concentrando as contradições mais importantes, no Brasil ocorre uma das experiências mais importantes que todos buscam acompanhar. Tanto porque aqui a extrema-direita tem no trumpismo seu modelo como também pelos acontecimentos históricos anteriores, já que o Brasil foi parte do ciclo de governos com características de frente popular, foi parte da rota dos indignados nas Jornadas de Junho de 2013 e ainda concentra uma vanguarda socialista com peso na realidade nacional, ao contrário de outros países no mundo.

O lugar do Brasil no mundo e na economia internacional é o ponto de partida para apontar os elementos dinâmicos da situação nacional. Bolsonaro chegou ao poder com eleições manipuladas e conseguindo erigir um bloco de poder que é, no entanto, frágil. Ao mesmo tempo, aprofunda-se o modelo de desenvolvimento baseado no extrativismo e no agronegócio voltados à exportação, carro-chefe desde a etapa anterior, marcada pelo superciclo das *commodities*.

2.1) Na crise econômica, Bolsonaro aprofunda a dependência e a subalternidade nacionais

As duas últimas grandes quedas na produção tiveram características distintas. A crise de 2008 teve um efeito menor no Bra-

sil do que nas grandes economias. Já a retração de 2015/2016, por sua vez, aconteceu num cenário internacional de maior recuperação. Agora, está em curso uma “tempestade perfeita”: a economia brasileira desce ao fundo do poço em meio a uma crise internacional de proporções ainda desconhecidas, visto que o efeito de uma segunda onda de contágios poderia piorar as já trágicas projeções econômicas.

No mundo, as economias do G-20 tiveram uma queda histórica no segundo trimestre de 2020. Podem-se mencionar, como exemplos, a retração de 9,7% no Brasil; 9,5% nos Estados Unidos; e incríveis 20,4% no Reino Unido e 25,2% na Índia. Ao analisar os dados da economia brasileira, Claudio Considera, coordenador do Monitor do PIB-FGV, afirmou:

O dado de abril mostra que a retração recorde da economia, não apenas no PIB, porém disseminada em diversas atividades e componentes da demanda, é a pior da história recente. A indústria e o setor de serviços, que respondem por aproximadamente 95% do valor adicionado total da economia, também tiveram os maiores recuos de sua série histórica iniciada em 2000, assim como o consumo das famílias e a formação bruta de capital fixo. Em um país que, após três anos de fraco crescimento, ainda não havia conseguido se recuperar da última recessão, finda em 2016, que causou uma retração de 8,1% no PIB ao longo de 11 trimestres, o resultado de retração de 9,3% do PIB em apenas um mês, registrado em abril, não é nada animador e só evidencia os enormes desafios que serão enfrentados pela economia no decorrer de 2020.

Enquanto Paulo Guedes faz promessas de rápida recuperação econômica, além da terrível retração, o déficit fiscal no ano pode chegar a quase R\$ 1 trilhão, também por conta das medidas de enfrentamento à pandemia. Sem propor nenhuma medida estrutural que recupere a capacidade de investimento público –

cujas taxas são as menores da história –, o governo reafirma sua agenda de ajuste fiscal baseada no “teto de gastos”, privatizações e destruição dos serviços públicos, ameaçados com a “reforma administrativa”. Ao invés de fazer os milionários e bilionários pagarem a conta, o governo também apresenta uma proposta de reforma tributária para taxar ainda mais o consumo das famílias, além de impor uma nova CPMF para viabilizar a desoneração de impostos para empresas, transferindo os custos com o salário indireto dos trabalhadores de seus patrões para a sociedade, sobretudo os trabalhadores pobres e de classe média.

Ao mesmo tempo, a taxa oficial de desemprego, segundo o IBGE, no Brasil subiu para 13,6% no início de setembro, atingindo 12,9 milhões de pessoas, com o fechamento de 8,9 milhões de postos de trabalho em apenas três meses, sob impacto da pandemia da Covid-19. Tais números, no entanto, subestimam a dimensão da crise, já que há dezenas de milhões de trabalhadores desalentados, que não buscam emprego pela dificuldade de conseguir uma posição, pelas restrições da pandemia ou mesmo por falta de dinheiro para locomoção. Ao mesmo tempo, 29 milhões de brasileiros, ainda segundo o IBGE, ou 34,1% da população economicamente ativa, trabalham na informalidade.

Os dados de emprego ilustram a queima acelerada de postos de trabalho formais e demonstram a dimensão da crise brasileira. Enquanto crescem as falências na indústria e no comércio, a produção agropecuária e o extrativismo mineral seguem sendo fundamentais para o comércio exterior brasileiro. Além das mudanças no perfil dos empregos no país, há outras consequências sociais e ambientais do modelo de desenvolvimento em curso. O novo capítulo é a alta do preço dos alimentos, com destaque para o arroz e para a carne suína, não por acaso dois produtos cuja exportação cresceu muito em 2020, levando à inflação no mercado nacional. A crescente demanda chinesa por produtos agrícolas e carnes brasileiras, somada à desvalorização cambial, deve piorar

tal cenário nos próximos meses. Diante da insatisfação popular com a carestia, Bolsonaro pateticamente apela ao “patriotismo” dos donos de supermercado, enquanto, no Banco Central e na imprensa burguesa, começa a haver especulações sobre a interrupção na queda da taxa de juros.

Enquanto se espera alguma recuperação no desempenho da economia no terceiro trimestre, compensando apenas parcialmente as perdas anteriores – o que se pode antever pelos dados de setores como comércio varejista, construção civil e, em menor escala, indústria de transformação –, sabe-se que a redução do auxílio emergencial pela metade e seu encerramento em dezembro trarão ainda mais dificuldades para uma recuperação mais robusta, tendo como pano de fundo uma profunda crise econômica mundial de largo alcance.

Ao mesmo tempo em que cresce o desemprego e se sentem os efeitos da recessão, está em curso um salto na desnacionalização da economia, estimulada pelo completo entreguismo de Bolsonaro. Há uma liquidação, a preço de banana, de ativos brasileiros, públicos e privados, aprofundando a dependência e a subalternidade nacionais.

Veja-se, por exemplo, o caso da Embraer, cujo controle foi obtido pela Boeign com o beneplácito do governo, e cuja concretização só não se deu pela crise da empresa estadunidense, que, no entanto, se eximiu de pagar qualquer compensação, empurrando a Embraer para um prejuízo bilionário que agora serve de justificativa para a realização de milhares de demissões em São José dos Campos (SP). Na Petrobrás, por sua vez, o feirão de Bolsonaro e Guedes está entregando por migalhas refinarias, a BR Distribuidora, as operações de gás e a infraestrutura de transportes da empresa, enquanto batem recordes as importações de combustíveis, num verdadeiro crime contra os interesses nacionais e os empregos no país. Ao mesmo tempo, membros do governo já anunciam “interessados” (entre os quais Amazon, DHL e Maga-

zine Luiza) na compra dos Correios, uma empresa secular, estratégica e lucrativa, antes mesmo de que tenha se iniciado qualquer processo formal de privatização.

A fragilidade da indústria brasileira e a ausência de uma política séria de reconversão industrial levaram os governos estaduais a uma corrida pela compra de respiradores no exterior a altíssimo custo, colocando as vidas de milhões de brasileiros à mercê de lobistas e aventureiros de todo tipo.

O aprofundamento de um modelo extrativista e predatório, voltado à exportação de minérios e produtos agropecuários, está na raiz da destruição ambiental em curso na Amazônia e no Pantanal, um verdadeiro “ecocídio”, como se denuncia em todo o mundo. A predação, ao fim, pode terminar revelando-se um tiro no pé do agronegócio, já que começam a se ensaiar campanhas de boicote e anúncios de restrição de compras de produtos de origem brasileira. O lesivo acordo comercial entre Mercosul e União Europeia – celebrado pela burguesia transnacional – corre risco de fazer água pelas pressões protecionistas dos produtores rurais europeus e pela mobilização de ambientalistas e ativistas que não aceitam a acelerada destruição ambiental no Brasil. Bolsonaro e sua escória ministerial atentam diariamente contra nossos biomas, nosso patrimônio natural e cultural, nossas populações indígenas e quilombolas, nossa história, nossos serviços públicos, nossa ciência e nossos empregos.

2.2) Um espelho distorcido do trumpismo

Por tudo o que se expôs até aqui, está claro que o projeto bolsonarista é intimamente ligado aos interesses de Donald Trump, a quem Bolsonaro e seu círculo emulam. Em troca de apoio político e sustentação internacional, Bolsonaro entrega a seu amo a desconstrução do Brasil e a liquidação de seu lugar como nação soberana no mundo. Evidentemente, a presença de uma marionete em Brasília é fundamental para o engendro continental de

Washington, como demonstrou John Bolton, então conselheiro de Trump, ao afirmar que a “doutrina Monroe está viva e com saúde”.

Bolsonaro, apoiado pelos militares, pretende fazer o Brasil servir como ponta de lança dos EE.UU., como mostram a entrega da base de Alcântara (a respeito da qual agora se especula o interesse estadunidense de torná-la plataforma de lançamento de mísseis de longa distância); a intensificação das relações com o governo de extrema-direita de Iván Duque na Colômbia; os vínculos de Brasília com o golpe na Bolívia e com o regime de Jeanine Áñez, além da já mencionada presença do secretário de Estado Mike Pompeo em Roraima, usando território nacional para ameaçar a Venezuela, num episódio de vassalagem inaudito, tão repugnante que levou a manifestações de censura até mesmo de Rodrigo Maia e de outros próceres da direita parlamentar e pró-imperialista brasileira.

Ao mesmo tempo em que atua como cão de guarda de Trump na América Latina, Bolsonaro isola o Brasil em organismos internacionais, colocando em risco a soberania, a segurança e a independência nacionais, além da relação com parceiros e países vizinhos, contra quem Bolsonaro, Ernesto Araújo e Augusto Heleno utilizam permanente retórica bélica.

3) A dinâmica do governo: fortalecimento imediato, dificuldades em perspectiva

No início da pandemia, as mobilizações e a pressão das investigações e processos – “rachadinhas” de Queiroz e Flávio Bolsonaro, fake news e ataques contra o STF – colocaram o governo na defensiva. Nos últimos dois meses, no entanto, houve alguma recuperação de fôlego, com ligeira recuperação da popularidade de Bolsonaro, motivada pelos efeitos do auxílio emergencial, pela reabertura desordenada da economia por prefeitos e governadores (que, ao fim, corroboraram com os apelos negacionistas do

presidente) e também pela incapacidade da oposição, que não soube levar adiante uma campanha contra o governo quando este se encontrava mais enfraquecido.

A ligeira recuperação de Bolsonaro, no entanto, não significa capacidade de conquistar estabilidade para impor seu plano. Para entender a dinâmica atual, partimos da centralidade da luta contra o governo. Houve dois grandes acertos, dos quais fomos parte ativa: o pedido de impeachment, que teve ampla audiência e colocou a necessidade de lutar pelo fim do governo como estratégia a médio prazo; e a ida às ruas da luta antifascista e antirracista, fundamental para colocar o governo na defensiva quando dobrava a aposta em seu projeto golpista.

3.1) Bolsonaro ficou na defensiva

A condução desastrosa da resposta à pandemia por Bolsonaro, que reproduziu as primeiras manifestações negacionistas de Trump, levou a uma rápida perda de popularidade entre os meses de março a junho. O desgaste piorou com as demissões de Mandetta e Moro – este último denunciando Bolsonaro de tentar aparelhar a Polícia Federal e órgãos de inteligência. Como reação, o bolsonarismo promoveu suas manifestações dominicais, com público reduzido, reivindicando golpe militar, fechamento do Congresso e do STF.

A reação das manifestações antifascistas e antirracistas, marcada pelos atos de 7 de junho, interrompeu a escalada golpista de Bolsonaro, em conjunto com os processos e prisões de lideranças bolsonaristas como Sara Winter, além da captura de Fabrício Queiroz, instalado numa casa, em Atibaia, do advogado da família Bolsonaro. Frustrada sua ação ofensiva, o governo ficou em minoria e precisou reorganizar sua estratégia.

As manifestações e painelaços deram ânimo à reivindicação de impeachment, demonstrada pelas mais de um milhão de assinaturas colhidas pelo projeto encabeçado por nossos parlamen-

tares. A recuperação posterior da popularidade de Bolsonaro, a fragilidade da oposição e sua vacilação fizeram com que se fechasse a janela do impeachment. Isto não significa que não possa ser reaberta, a depender da evolução da situação econômica e dos problemas judiciais da família Bolsonaro, especialmente a situação de Queiroz.

Ao final, a maioria da burguesia não quis o impeachment – Rodrigo Maia impediu sua tramitação e, após a prisão do Queiroz, Bolsonaro buscou construir sua base no “centrão” corrupto. Ao mesmo tempo, o governo, a cúpula do Congresso e dos principais partidos políticos, a Procuradoria-Geral da República e setores do STF organizam o desmonte da Lava Jato. Analistas, como Celso Rocha Barros, têm destacado a falta de reação dos setores que diziam mobilizar-se “contra a corrupção” quando Bolsonaro e Augusto Aras passaram a operar pelo enterro da Lava Jato. É o caso dos generais, como Villas-Bôas, que fizeram ameaças golpistas caso Lula fosse libertado. A própria esquerda, por sua vez, está satisfeita com o fim da operação: há uma percepção generalizada entre setores progressistas de que os resultados do ciclo antissistêmico dos anos dez foram tão desastrosos que, a essa altura, qualquer acomodação ajuda.

Como resultado, está em curso uma disputa entre facções e camarilhas no interior do aparelho de Estado, que buscam operar politicamente por meio do avanço ou paralisação de investigações de corrupção, de que são demonstrações, por exemplo, as tentativas bolsonaristas de influenciar a Justiça do Rio de Janeiro em favor de Flávio Bolsonaro; as operações contra casos de corrupção em governos estaduais na compra de materiais para enfrentamento da Covid-19; a saída de Deltan Dallagnol do comando da Lava Jato no Paraná após derrota em embate com Aras; e a demissão coletiva dos procuradores membros da força-tarefa da Lava Jato em São Paulo.

3.2) A recuperação relativa da popularidade e as fragilidades de um governo que expressa despreparo e muitas contradições

Como já se afirmou, a popularidade de Bolsonaro oscilou para cima, influenciada pelos pagamentos do auxílio emergencial, pela covardia de governadores e prefeitos diante das pressões econômicas, corroborando com a banalização da pandemia por Bolsonaro, e pela dificuldade de construir uma alternativa, dada a fragilidade dos governadores e a ausência de uma oposição robusta com capacidade de disputa.

Apesar de ter-se apropriado da renda emergencial, o governo agora se encontra entre duas pressões: gastar para manter a popularidade, incrementando as chances de reeleição, ou manter a linha de austeridade pela qual obteve o apoio da burguesia e dos “mercados”. Tal disputa manifesta-se nas disputas palacianas, como nos conflitos entre Paulo Guedes, Rogério Marinho, Tarcísio Freitas e Braga Netto. Apesar das diferenças, todos defendem uma linha comum de privatizações, ataques aos direitos trabalhistas e aos serviços públicos com a reforma administrativa. A prorrogação do auxílio até dezembro – mas cortado pela metade – foi uma solução de acordo temporária.

Bolsonaro também busca acenar a sua base, afastando-se das responsabilidades diretas pela pandemia e pela solução dos problemas econômicos ao mesmo tempo em que dá vazão a propostas – como o aumento da validade da carteira de motorista e a mobilização reacionária para evitar o aborto de uma criança estuprada – como forma atender seus seguidores mais reacionários. Mais contido no falatório golpista, evita declarações diretas sobre as reformas. As diferenças sobre a destinação de verbas para investimentos em obras e sobre a criação de novo programa para substituir o auxílio emergencial mostraram uma crise entre a equipe de Guedes e Bolsonaro, quando este rechaçou obter mais recursos para transferência de renda por meio da extinção

do abono salarial ou o congelamento das aposentadorias.

Ao mesmo tempo, a burguesia reafirma sua linha defesa do teto de gastos, aglutinando as lideranças parlamentares e a mídia em defesa do ajuste, limitando as possibilidades de o governo buscar popularidade por meio de transferências ou obras. A dependência do “centrão” e a falta de um partido organizado para defender os interesses de Bolsonaro também são fonte de dificuldades para seus planos.

4) A resistência existe, mas ainda é insuficiente para derrotar o governo e seu modelo

Durante o período da pandemia, tem havido lutas e resistência, de distintas formas e com força desigual, ainda insuficientes, no entanto, para derrotar o bolsonarismo.

4.1) As lutas dos trabalhadores de serviços essenciais

A primeira etapa da pandemia no Brasil, com seus efeitos devastadores no âmbito social e econômico, foi marcada pela defensiva da classe trabalhadora. Como a burguesia e os governos descarregam sobre as costas dos trabalhadores o preço da crise, mesmo com as dificuldades resultantes da campanha pelo distanciamento social – e a luta por uma quarentena como forma de evitar a propagação do vírus diante do descaso do governo –, setores de trabalhadores essenciais foram às ruas. As cenas do 1º de maio protagonizados pelas enfermeiras do Distrito Federal simbolizaram a luta de milhares de ativistas por EPIs e condições dignas de trabalho que, de conjunto, mostraram a presença dos trabalhadores da “linha de frente”. O Sindisaúde-RS, assim como vários sindicatos e associações de trabalhadores da saúde, também se colocou em movimento como parte da luta pela vida.

Diante da precarização do trabalho e do lugar que adquiriu a economia delivery, podemos destacar a entrada em cena dos trabalhadores de aplicativos nas duas “greves” convocadas sob o

nome “breque dos APPs”. A manifestação de 1º de julho ganhou contornos históricos pela adesão e impacto que teve sobre toda a conjuntura. A segunda convocatória foi mais fraca e dividida, fruto da incipiente organização desse setor, que recém começa sua experiência política, mas que é parte fundamental da nova classe trabalhadora que se redesenha com as novas determinações do capitalismo. O PSOL cumpriu um papel, por meio de sua bancada nacional, ao defender um projeto de lei para a categoria, que chegou a construir uma caravana nacional para Brasília em 15 de setembro.

Os metroviários de São Paulo – como trabalhadores de outras categorias essenciais – também realizaram uma greve, com uma vitória importante, mesmo em condições adversas. Outras greves contra demissões, como a do setor metalúrgico, tiveram maiores dificuldades: apesar de a Justiça ter-se pronunciado a favor dos operários da Renault paranense, boa parte das greves estão sendo derrotadas. Há em curso uma batalha importante, mas muito difícil, na Embraer. A greve dos Correios, apesar de ter sido fortíssima nas bases, esbarrou nas decisões do TST e do STF.

O movimento estudantil, por sua vez, com as dificuldades da quarentena, luta como pode contra os ataques – cortes em todo o país, além da nomeação de interventores, cujo episódio mais emblemático foi a nomeação do novo reitor da UFRGS por cima de toda a comunidade universitária. Já a luta dos professores contra a abertura das escolas tem enfrentado, neste momento, dificuldades por conta da disputa de análises e versões sobre o atual estágio do contágio no país.

Contudo, podemos dizer que o ponto alto da resistência política, a base para o recuo “estratégico” de Bolsonaro em seus planos golpistas, foi as já mencionadas manifestações antifascistas e antirracistas, cujo ápice ocorreu em 7 de junho. Após semanas de lutas – em Porto Alegre, por exemplo, antifascistas já haviam

colocado os manifestantes de extrema-direita na defensiva –, a entrada em cena de setores de torcidas organizadas em São Paulo resultou numa ampliação do alcance das lutas. Com a entrada do movimento negro motivada pelos eventos da rebelião antirracista nos Estados Unidos, houve jornadas mais gerais de luta, mesmo no ápice da pandemia.

4.2) O crescimento do desemprego e a renda básica

Além do sentido mais geral da quarentena, em que as mobilizações de rua foram interditadas, o que primou entre os trabalhadores foi o desemprego, a perda de direitos e a redução da renda. Segundo os dados do IBGE, a desocupação chegou a 12,9 milhões de brasileiros em agosto. Os dados são ainda mais gritantes quando contabilizamos os que já não procuram emprego, os “desalentados”, ou os que não registram sua procura: a taxa de ocupação caiu para um recorde histórico, apenas 85,9 milhões, sendo pela primeira vez menos da metade da população economicamente ativa.

A questão da carestia é o outro tema sensível da realidade. Sabendo disso, para evitar convulsões sociais desordenadas, foi acordado o auxílio-emergencial, com o governo conseguindo capitalizar após as dificuldades que a esquerda teve em disputar essa agenda. O auxílio foi uma conquista por um lado, mas, por outro, serviu como elemento de alívio para a tensão que poderia acumular-se. É chave seguir defendendo a continuidade dos pagamentos de R\$ 600,00, como insistimos desde o início. As direções do movimento de massas estiveram tímidas para colocar essa pauta como centro, fruto da falta de contato com o povo. Uma agitação massiva seria capaz de colocar o debate noutra pata.

Como parte do quadro geral, temos um piso histórico do nível de sindicalização, mesmo antes da chegada da Covid-19 e da crise. A taxa de sindicalização caiu de 12,5%, em 2018, para 11,2%,

em 2019, com queda recorde no grupamento de administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde e serviços sociais, que registrou menos 531 mil pessoas sindicalizadas. No caso dos empregados do setor público caiu de 25,7% para 22,5% de 2018 para 2019. Outra queda que chama a atenção na série é a do grupo dos transportes, armazenagem e correio, cuja taxa de sindicalização caiu de 20,9% em 2012 para 11,9% em 2019.

Outro alvo da “oposição” de direita – capitaneada por Maia, a grande imprensa e o “mercado” para salvar o “teto” – é a “reforma administrativa”. A linha da burguesia é quebrar a espinha dorsal do serviço público brasileiro e o modelo de estabilidade: ao destruir o estatuto jurídico dos servidores públicos presente desde a Constituição de 1988, Bolsonaro e Guedes querem liquidar os concursos públicos, abrindo caminho livre para mais privatizações de estatais, terceirizações, OSs, precarização e para a corrupção.

O projeto, repetido por Guedes de forma obsessiva, é criar um novo regime de trabalho público precarizado e sem direitos, atacando a prestação de serviços públicos de saúde, assistência social e educação, de resto já precários e alvo de terceirizações.

4.3) Lutas múltiplas e democráticas

Apesar de ter-se fechado, neste momento, a “janela” para se colocar uma luta mais frontal contra o governo – o que não se fez com a força necessária quando este estava em queda de popularidade –, não se encerrou a necessidade de seguir as lutas e batalhas. Há lutas em várias esferas, acompanhadas por todo um setor da opinião pública que se levanta contra Bolsonaro e seus planos, como mostram a luta das mulheres contra a ação da extrema-direita, envolvendo inclusive a ministra Damares, para impedir o aborto da criança estuprada de 10 anos; e a condenação nacional e internacional às queimadas na Amazônia e no Pantanal, gerando engajamento de redes e ampla comoção de se-

tores da sociedade civil.

Há, também, diversos enfrentamentos nas cidades, como a luta contra as demissões no IMESF em Porto Alegre ou a luta contra o plano de Doria de destruição do patrimônio público paulista. Segue também a mobilização da educação em defesa da vida e contra o retorno das aulas enquanto o contágio e as mortes seguirem descontrolados e os governos e patrões não ofereçam condições seguras para o retorno de professores, profissionais da educação e dos estudantes.

5) O cenário eleitoral

A eleição municipal de 2020 será imprevisível por conta da pandemia, de seus efeitos e dos desdobramentos da situação. O histórico recente das eleições e da luta no andar de cima produziu fenômenos inusitados, prova máxima disso é Bolsonaro. A eleição de 2020 ainda está fora de um radar mais definido. Vejamos algumas das determinações até aqui expostas.

5.1) Um cenário imprevisível

A eleição foi postergada em mais de um mês para dar conta dos protocolos sanitários, achatando os prazos e configurando um processo inédito. Com uma atividade de rua bastante restrita, as eleições municipais de 2020 são um terreno ainda desconhecido mesmo para analistas mais experientes. O cenário é imprevisível. Quais serão as tendências gerais? Vai crescer a abstenção, sobretudo de pessoas mais idosas? Que impacto terão as novas leis eleitorais – fim das coligações proporcionais, cálculo de sobras e distribuição de um fundo eleitoral público mais robusto – no âmbito municipal? Bolsonaro e a linha nacional terão qual peso sobre as decisões do eleitorado? Como a oposição se portará nas capitais e principais centros urbanos?

Ainda não temos como responder de forma assertiva às questões acima. O que podemos assinalar são características mais

gerais da agenda eleitoral: 1) uma fragmentação histórica, com número alto de candidatos e chapas em todas as cidades (serão quase 25 mil candidatos em 26 capitais, um número recorde); e 2) dentro da polarização, existe espaço para a conformação de um polo opositor, que vocalize as lutas sociais e democráticas, onde o PSOL deve ter um papel ativo.

5.2) A política no “regime em mutação” dá-se em novos marcos

Como estamos vivendo um regime ainda em “mutação”, no qual coexistem elementos do regime de 1988 e traços instáveis de bonapartismo, a luta política eleitoral também vai ser atravessada por esses elementos.

Os aparelhos judiciários e legislativos, vão ser utilizados para a disputa entre facções – pedidos de impeachment de governos e prefeituras, como o que ocorre no Rio, onde Witzel acaba de ser deposto, ou em Santa Catarina, onde o governador do PSL eleito com mais de 70% dos votos enfrenta um duro processo na Assembleia local.

Ainda que a unidade burguesa ao redor da retirada de direitos exista, a luta entre facções e camarilhas no terreno eleitoral deve impor-se, também recrudescida pela nova legislação eleitoral que estimula uma já prevista fragmentação partidária. A disputa eleitoral, como se tem visto nas últimas semanas, trará ainda mais tensões, com prováveis desdobramentos em novas operações policiais, judiciais e prisões.

É possível ocorrer a queda de governos e prisões, sem necessariamente contar com a ação do movimento de massas, servindo como parte da luta política entre diferentes facções da casta. Mesmo assim, é preciso disputar o sentido comum dessas contradições. Até porque a associação com casos reais de corrupção, mesmo que instrumentalizada, é evidente e assim é sentida por ampla fatia da sociedade.

Em Porto Alegre, fizemos o combate contra o governo Marcezan a partir da presidência de Roberto Robaina da CPI que investigou o prefeito, aproveitando a contradição existente na Câmara para denunciar o ajuste que o prefeito faz contra o serviço público, os rodoviários e o funcionalismo da cidade.

No Rio de Janeiro, Witzel, que se notabilizou como um “bolsonarista de atitude”, chegando a aplaudir a quebra da placa de Marielle Franco e comandar de forma espetacular uma ação policial na ponte Rio-Niterói, agora perdeu qualquer apoio, como mostra o resultado da votação na ALERJ, de 69 a 0, a favor do impeachment. O caso do Rio vai além, porque Cabral e Pezão seguem presos, Crivella está questionado pelo TER e investigado em outros casos, além das muitas denúncias contra Eduardo Paes, que lidera as pesquisas para a prefeitura da capital fluminense.

Todos estes “sintomas” – que expressam a emergência de um possível novo “padrão” de luta política, presente no Rio de Janeiro de modo mais nítido – devem-se multiplicar no processo eleitoral. Haverá uma eleição muito judicializada, com prisões espetacularizadas e muitas fake news. Ainda não se sabe o “volume” das fake news, mas serão eleições marcadas por esta prática, além da crescente banalização da violência política.

5.3) O espaço das “oposições” e o embate das cidades

Apesar do quadro controverso, existe um grande espaço para as “oposições” no âmbito da disputa das cidades. Não por acaso, candidaturas não bolsonaristas lideram grande parte das capitais, como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Belém e Florianópolis, além de muitas capitais e cidades importantes do Nordeste.

A rejeição à política e aos políticos segue alta, com a diferença de que a experiência com a extrema-direita está se fazendo de forma acelerada. Há uma necessidade de renovação de quadros,

de troca e ruptura geracional, como explicou Sérgio Abranches em recente artigo para o *Valor Econômico*:

Líderes que surgem das franjas do sistema com discurso fomentado pela frustração e alicerçado na aversão aos políticos do establishment. No entanto como prometem transformações que não são capazes de entregar, essa mesma base afetiva os torna efêmeros”, afirmando que o “governante incidental é a marca de um período de interregno da ordem global” que perdeu o vigor sem que sua substituta esteja em pleno funcionamento. Uma fórmula muito similar a que já estamos usando há certo tempo. No caso do Brasil, ainda segundo esse autor, a “formação de novas lideranças é o caminho para superar as lideranças incidentais, processo lento pelo caráter oligárquico e enrijecido dos partidos.

Falta, no entanto, uma perspectiva programática e de ação nos setores majoritários das oposições, o que fica nítido na ausência de qualquer chamado às lutas por parte de Lula e das principais referências da oposição. Também por isto, por outro lado, o espaço para a construção de alternativas existe e deve ser explorado pelo PSOL.

6) O papel do PSOL

Após 15 anos de seu registro, completados em setembro, e 16 anos de sua fundação, o PSOL segue pujante e em desenvolvimento. Com todas as limitações, o partido cumpre um papel objetivo na oposição radical ao bolsonarismo e desponta com chances de ter uma boa eleição no âmbito municipal.

6.1) O desafio do PSOL é dar um salto na eleição de novembro

O PSOL chega a sua quarta eleição municipal com mais experiência e capilaridade, com a contradição da situação nacional

de Bolsonaro na presidência. Além de contribuir para a derrota de Bolsonaro nas cidades, alentando um programa, organizando e disputando setores de massa para um voto engajado, o PSOL tem muitas responsabilidades e oportunidades. Nossa diferença com o PT e com outras variantes da oposição de centro-esquerda é que não governamos com a estratégia de conciliação de classes, que abriu as portas para o bolsonarismo se entranhar na crítica (falsa, por óbvio) antissistêmica.

É possível ampliar em muito a presença do partido nas câmaras de vereadores, não apenas nas capitais, mas também em cidades grandes e médias. Podemos, também, disputar a hegemonia política do campo das oposições, visto que existe simpatia para nossas ideias, bancadas e projetos.

Diante da crise do PT, incapaz de oferecer uma alternativa, o fortalecimento do PSOL é um fato. O partido é a expressão, ainda que insuficiente, da oposição a Bolsonaro, uma verdadeira antítese ao bolsonarismo, como mostra o exemplo de Marielle Franco. Há muitas cidades nas quais o PSOL pode e deve superar o PT, como Belém, Florianópolis e São Paulo (na capital e até no resto do estado). Há uma disputa renhida em curso no Rio de Janeiro e em Fortaleza. Em Porto Alegre, o PT aparece como vice do PCdoB e, no âmbito legislativo, o PSOL já tem mais força que o PT na cidade. Por outro lado, há uma série de fatores contrarrestantes, que influenciarão na disputa no interior da esquerda, como as desigualdades no tempo de televisão e o peso dos aparatos burgueses, eleitorais e midiáticos.

6.2) Nossas possibilidades

O PSOL deve apresentar candidaturas em 600 cidades, um marco importante, dada a nossa independência política. Das 26 capitais, teremos 23 candidatos majoritários nas cinco regiões do país.

O MES – com seus aliados no interior do PSOL, como a TLS,

o MEOB, o setor político que responde pela FNL, além de parceiros como Anticapitalistas, Comuna, APS e 1º de Maio, com os quais compartilhamos diferentes espaços – terá um desafio enorme: esta será uma campanha mais nacionalizada. Vamos construir e ser parte de campanhas majoritárias e proporcionais em todo país. Teremos nossa maior participação em Porto Alegre – por meio da chapa de Fernanda Melchionna e Marcio Chagas, importante referência da luta antirracista, à prefeitura – e lá também disputamos para manter e ampliar nossa bancada na Câmara liderada por Roberto Robaina. Temos chances reais de estarmos entre os mais votados do PSOL, entrando ou ficando na suplência, em 9 capitais e cerca de 15 a 20 grandes cidades em todo Brasil. Vamos lutar para reeleger nossos atuais vereadores, afirmando o espaço conquistado com o perfil do PSOL combativo.

Nossas candidaturas serão porta-vozes das lutas no Brasil contemporâneo. Teremos destacada presença, com chances reais de eleição, de mulheres, negras, da área da saúde, educação, da segurança pública, do movimento indígena, quilombola, do campo e da cidade: militantes ligadas aos nossos movimentos como Juntas, Juntos e Emancipa, além dos tribunos do povo que já cumprem esse papel como nossas figuras públicas.

Sâmia Bonfim, com a tarefa de líder da bancada federal do PSOL, vai ajudar na nacionalização dessa disputa porque o Congresso segue funcionando, como centro de operações dos ataques que a burguesia prepara contra o povo.

6.3) Construir a unidade e se apresentar como alternativa: a disjuntiva do PSOL

Por um lado, temos a questão da unidade. A primeira tarefa para derrotar Bolsonaro é lograr construir uma frente única na ação, a exemplo das enormes manifestações do “Ele Não”,

do “Tsunami da Educação” e dos recentes atos antifascistas e antirracistas. Este impulso de luta, fundamental para debilitar Bolsonaro, precisa seguir. Ao mesmo tempo, é necessário construir uma alternativa independente e socialista, que ofereça um caminho para o povo e a classe trabalhadora. A eleição de 2020 será “a quente” e é papel do PSOL dispor-se a apontar, com suas candidaturas, o enfrentamento ao ajuste estrutural de Bolsonaro, Guedes e de seus sócios, nos ataques ao povo, no Congresso e nos governos locais. O ajuste unifica a burguesia, a direita tradicional opositora e mesmo os governos de centro-esquerda que se engajaram tenazmente para aprovar, por exemplo, a reforma da previdência e privatizações.

As eleições devem significar um novo salto para o PSOL e o MES será parte dessa luta, já que nosso partido pode apresentar uma esquerda superadora do que foi a experiência do PT e do lulismo. Por isso, é preciso apresentar, com nossas candidaturas, um perfil combativo e com capilaridade, unindo as tarefas democráticas contra o bolsonarismo e a luta em defesa dos interesses do povo e da classe trabalhadora por emprego, renda, salário, teto, terra, educação, saúde e direitos, os elementos fundamentais de um programa para a construção de um sólido projeto socialista para o país. O PT não pode ser uma alternativa porque já governou e houve uma experiência, ainda que interrompida, durante o período do impeachment de Dilma.

7) Derrotar Bolsonaro nas ruas e nas urnas: elementos de programa

Vamos colocar ênfase na luta eleitoral, a partir de um programa que parte das demandas mais sensíveis, já que, sendo uma eleição local, temos que levar em conta a cidade, chegando à necessidade de barrar a extrema-direita e Bolsonaro como medida capital. Vamos organizar o debate, tomando as experiências que já estão se desenvolvendo de construção programática de nossas

bandeiras para as campanhas majoritárias e proporcionais.

7.1) Elementos de um programa de emergência para as eleições e além

- Derrotar Bolsonaro nas urnas e nas ruas;
- Proteger a maioria para que os bilionários paguem a conta;
- Renda emergencial para todos e manutenção do valor de 600 reais;
 - Os municípios devem completar a renda emergencial, buscando recursos como a cobrança das dívidas dos grandes devedores e da especulação imobiliária, além de medidas como a extinção de cargos de confiança;
 - Planos emergenciais de trabalho: investimento em educação, saúde e transporte nas cidades com geração de empregos;
 - Distribuição de cestas básicas para os mais pobres;
 - Defesa da auto-organização, das lutas democráticas e contra medidas repressivas;
 - Contra a repressão policial, o abuso policial e o genocídio da juventude negra;
 - Enfrentamento à pandemia da Covid-19 e defesa da vida, do SUS e dos trabalhadores da saúde: compra de equipamentos de proteção individuais (EPIs), respiradores e insumos para testagem em massa;
 - Defesa da derrubada do “teto de gastos” e revogação da PEC-95;
 - Em defesa da vida e da educação: não ao retorno às aulas enquanto o contágio não estiver sob controle e as escolas preparadas para receber com segurança professores, corpo técnico e os estudantes;
 - Centralização dos leitos hospitalares pelo poder público, sob controle do SUS;
 - Reconversão industrial para que a indústria nacional atenda às necessidades trazidas pela crise;

– Defesa da vida dos trabalhadores em serviços essenciais, como caminhoneiros, trabalhadores do transporte público, atendentes de farmácias e supermercados, trabalhadores da saúde, entre outros;

– Manutenção dos empregos e direitos: contra a reforma administrativa e o corte de salários dos servidores públicos e trabalhadores formais! Estabilidade no emprego, a exemplo de medida tomada pela Argentina! Dinheiro para quem precisa: taxaço das grandes fortunas, lucros, dividendos e heranças para que os ricos paguem pela crise;

– Prolongamento do seguro-desemprego até dezembro;

– Pelo direito dos trabalhadores de aplicativos: atender às reivindicaçoões dos “Breques dos APPs” por mais direitos;

– Anulaçoão das dívidas no Serasa e no SPC: anistia das dívidas para milhões de famílias trabalhadores endividadas;

– Crédito barato e apoio para as pequenas empresas e comércios;

– Não ao pagamento da dívida externa, auditoria e suspensão dos pagamentos da dívida pública;

– Controle de capitais e das remessas de lucros e dividendos;

– Defesa da auto-organizaçoão, das lutas democráticas;

– Auto-organizaçoão e solidariedade ativa nos bairros pobres;

– Cancelamento da cobrança de água, luz, transporte, aluguel e internet dos desempregados;

– Defesa das terras indígenas e quilombolas contra a revisáo das demarcaçoões e a invasáo pela mineraçoão, pelo garimpo e pelo agronegócio;

– Combate à violéncia doméstica e ao feminicídio, que tem aumentado como efeito da pandemia;

– Combate ao machismo, ao racismo e à LGBTfobia.

7.2) O PSOL precisa apresentar seu programa para o Brasil

Os elementos esboçados acima são apenas um elenco inicial

de reivindicações e de bandeiras para nossa agitação eleitoral. No entanto, esta primeira aproximação está muito longe de resolver os necessários debates programáticos que o PSOL precisa realizar.

Reafirmamos o que já dissemos em nosso último documento: uma formulação programática mais densa deve ser o debate central do próximo Congresso do PSOL. O partido deve encarar o tema programático de fundo, buscando dar unidade às lutas múltiplas que já nos marcam. Precisamos avançar no debate programático já nas eleições e, posteriormente, o PSOL terá a tarefa de debater os desafios da luta de classes no Brasil e no mundo, dando os contornos de seu projeto de sociedade.

8) Nossa orientação é ampliar nossa força política e material, e debater uma estratégia para derrotar o bolsonarismo

Há um impasse mais geral diante da situação, que combina pandemia, eleições inéditas e crises de regime. Como já mencionamos, as determinações dos próximos meses serão decisivas – no âmbito internacional, a hipótese da derrota de Trump; no âmbito local, o derretimento econômico a crise política – e condicionam nossa ação no cenário eleitoral.

As possibilidades e dificuldades do PSOL, no âmbito da própria disputa eleitoral e no âmbito da sua condição programática, são parte da nossa estratégia para o período. Além da disputa de espaço no terreno eleitoral, onde atuaremos com força com nossas figuras e com toda força militante para incidir sobre o povo, queremos ampliar a força material do PSOL, os laços associativos da classe, a articulação dos diferentes movimentos e lutas contra as opressões, além da formação política e de quadros. A construção de um polo revolucionário, tarefa para a qual estamos todos empenhados, é a chance de fazer a diferença diante das turbulências do porvir. Vamos disputar a política nos próximos meses para dar passos nessa direção. E seguiremos nos apoiando

nas lutas extraeleitorais como dínamo da auto-organização da classe para derrotar a extrema-direita e abrir uma nova situação no Brasil.

